

BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Nº 2 | Fevereiro 2009



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Fevereiro de 2009

Elaborado com informação disponível até ao dia 20 de Fevereiro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

| | |
|--------------------------------|----------|
| Conjuntura | 1 |
| Sumário | 3 |
| 1. Enquadramento Internacional | 5 |
| 2. Conjuntura Nacional | 8 |
| 3. Comércio Internacional | 19 |

| | |
|--|-----------|
| Destaques | 25 |
| Desenvolvimentos Recentes do Crédito em Portugal e na Área do Euro | 27 |
| Créditos às Empresas em Situação de Cobrança Duvidosa – Dezembro de 2008 | 31 |

| | |
|---|-----------|
| Artigos | 35 |
| Em Análise | 37 |
| Evolução da Taxa de Crescimento das Saídas de Mercadorias Portuguesas face à Receptividade dos Mercados | 37 |

| | |
|---|-----------|
| Iniciativas e Medidas Legislativas | 47 |
|---|-----------|

| | |
|--------------------------------|-----------|
| Abreviaturas Utilizadas | 59 |
|--------------------------------|-----------|

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Os dados relativos ao início do ano para a generalidade das economias mundiais apontam para a continuação da evolução negativa da actividade económica.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para Janeiro sugerem que a actividade económica mantém a tendência desfavorável, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho e à produção industrial. Em Janeiro, a taxa de desemprego subiu para 7,6%, mais 0,4p.p. que no mês anterior.
- * Em Janeiro, os indicadores de sentimento económico quer da UE quer da AE continuaram a diminuir, tendo atingido os valores mais baixos desde fins de 1993. No 4.º trimestre, a actividade económica da UE e da AE apresentou um enfraquecimento acentuado, tendo o PIB registado quebras homólogas reais de 1,1% e 1,2%, respectivamente. A taxa de desemprego da AE voltou a aumentar para 8% em Dezembro (7,9% no mês precedente).
- * As taxas de juro a 3 meses apresentaram comportamentos distintos na área do euro e nos EUA. Assim, enquanto na área do euro prosseguiu-se a tendência descendente, nos EUA assistiu-se a uma inversão desse movimento, tendo as taxas subido ligeiramente durante a 1ª quinzena de Fevereiro.
- * No início de Fevereiro, o preço *spot* do petróleo *Brent* registou uma relativa estabilização, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 18, observado um valor de 44,1 USD/bbl (45,7 USD/bbl em Janeiro).

Conjuntura Nacional

- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo a Janeiro, voltou a apresentar uma quebra significativa, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários, na generalidade dos sectores e dos consumidores.
- * De acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, no 4.º trimestre, o PIB registou uma quebra homóloga de 2,1%, em resultado de um comportamento desfavorável do investimento e das exportações. Ao concretizar-se este valor, o PIB em 2008 registará uma variação nula.
- * Em Dezembro, a taxa de inflação homóloga de 0,2%, menos 0,6p.p. do que no mês anterior, situando-se 1p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * No 4.º trimestre a taxa de desemprego foi de 7,8%, idêntica ao trimestre homólogo. Em 2008, a taxa de desemprego situou-se em 7,6% (menos 0,4p.p. que em 2007)
- * Em Janeiro, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, situou-se em 628,3 milhões de euros, revelando um agravamento de 262 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 438,2 milhões de euros, mais 306 milhões de euros do que o verificado no mês homólogo de 2008. A Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 384,8 milhões de euros, revelando uma redução de 186 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.
- * Para 2008, os Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e o SNS, apresentaram um excedente de 318,9 milhões de euros, 8,9 milhões de euros acima do registado em 2007. O

SNS, em contrapartida, apresentou um excedente de 42,7 milhões de euros, 69 milhões de euros inferior ao verificado no ano anterior. As Administrações Local e Regional apresentaram défices orçamentais de 301,1 e 171,4 milhões de euros, respectivamente, ambos representando um agravamento face a 2007.

Comércio Internacional

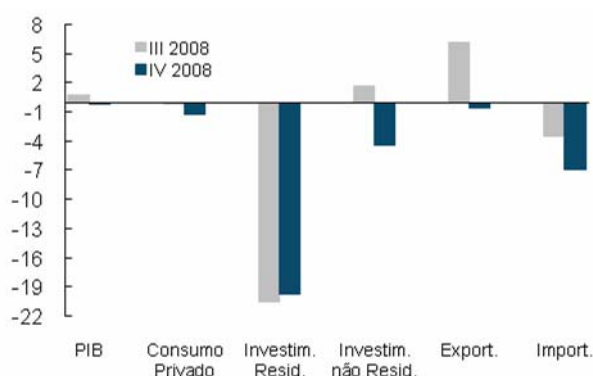
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias cresceram 0,3%, tendo as entradas aumentado 3,9%. Nos últimos 3 meses (Setembro a Novembro), as saídas acusaram uma quebra de 5,5%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma descida de 2,1% face ao período homólogo anterior.
- * Segundo dados já disponíveis para o período de *Janeiro a Dezembro de 2008* para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, terão aumentado 13,5%, e as importações 15,3%.
- * Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos *últimos 12 meses*, em termos de mercados de destino, couberam a Angola (78,1%) e ao conjunto dos países do alargamento (21,5%).
- * Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 3,5% em termos homólogos. Desse crescimento, 59,6% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- * Das oito rubricas que revelaram crescimentos homólogos de dois dígitos nas “exportações” de Bens e Serviços, seis pertencem à área dos Serviços: “Informação e Informática” (+25,6%), “Construção” (+14,3%), serviços de “Natureza pessoal, cultural e recreativa” (+13,2%), “Seguros” (12,5%), “Transportes” (+11,8%) e “Outros Fornecimentos por Empresas” (+10,2%). Entre os grupos de produtos destacaram-se os “Energéticos” (+36,8%), com o maior acréscimo no conjunto dos Bens e Serviços, e os “Agro-alimentares” (+13,1%).
- * No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os grupos de produtos “Energéticos” (35,2%) e “Agro-alimentares” (26,2%), os serviços de “Transportes” (26,2%), “Outros fornecimentos por empresas” (16,1%) e “Viagens e Turismo” (10,4%).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A economia mundial apresentou um abrandamento significativo no 4.º trimestre de 2008, reflectindo o impacto da crise financeira internacional. A taxa de inflação prosseguiu no sentido da baixa associada à quebra dos preços das matérias-primas em linha com a fraqueza da procura mundial e do mercado de trabalho. Nos **EUA**, o PIB diminuiu 0,2% em termos homólogos reais (+0,7% no 3.º trimestre), em resultado da evolução negativa da procura interna e das exportações.

Figura 1.1. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

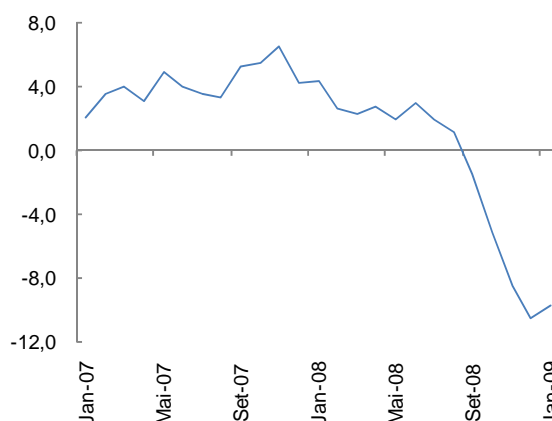


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início do ano indicam a continuação da fraqueza da actividade económica. No entanto, os indicadores de confiança registaram uma ligeira melhoria o qual pode estar relacionados com a aprovação do novo programa de relançamento da economia, avaliado em 787 mil milhões de dólares. Em Janeiro, em termos homólogos:

- as vendas a retalho diminuíram 9,7% em termos nominais (-10,5% em Dezembro de 2008);
- a produção industrial decresceu 10% (-8,2% em Dezembro) e a taxa de utilização capacidade produtiva da indústria transformadora caiu para 68% (69,7% em Dezembro);
- a taxa de desemprego subiu para 7,6% (7,2% em Dezembro) e o emprego apresentou uma diminuição acentuada, a mais elevada desde finais de 1974.

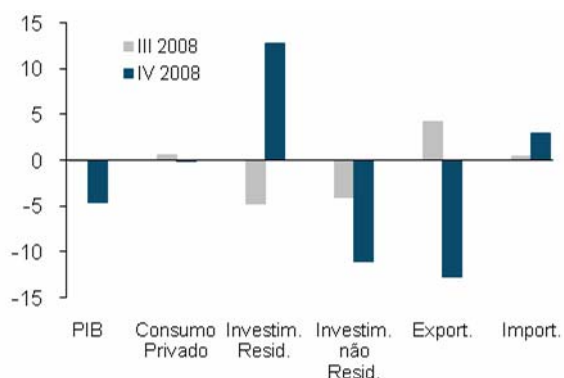
Figura 1.2. Vendas a Retalho dos EUA (VH nominal, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 4.º trimestre, a actividade económica da **China** abrandou, tendo o PIB aumentado 6,8% em termos homólogos reais (9% no 3.º trimestre), associado sobretudo ao enfraquecimento das exportações. No mesmo período, o PIB do Japão teve uma quebra de 4,6% em termos homólogos reais (-0,2% no 3.º trimestre), o valor mais negativo registado desde finais da 2ª guerra mundial. Para esta evolução contribuiu a forte diminuição do investimento privado não residencial e das exportações.

Figura 1.3. PIB e Componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

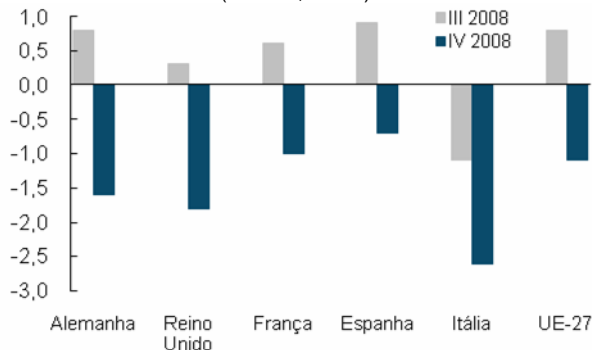
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | 2008 | | | | | 2008 | | | 2009 |
|---|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | Dez | Jan | |
| EUA – PIB real | VH | BEA | 1,3 | 2,3 | 2,5 | 2,1 | 0,7 | -0,2 | - | - | - | - | |
| Índice de Produção Industrial | VH | BGFERS | -1,8 | 2,1 | 1,8 | 0,2 | -3,0 | -6,1 | -4,3 | -5,9 | -8,2 | -10,0 | |
| Índice ISM da Indústria Transformadora | % | ISM | 45,5 | 49,9 | 49,5 | 49,1 | 47,4 | 36,1 | 38,7 | 36,6 | 32,9 | 35,6 | |
| Índice ISM dos Serviços | % | " | 47,4 | 54,7 | 48,4 | 51,6 | 50,8 | 38,9 | 44,5 | 33,3 | 38,9 | 44,2 | |
| Indicador de Confiança dos Consumidores | SRE | Michigan | 63,8 | 77,5 | 72,9 | 59,6 | 64,8 | 57,7 | 57,6 | 55,3 | 60,1 | 61,2 | |
| Taxa de Desemprego | % | BLS | 5,8 | 4,8 | 4,9 | 5,4 | 6,1 | 6,9 | 6,6 | 6,8 | 7,2 | 7,6 | |
| China – PIB real | VH | NBSC | 9,0 | 11,2 | 10,6 | 10,1 | 9,0 | 6,8 | - | - | - | - | |
| Exportações | VH | MC | 17,2 | 22,2 | 21,2 | 22,5 | 23,2 | 4,7 | 19,2 | -2,2 | -2,8 | - | |
| Japão – PIB real | VH | COGJ | -0,7 | 2,2 | 1,4 | 0,6 | -0,2 | -4,6 | - | - | - | - | |

Actividade Económica da UE

No 4.º trimestre, as economias da União europeia (UE) e da área do euro (AE) apresentaram um enfraquecimento acentuado. O PIB da UE e da AE teve uma quebra de 1,1% e de 1,2% em termos homólogos reais (+0,8% e +0,6% no 3.º trimestre, respectivamente).

Figura 1.4. PIB
(VH real, em %)

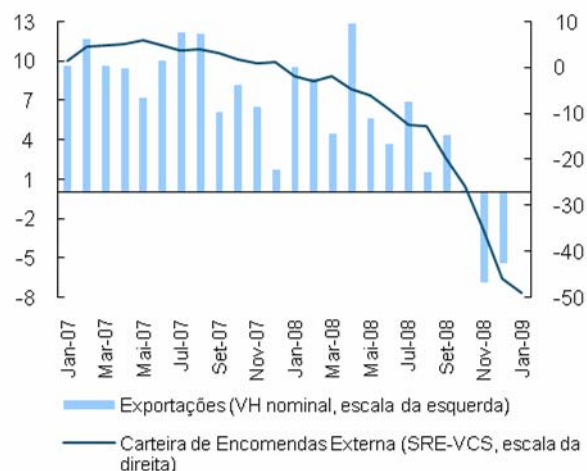


Fonte: Eurostat.

De facto, no 4.º trimestre e, em termos homólogos:

- as exportações diminuíram 4% em termos nominais (+4,3% no trimestre precedente);
- a produção industrial voltou a apresentar uma quebra, de 2,1% no 3.º trimestre para 8,3%, deterioração que abrangeu todo o tipo de bens;

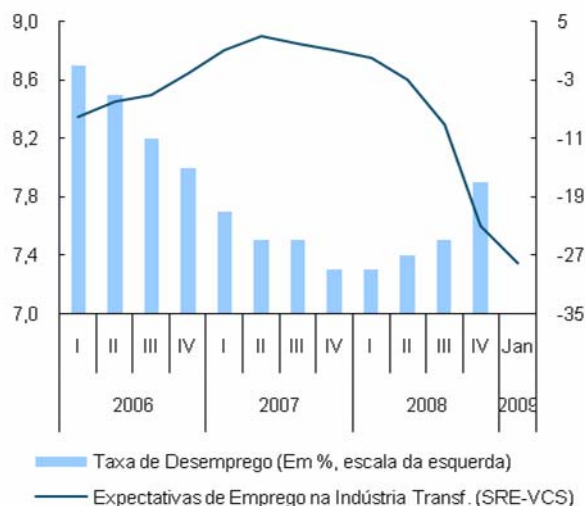
Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externa da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

- as vendas a retalho diminuíram 1,9% em termos reais (-1,8% no 3.º trimestre), salientando-se a redução significativa ocorrida em Espanha;
- a taxa de desemprego na área do euro subiu para 7,9% (7,5% no 3.º trimestre), com destaque para o aumento de 13,7% em Espanha (11,8% no trimestre anterior). No conjunto do ano de 2008, aquela taxa situou-se em 7,5% para a área do euro, igual à registada no ano de 2007.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. Para Janeiro, mm3.

Em Janeiro, o indicador de sentimento económico apresentou uma deterioração expressiva, tanto na UE como na AE, tendo diminuído para o valor mais baixo registado desde Janeiro de 1985. Para este resultado, contribuiu a diminuição da generalidade dos indicadores de confiança, salientando-se uma evolução mais desfavorável da confiança dos empresários dos serviços e da construção. As expectativas dos empresários quanto à criação de emprego continuaram a deteriorar-se, tendência que abrangeu todos os sectores.

A taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,1% em Janeiro, de acordo com a estimativa preliminar (1,6% em Dezembro de 2008).

Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

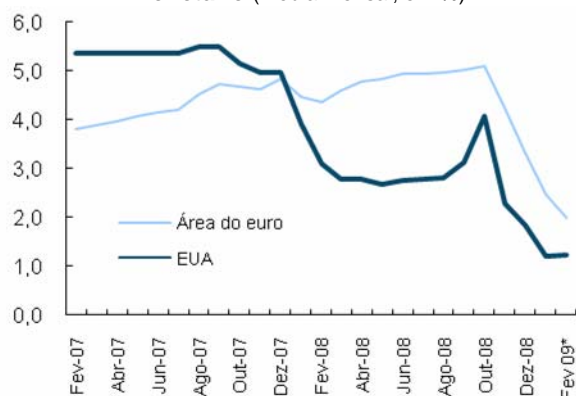
| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | 2008 | | | | 2008 | | | 2009 |
|-----------------------------------|---------|----------|------|-------|-------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | Dez | Jan |
| União Europeia (UE-27) – PIB real | VH | Eurostat | 0,9 | 2,5 | 2,3 | 1,7 | 0,8 | -1,1 | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 90,7 | 107,6 | 102,8 | 97,9 | 88,7 | 73,3 | 79,7 | 73,5 | 66,6 | 63,1 |
| Área do Euro (AE-15) – PIB real | VH | Eurostat | 0,7 | 2,1 | 2,1 | 1,4 | 0,6 | -1,2 | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 91,1 | 105,0 | 101,4 | 97,5 | 89,9 | 75,8 | 81,6 | 76,8 | 68,9 | 67,1 |
| Índice de Produção Industrial | VH | Eurostat | -1,7 | 3,4 | 2,7 | 1,0 | -2,1 | -8,3 | -5,8 | -8,0 | -11,1 | - |
| Índice de Vendas a Retalho | VH real | " | -1,4 | -0,2 | -0,5 | -1,5 | -1,7 | -2,0 | -2,3 | -2,0 | -1,7 | - |
| Taxa de Desemprego | % | " | 7,5 | 7,3 | 7,3 | 7,4 | 7,5 | 7,9 | 7,8 | 7,9 | 8,0 | - |
| IHPC | VH | " | 3,3 | 2,9 | 3,4 | 3,6 | 3,8 | 2,3 | 3,2 | 2,1 | 1,6 | 1,1* |

* Estimativa Preliminar.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo na área do euro continuaram a diminuir em Fevereiro, situando-se abaixo dos 2% desde o dia 10. Nos EUA, a partir da 2ª metade do mês de Janeiro, a taxa *Libor* aumentou ligeiramente para se situar em 1,25% no dia 18 de Fevereiro (1,08% no dia 14 de Janeiro), invertendo a tendência verificada ao longo do ano de 2008.

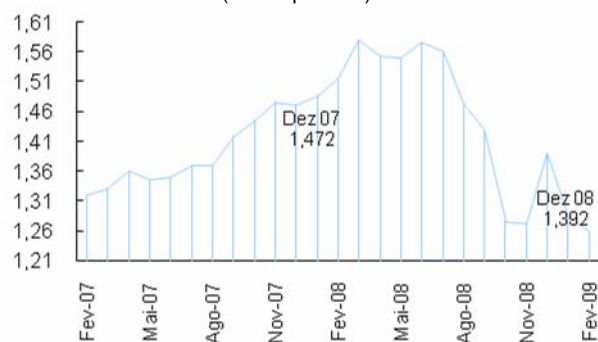
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 18.

Em Janeiro, as taxas de juro de longo prazo registaram uma subida, tanto nos EUA como na área do euro, reflectindo, em parte, o aumento dos riscos associados à subida da dívida pública derivada dos planos de reforço orçamental de relançamento das economias.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Fevereiro, o valor é do dia 18.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

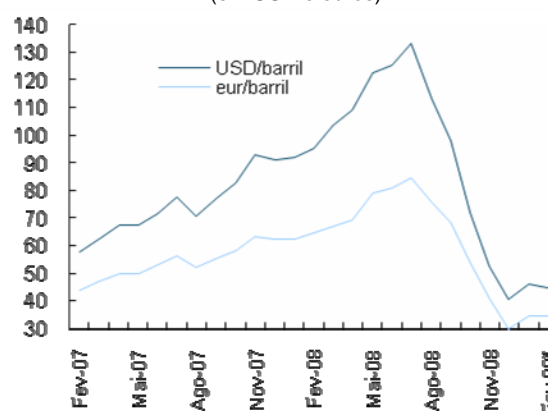
| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | | | | | 2008 | | | 2009 |
|--|----------|-----------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | Dez | Jan |
| Taxa Euribor a 3 meses* | % | BP | 2,93 | 4,69 | 4,73 | 4,95 | 5,28 | 2,93 | 4,76 | 3,85 | 2,93 | 2,09 |
| Yield OT 10 anos – EUA** | % | Eurostat | 3,65 | 4,26 | 3,65 | 3,87 | 3,85 | 3,24 | 3,79 | 3,52 | 2,42 | 2,49 |
| Yield OT 10 anos – Área do euro** | % | " | 4,30 | 4,34 | 4,12 | 4,50 | 4,55 | 4,04 | 4,30 | 4,09 | 3,72 | 3,86 |
| Taxa de Câmbio* | Eur/USD | BP | 1,392 | 1,472 | 1,581 | 1,576 | 1,430 | 1,392 | 1,276 | 1,273 | 1,392 | 1,282 |
| Dow Jones* | VC | Yahoo | -33,8 | -4,5 | -7,6 | -7,4 | -4,4 | -19,1 | -14,0 | -5,4 | -0,6 | -8,8 |
| DJ Euro Stoxx50* | VC | " | -44,4 | 0,4 | -17,5 | -7,6 | -9,4 | -19,4 | -14,7 | -6,2 | 0,7 | -8,6 |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | USD/bbl | DGEG | 96,43 | 88,70 | 96,91 | 119,07 | 114,80 | 54,93 | 71,89 | 52,54 | 40,35 | 45,73 |
| Spot do Petróleo Brent em USD/bbl** | VH | " | 32,9 | 48,6 | 67,8 | 73,1 | 53,1 | -38,1 | -12,9 | -43,3 | -55,7 | -50,3 |
| Spot do Petróleo Brent em euros/bbl** | VH | DGEG e BP | 22,7 | 32,3 | 46,6 | 49,5 | 39,5 | -31,8 | -6,9 | -34,6 | -52,0 | -44,7 |
| Preço Relativo do Petróleo em euros*** | 1979=100 | GEE | 73,5 | 60,0 | 64,5 | 77,1 | 76,4 | 41,7 | 58,4 | 38,7 | 28,1 | 28,3 |

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent do mês de Janeiro corresponde à média diária do IGCP.

Desde o início do ano que tem vindo a assistir-se a uma depreciação significativa do euro face ao dólar, tendo atingido, no dia 18 de Fevereiro, o valor de 1,26, representando uma depreciação 9,2% face ao final do ano de 2008. Para esta evolução, deve estar a contribuir a perspectiva de uma recessão mais profunda na área do euro e o prolongamento da crise durante mais tempo do que o inicialmente previsto.

Em Janeiro, o preço do petróleo Brent subiu ligeiramente para cerca de 45,7 USD/bbl (34,5 €/bbl), invertendo a tendência dos últimos meses. Em Fevereiro e até ao dia 18, o preço situou-se, em média, em 44,7 USD/bbl (34,8 €/bbl).

Figura 1.9. Preço Médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



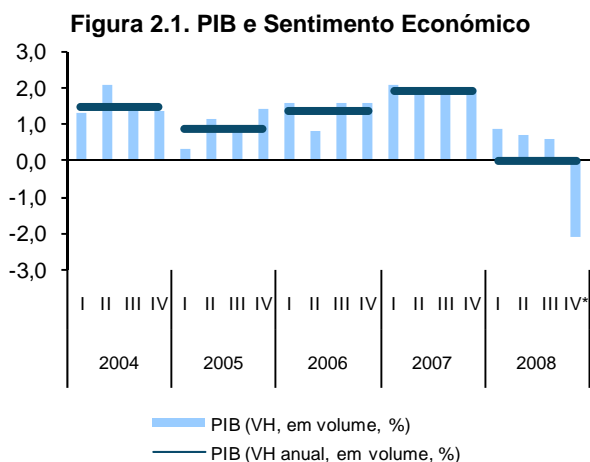
Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 18.

O preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 26% em termos homólogos em Janeiro (-24% em Dezembro). Este decréscimo foi mais acentuado para os preços de metais, produtos industriais e agrícolas.

2. Conjuntura Nacional

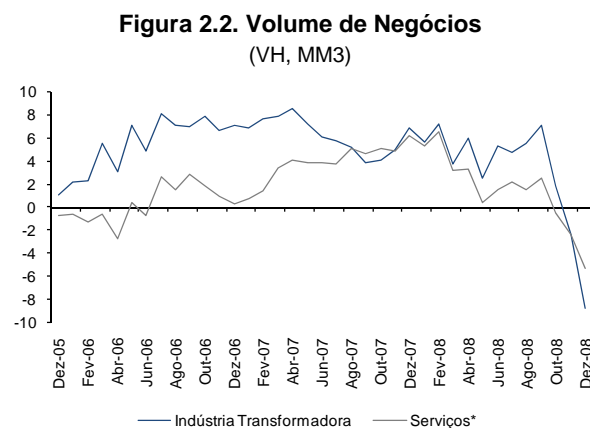
Actividade económica e Oferta

No 4.º trimestre, a estimativa rápida do INE aponta para uma queda real do PIB de 2,1% em termos homólogos e para uma variação nula do PIB em 2008.



Fonte: INE * Estimativa rápida das CNT

Os dados quantitativos disponíveis sugerem um agravamento da actividade económica, a qual piora para todos os sectores de actividade.



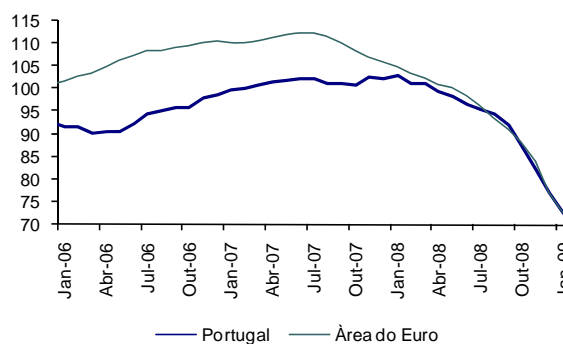
* Excepto comércio a retalho
Fonte: INE.

Assim, no 4.º trimestre e em termos homólogos:

- na indústria transformadora os índices de produção e de volume de negócios registaram uma quebra de 8,5% e 8,7%, respectivamente;
- na construção e obras públicas, o índice de produção caiu 3,8%;
- nos serviços o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 5,3%.

A evolução recente do indicador de sentimento económico na área do euro e em Portugal é similar tendo ambos registado, em Janeiro, os valores mais baixos desde 1985 e 1987.

Figura 2.3. Indicador de Sentimento Económico (VH, MM3)



Fonte: Comissão Europeia.

Analisando em detalhe verifica-se que, nos três meses terminados em Janeiro de 2009, os indicadores de confiança pioraram na indústria, comércio e serviços face aos três meses anteriores, tendo, na indústria e comércio, atingido os valores mais baixos desde 1994.

Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

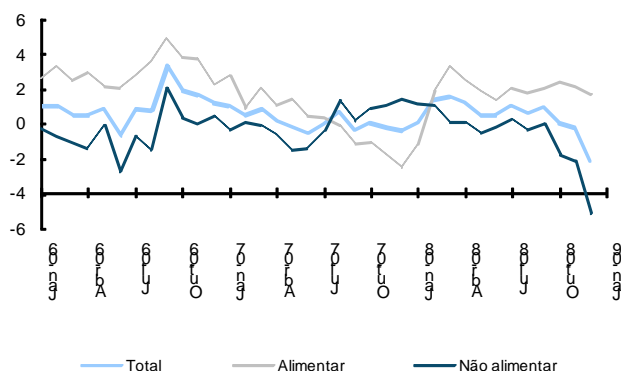
| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | | | | 2008 | | | 2009 | |
|--|---------|-------|------|-------|-------|------|------|-------|------|-------|-------|------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | | Dez |
| PIB – CN Trimestrais | VH Real | INE | 0,0* | 1,9 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | -2,1* | - | - | - | - |
| Indicador de Sentimento Económico | Índice | CE | 91,7 | 102,5 | 101,2 | 96,5 | 91,9 | 77,1 | 80,0 | 78,4 | 72,9 | 65,8 |
| Indicador de Confiança da Indústria | SRE-VE | INE | -12 | -2 | -2 | -8 | -8 | -29 | -24 | -28 | -34 | -35 |
| Indicador de Confiança do Comércio | " | " | -11 | -6 | -6 | -9 | -12 | -16 | -14 | -16 | -19 | -18 |
| Indicador de Confiança dos Serviços | SRE-VCS | " | 3 | 12 | 8 | 9 | -1 | -6 | -5 | -6 | -7 | -21 |
| Indicador de Confiança da Construção | SRE-VE | " | -40 | -43 | -38 | -37 | -41 | -46 | -43 | -47 | -49 | -48 |
| Índice de Produção Industrial – Ind. Transf. | VH | " | 0,1 | 2,8 | -0,3 | -1,7 | -1,4 | -8,5 | -4,4 | -8,2 | -12,8 | - |
| Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf. | " | " | 3,9 | 7,0 | 3,8 | 5,4 | 7,1 | -8,7 | -3,4 | -11,1 | -12,0 | - |
| Índice de Volume de Negócios - Serviços | " | " | 2,4 | 6,2 | 3,1 | 1,5 | 2,5 | -5,3 | -1,7 | -8,0 | -6,3 | - |

* Estimativa rápida CNT 4T 2008

Consumo Privado

Durante o 4.º trimestre de 2008, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma variação homóloga de -2,1%, desacelerando consideravelmente face ao trimestre anterior. Esta evolução resultou principalmente da quebra homóloga verificada na categoria dos bens não alimentares (-5,2%), já que os bens alimentares, ainda que abrandando face ao 3.º trimestre, registaram uma variação homóloga de 1,7%.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho

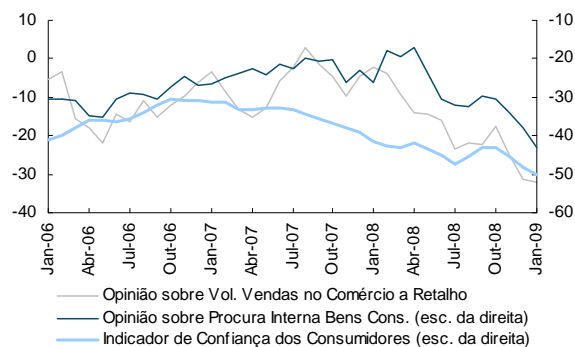


Fonte: INE.

Em Janeiro, a confiança dos consumidores atingiu um novo mínimo histórico, em virtude, sobretudo, de uma deterioração significativa nas perspectivas para a evolução da situação económica portuguesa e do desemprego. Paralelamente, estes desenvolvimentos terão contribuído para uma deterioração, em menor grau, das perspectivas sobre a capacidade de poupança das famílias.

No mesmo mês, e de acordo com as opiniões dos empresários, a procura interna por bens de consumos produzidos pela indústria transformadora deverá ter diminuído consideravelmente face a Dezembro. Já no que toca ao comércio a retalho, a redução no nível de actividade terá sido mais contida, podendo este resultado estar associado, em parte, à evolução observada nos preços.

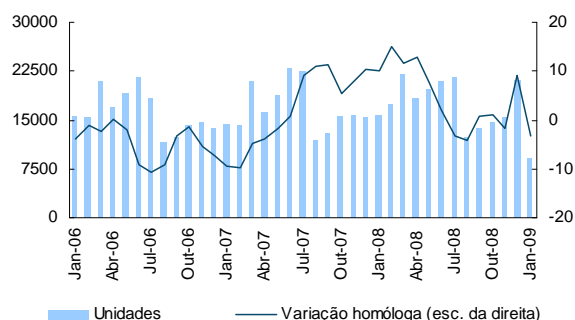
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram, em Janeiro, uma quebra homóloga de 43,1%, quebra essa que não poderá ser totalmente dissociada do acentuado crescimento que se observou em Dezembro (37,9%), em resultado da antecipação da aquisição de veículos motivada pelas alterações fiscais introduzidas no início de 2009.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | | | | | 2008 | | | |
|--|---------|-------|------|------|------|------|-----|------|------|------|------|-------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | Dez | Jan |
| Consumo Privado - CN Trimestrais | VH real | INE | : | 1,8 | 2,1 | 1,0 | 2,3 | : | - | - | - | - |
| Indicador de Confiança dos Consumidores | SRE-VE | " | -45 | -39 | -43 | -45 | -43 | -48 | -48 | -48 | -49 | -54 |
| Volume de Vendas no Comércio a Retalho | VH | " | -20 | -5 | -9 | -16 | -22 | -31 | -20 | -34 | -41 | -21 |
| Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho* | VH | " | 0,3 | -0,3 | 1,6 | 0,6 | 1,0 | -2,1 | 0,0 | -0,1 | -6,3 | : |
| Bens alimentares | VH | " | 2,2 | -2,4 | 3,3 | 1,4 | 2,1 | 1,7 | 4,3 | 2,5 | -1,7 | : |
| Bens não alimentares | VH | " | -1,3 | 1,4 | 0,1 | -0,1 | 0,0 | -5,2 | -3,5 | -2,1 | -9,9 | : |
| Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros** | VH | ACAP | 5,7 | 10,3 | 11,7 | 1,9 | 0,9 | 9,1 | -6,4 | -3,3 | 37,9 | -43,1 |
| Importações de bens de consumo*** | VH | INE | : | 7,3 | 4,1 | 3,5 | 5,1 | : | 2,3 | -5,3 | : | : |

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg;

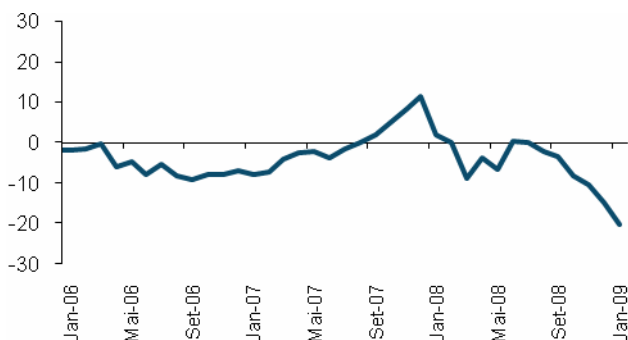
*** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o início do ano apontam para a continuação da tendência desfavorável no investimento. Este comportamento reflecte uma evolução muito desfavorável em todas as componentes do investimento, destacando-se a forte deterioração na construção e no material de transporte. Assim, em Janeiro:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 25%, em termos homólogos (-14,7% no 4.º trimestre);

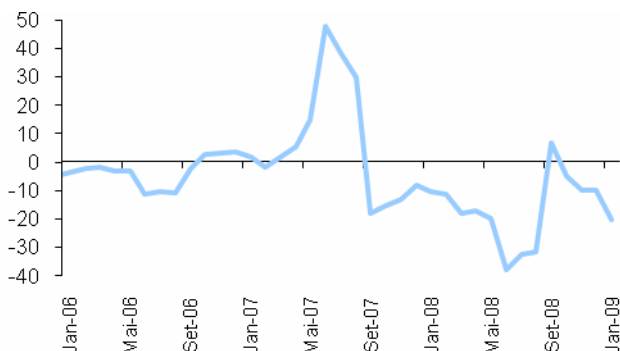
Figura 2.7. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fonte: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de -45,7% (-10,3% no 4.º trimestre);

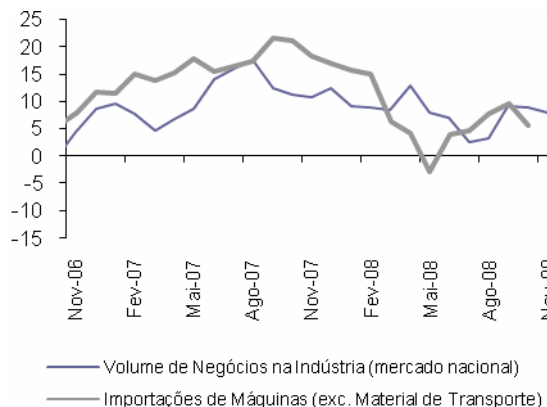
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso mantêm um comportamento desfavorável.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(MM3)



Fonte: INE.

No 4.º trimestre, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma desaceleração (0,3% em termos homólogos, que compara com 9,1% no 3.º trimestre).

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra de 2,3% em termos médio homólogos nos meses de Outubro e Novembro, (9,5% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

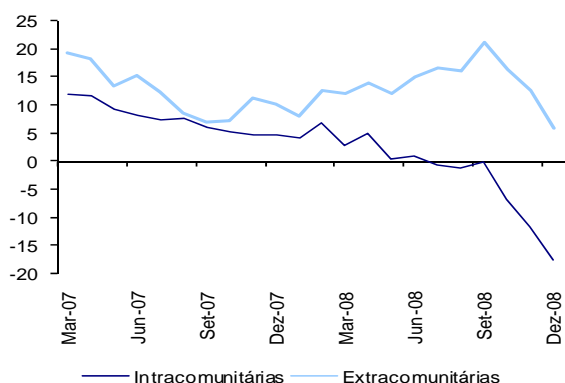
| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | | | | | 2008 | | | |
|---|---------|----------------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | Dez | Jan |
| FBCF – CN Trimestrais | VH Real | INE | : | 8,6 | 3,2 | 1,9 | -1,4 | : | : | : | : | : |
| Vendas de Cimento | VH | SECIL e CIMPOR | -6,6 | 11,3 | -8,7 | 0,5 | -3,4 | -14,7 | -9,7 | -20,7 | -14,0 | -25,0 |
| Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros | VH | ACAP | -19,0 | -8,3 | -18,3 | -38,0 | 6,6 | -10,3 | -9,1 | -17,7 | -4,4 | -45,7 |
| Vendas de Veículos Comerciais Pesados | VH | ACAP | -1,8 | 92,9 | 19,0 | 4,4 | -3,3 | -24,4 | 4,8 | -46,4 | -19,1 | -25,0 |
| Volume Vendas Bens de Investimento* | SRE-VE | INE | -18 | 1 | 4 | -4 | -29 | -29 | -29 | -38 | -23 | -29 |
| Licenças de Construção de fogos | VH | INE | : | -8,3 | -19,6 | -17,7 | -38,2 | -47,9 | -37,7 | -57,2 | -47,7 | : |
| Importações de Bens de Capital** | VH | INE | : | 16,9 | 7,0 | 5,3 | 9,5 | : | 2,6 | -7,0 | : | : |
| Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.*** | VH | INE | : | 12,4 | 8,6 | 7,0 | 9,1 | 0,3 | 3,7 | 4,0 | -6,0 | : |

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em Dezembro, de acordo com informação preliminar, tanto as saídas como as entradas de mercadorias registaram quebras de -15,2% e -11,6% em termos homólogos, respectivamente.

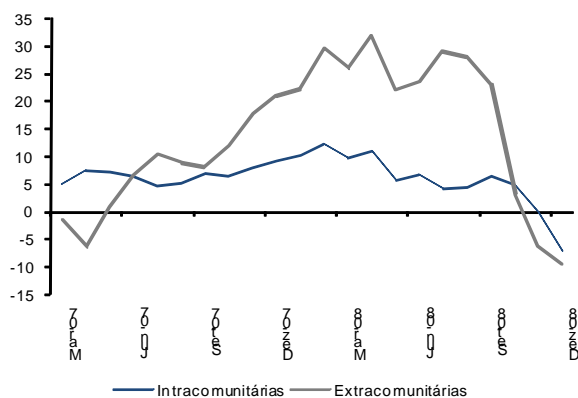
Figura 2.10. Exportações de Bens
(MM3, VH, %)



Nota: Em Novembro incorpora informação do SDDS.
Fontes: INE e SDDS.

No 4.º trimestre, de acordo com a informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS, as exportações apresentaram uma quebra em termos homólogos de 11,8%, o qual foi determinada pelo comportamento das saídas para o mercado intracomunitário, que caíram 17,5%. As exportações para o resto do mundo cresceram 6% no mesmo período.

Figura 2.11. Importações de Bens
(MM3, VH, %)



Fontes: INE e SDDS.
Nota: Em Novembro incorpora informação do SDDS.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | | | | | 2008 | | | |
|---|---------|-------|------|------|------|-------|-------|-------|------|------|-------|-------|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Set | Out | Nov | Dez* |
| Exportações (B & S) - CN Trimestrais | VH real | INE | | 5,4 | 3,9 | 1,8 | 0,7 | | - | - | - | - |
| Importações (B & S) - CN Trimestrais | VH real | " | | 7,5 | 6,3 | 3,0 | 1,8 | | - | - | - | - |
| Saldo de bens e serviços | % PIB | " | | -8,2 | -8,9 | -8,9 | -10,0 | | - | - | - | - |
| Nece ssid. de financiamento da economia | % PIB | " | | -9,4 | -9,7 | -10,3 | -12,2 | | - | - | - | - |
| Saídas de mercadorias | VH nom | " | 0,6 | 6,0 | 4,9 | 4,2 | 5,2 | -11,8 | 4,0 | -5,9 | -15,0 | -15,2 |
| Entradas de mercadorias | VH nom | " | 7,0 | 12,0 | 13,7 | 11,0 | 10,9 | -7,6 | 8,3 | 0,0 | -11,7 | -11,6 |

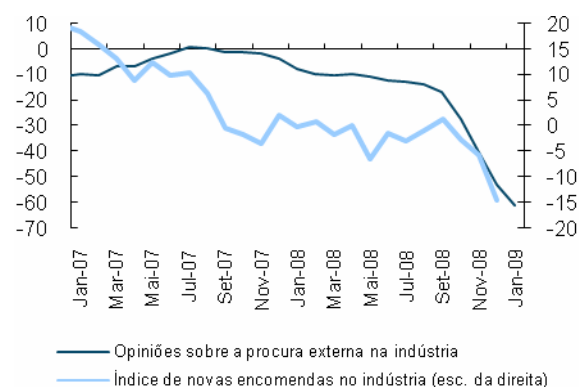
| Indicador | Unidade | Fonte | 2006 | 2007 | | 2008 | | Var. Ac. |
|-------------------------------------|-----------------------|-------|---------|----------|---------|----------|--------------|----------|
| | | | | Dezembro | Jan-Dez | Dezembro | Jan-Dezembro | |
| Saldo Balança Corrente e de Capital | 10 ⁶ euros | BP | -14.462 | -1.307 | -13.452 | -1.534 | -17.539 | 30,4% |
| Saldo Balança de Bens | " | " | -16.665 | -1.755 | -17.491 | -1.683 | -21.108 | 20,7% |
| Saldo Balança de Serviços | " | " | 4.804 | 512 | 6.720 | 537 | 6.906 | 2,8% |
| Saldo Balança de Rendimentos | " | " | -6.340 | -685 | -7.376 | -746 | -8.295 | 12,5% |
| Saldo Balança de Transf. Correntes | " | " | 2.521 | 194 | 2.634 | 181 | 2.496 | -5,3% |

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

No que se refere às importações, a quebra homóloga de 7,6% registada no 4.º trimestre resultou do comportamento desfavorável quer da evolução das importações do espaço intracomunitário (-7%) como do extra-comunitário (-9,5%).

As opiniões sobre procura externa na indústria e o índice de novas encomendas externas na indústria sugerem que o mercado externo continuará a evoluir de forma desfavorável nos próximos meses.

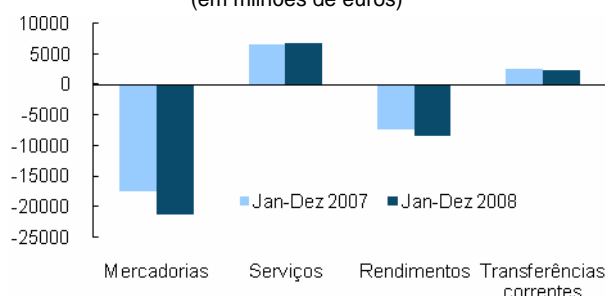
Figura 2.12. Mercado Externo: Opiniões e Índice de Novas Encomendas na Indústria
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em 2008, o saldo da balança corrente e de capital deteriorou-se em 30,5%, essencialmente em resultado da evolução das balanças de mercadorias e de rendimentos.

Figura 2.13. Balança Corrente: Composição do Saldo
(em milhões de euros)

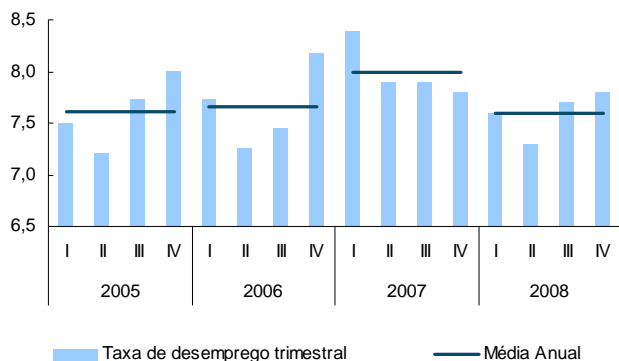


Fonte: Banco de Portugal

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no 4.º trimestre de 2008 a taxa de desemprego fixou-se em 7,8%, aumentando ligeiramente face ao trimestre precedente (+0,1p.p.). No conjunto de 2008, a taxa média anual foi de 7,6% (menos 0,4p.p. que no ano anterior).

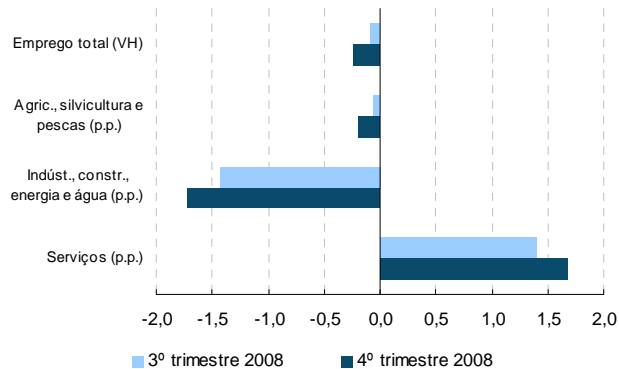
Figura 2.14. Taxa de Desemprego
(%)



Fonte: INE.

A variação homóloga do emprego total no 4.º trimestre diminuiu para -0,2%, reflectindo o agravamento dos contributos negativos da indústria e das actividades relacionadas com a agricultura, silvicultura e pescas. Os serviços, por sua vez, aumentaram o seu contributo para 1,7p.p. (1,4p.p. no 3.º trimestre). Este sector foi, também, o único que contribuiu para o crescimento do emprego total ao longo de 2008 (0,5%).

Figura 2.15. Contributos para o Crescimento do Emprego



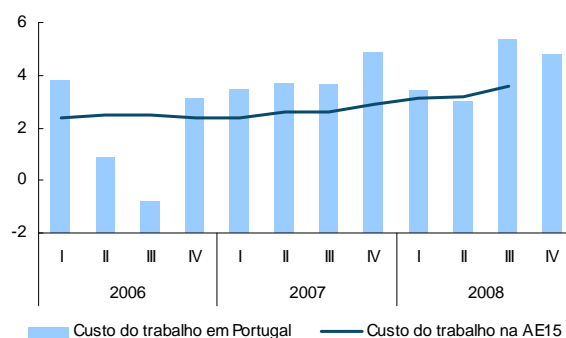
Fonte: INE.

De acordo com os dados do IEFP, no 4.º trimestre o número de novos desempregados inscritos registou uma variação homóloga de 25,6%, acelerando significativamente face ao trimestre anterior (12,4%). No conjunto do ano, a variação verificada foi de 11,1%, o que contrasta com a quebra registada em 2007 (-6,7%).

O crescimento homólogo das ofertas de emprego foi de 12,8% no 4.º trimestre, mantendo-se quase inalterado face ao trimestre anterior (13%), contudo a evolução das colocações exibiu um ligeiro abrandamento (14,7%, que compara com 18,2% no 3.º trimestre). No total de 2008, as ofertas de emprego aumentaram 5,5%, e as colocações exibiram um aumento de 7%.

No 4.º trimestre de 2008 o índice de custo do trabalho aumentou 4,8% em termos homólogos (5,3% no trimestre anterior), reflectindo não só o aumento do custo médio horário do trabalho, mas também uma diminuição das horas trabalhadas. No conjunto do ano, contudo, o crescimento do índice de custo do trabalho cifrou-se em 4,3%, acelerando ligeiramente face ao valor observado em 2007 (4%).

Figura 2.16. Índice do Custo do Trabalho
(VH, %)



Fonte: INE e Eurostat.

Em Janeiro de 2008, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento homólogo de 2,7%, tendo sido abrangidos cerca de 36 mil trabalhadores.

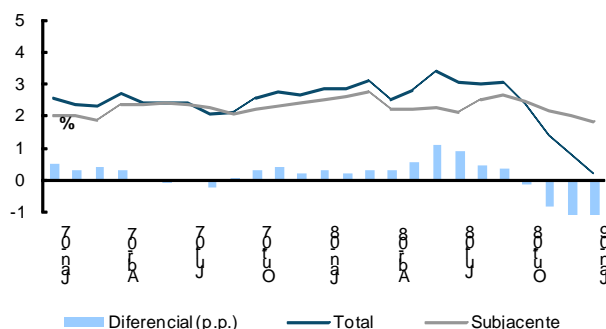
Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2007 | 2008 | | | | 2008 | | | |
|---|---------|----------|------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|-----|
| | | | | 4T | 1T | 2T | 3T | 4T | Out | Nov | Dez | Jan |
| Taxa de Desemprego | % | INE | 7,6 | 7,8 | 7,6 | 7,3 | 7,7 | 7,8 | - | - | - | - |
| Emprego Total | VH | " | 0,5 | 0,9 | 1,1 | 1,4 | -0,1 | -0,2 | - | - | - | - |
| Desemprego Registado (f.p.) | VH | IEFP | 6,6 | -13,8 | -11,4 | -1,6 | -0,7 | 6,6 | 0,5 | 2,9 | 6,6 | : |
| Desempregados Inscritos (l.p.) | VH | " | 11,1 | -9,9 | -2,9 | 10,1 | 12,4 | 25,6 | 18,8 | 24,8 | 37,1 | : |
| Ofertas de Emprego (l.p.) | VH | " | 5,5 | 25,1 | -0,4 | -2,8 | 13,0 | 12,8 | 6,1 | 12,0 | 25,7 | : |
| Contratação Colectiva | VHA | MTSS | 3,1 | 2,9 | 3,1 | 3,0 | 3,0 | 3,1 | 3,0 | 3,1 | 3,1 | 2,7 |
| Índice do Custo do Trabalho* - Portugal | VH | INE | 4,3 | 4,9 | 3,4 | 3,0 | 5,3 | 4,8 | - | - | - | - |
| Índice do Custo do Trabalho* - AE15 | VH | Eurostat | : | 2,9 | 3,1 | 3,2 | 3,6 | : | - | - | - | - |

Preços

Em Janeiro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) caiu para 0,2%, 0,6p.p. abaixo do verificado no mês anterior. Essa evolução é essencialmente explicada pelo comportamento dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos. De facto, a variação homóloga do IPC subjacente, que exclui esses componentes, caiu 0,2p.p. para 1,8%.

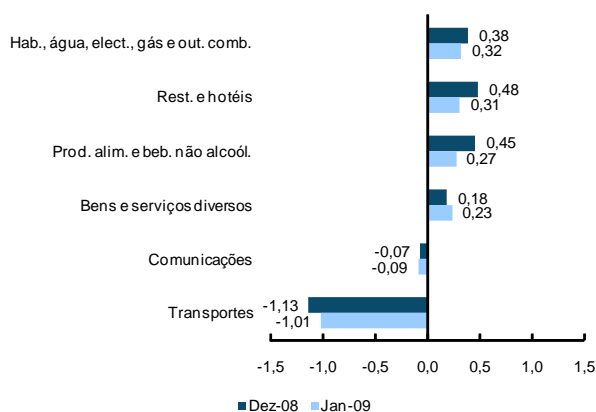
Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC Total e Subjacente (VH, em %)



Fonte: INE.

Para a redução da taxa de variação homóloga do IPC contribuiu a queda homóloga de 6,3% dos preços de Transporte e, em menor grau, de 2,9% dos preços das comunicações.

Figura 2.18. Principais Contributos para a Variação Homóloga do IPC (Pontos percentuais)



Fonte: INE.

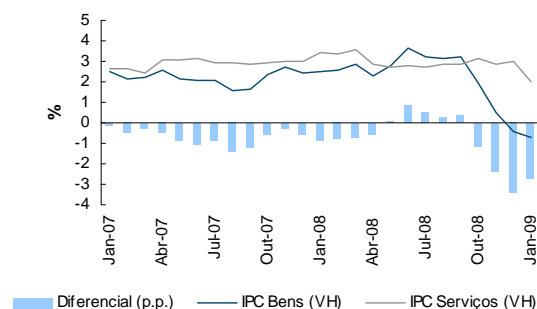
Quadro 2.6. Indicadores de Preços

| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | | | | | | | | | | 2009 |
|---|---------|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | | | Jan | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan** | |
| Índice de Preços no Consumidor | VC | INE | -0,1 | 0,4 | 0,5 | -0,6 | -0,5 | 0,5 | -0,2 | -0,6 | -0,5 | -0,7 | |
| Índice de Preços no Consumidor | VH | " | 2,9 | 2,8 | 3,4 | 3,1 | 3,0 | 3,1 | 2,3 | 1,4 | 0,8 | 0,2 | |
| Índice de Preços no Consumidor | VM12 | " | 2,5 | 2,6 | 2,7 | 2,7 | 2,8 | 2,9 | 2,9 | 2,7 | 2,6 | : | |
| IPC - Bens | VH | " | 2,5 | 2,8 | 3,7 | 3,2 | 3,1 | 3,2 | 1,9 | 0,5 | -0,4 | -0,7 | |
| IPC - Serviços | " | " | 3,4 | 2,7 | 2,8 | 2,7 | 2,9 | 2,9 | 3,1 | 2,9 | 3,0 | 2,0 | |
| IPC excl. aliment. não transf. e energético | " | " | 2,5 | 2,2 | 2,3 | 2,1 | 2,5 | 2,7 | 2,5 | 2,2 | 2,0 | 1,8 | |
| IHPC* | " | Eurostat | 2,9 | 2,8 | 3,4 | 3,1 | 3,1 | 3,2 | 2,5 | 1,4 | 0,8 | 0,1 | |
| Diferencial IHPC vs. área do euro (VH)* | (p.p.) | Eurostat | -0,3 | -0,8 | -0,6 | -0,9 | -0,7 | -0,5 | -0,7 | -0,7 | -0,7 | -1,0 | |

* Estimativa preliminar

** Quebra de série IPC para a base 2008 a partir de Janeiro de 2009; Entrada da Eslováquia na zona Euro desde Janeiro de 2009 (AE16)

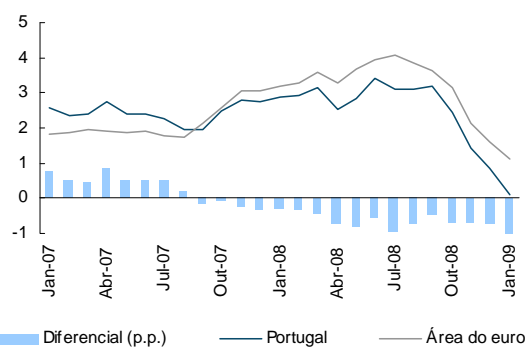
Figura 2.19. Taxa de Variação do IPC Bens e Serviços



Fonte: INE.

A taxa de variação homóloga de preços dos bens caiu para -0,7%, 0,3p.p. inferior ao valor registado em Dezembro. Nos serviços, a taxa de variação homóloga também caiu para 2,0% (3,0% em Dezembro).

Figura 2.20. Taxa de Variação do IHPC (VH, em %)



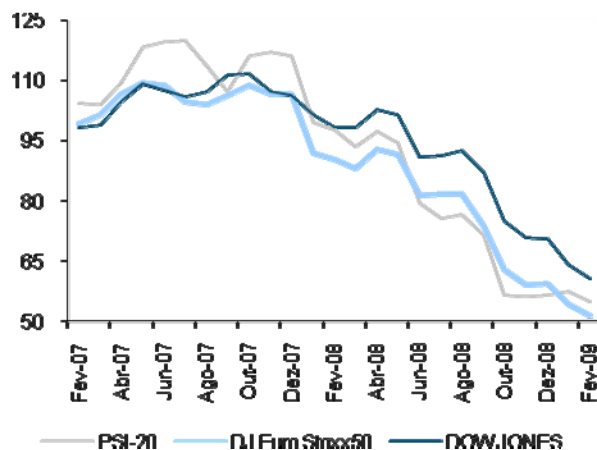
Fontes: INE e Eurostat.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 0,1% no mês de Janeiro, 1,0p.p. abaixo da variação homóloga na área do Euro (1,1%).

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Desde o início do ano e até meados de Fevereiro, continuou a assistir-se a uma diminuição dos índices bolsistas internacionais. Este comportamento reflecte uma maior aversão ao risco por parte dos investidores, uma maior incerteza quanto à amplitude e duração da recessão económica mundial e à deterioração dos lucros empresariais. Em meados de Fevereiro, os índices *Dow Jones* e *DJ Euro Stoxx50* diminuíram 14% e 13%, respectivamente, face ao final do ano de 2008.

Figura 2.21. Índices Bolsistas
(Dezembro 2006=100, fim do período)



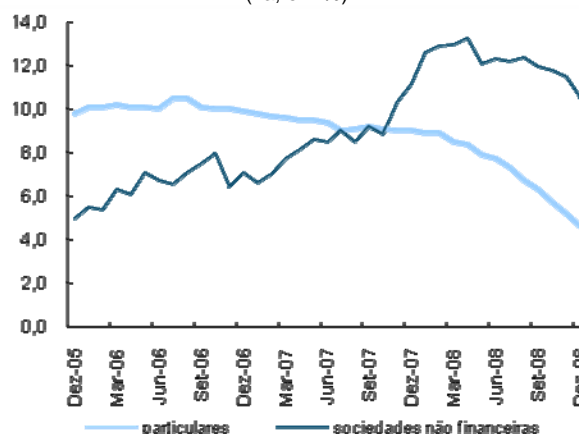
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Fevereiro, o valor é do dia 17.

O índice PSI-20 apresentou uma quebra menos acentuada, tendo no dia 17 de Fevereiro diminuído 2,7% face ao final do ano de 2008. Em Janeiro, a capitalização bolsista total em Portugal registou uma diminuição de 2,1% face ao mês precedente, devido à quebra mais significativa no segmento accionista.

Em Dezembro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado aos particulares para 4,6% (5,2% em Novembro) e às empresas para 10,6% (11,5% em Novembro).

Relativamente ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e o abrandamento significativo do crédito ao consumo.

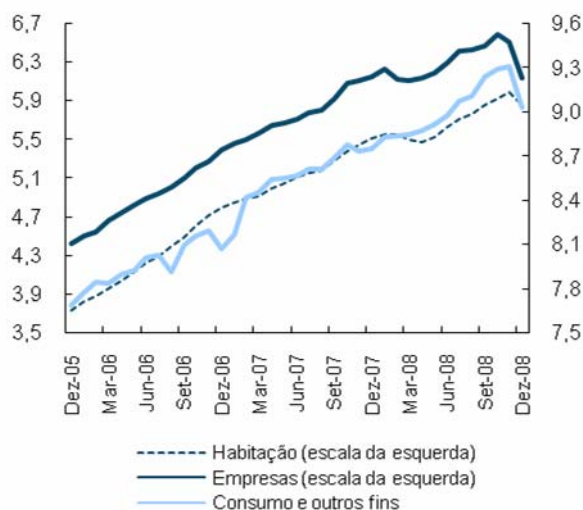
Figura 2.22. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram para os particulares e para as empresas não financeiras, invertendo a tendência de subida verificada nos últimos meses.

Figura 2.23. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

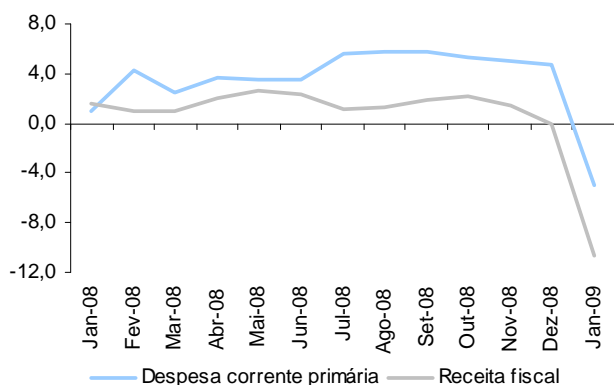
| Indicador | Unidade | Fonte | 2008 | 2008 | | | | | | | | | | | | 2009 |
|--|---------|-------|-------|------|-------|------|------|------|-------|------|------|-----|-----|--|--|------|
| | | | | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | | | | |
| Yield OT 10 anos PT* | % | IGCP | 4,0 | 4,8 | 5,1 | 4,8 | 4,7 | 4,7 | 4,7 | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 4,6 | | | |
| Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha* | p.b. | " | 103 | 34 | 45 | 45 | 49 | 71 | 91 | 77 | 103 | 128 | | | | |
| PSI 20* | VC | CMVM | -51,3 | -2,9 | -16,0 | -4,6 | 1,2 | -6,6 | -20,8 | -0,9 | 0,6 | 1,5 | | | | |
| Empréstimos a particulares: - para habitação | va** | BP | 4,3 | 7,3 | 7,1 | 6,7 | 6,2 | 5,8 | 5,2 | 4,8 | 4,3 | : | | | | |
| - para consumo | va** | " | 8,8 | 12,9 | 11,9 | 11,5 | 11,9 | 12,0 | 10,6 | 10,0 | 8,8 | : | | | | |
| Empréstimos a empresas | va** | " | 10,6 | 12,1 | 12,3 | 12,2 | 12,4 | 12,0 | 11,8 | 11,5 | 10,6 | : | | | | |
| Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação* | % | " | 5,86 | 5,52 | 5,63 | 5,71 | 5,77 | 5,86 | 5,93 | 5,99 | 5,86 | : | | | | |
| Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas* | % | " | 6,13 | 6,18 | 6,29 | 6,41 | 6,42 | 6,46 | 6,59 | 6,50 | 6,13 | : | | | | |

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em Janeiro, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 628,3 milhões de euros, revelando um agravamento de 262 milhões de euros quando comparado com o mesmo mês do ano anterior. O défice primário foi de 438,2 milhões de euros, 306 milhões de euros acima do verificado no mês homólogo de 2008.

Figura 2.24. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



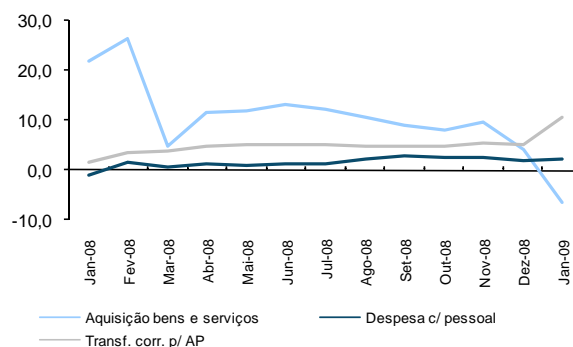
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2008, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita fiscal de 10,6%, tendo as receitas dos impostos directos e indirectos registado uma diminuição de 11,6% e 9,9%, respectivamente. Esta evolução é, fundamentalmente, explicada pela menor receita de IRC e pelo decréscimo na receita do IVA, do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos e do imposto sobre o tabaco;
- um decréscimo da despesa total em 5,1%. A despesa corrente primária registou uma diminuição de 4,9% enquanto que a despesa de capital registou um aumento de 6,5%. Para a diminuição da despesa corrente primária contribuíram, no essencial, as transferências correntes para outros sectores que não as AP (-72,3%) reflectindo o diferente padrão intra-anual da contribuição financeira de Portugal para a UE.

A redução na despesa com pessoal reflecte a reclassificação da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da CGA para transferências correntes, conforme previsto no OE para 2009. Corrigindo deste efeito, a despesa com pessoal aumentou 2,3% e as transferências correntes para as AP aumentaram 10,2%. Os juros e outros encargos da dívida registaram um decréscimo de 18,8%.

Figura 2.25. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.
Fonte: DGO.

Em 31 de Janeiro, a dívida directa do Estado situou-se nos 117,8 mil milhões de euros, registando um decréscimo de 626 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, fundamentalmente, a emissão líquida negativa de Bilhetes do Tesouro e de ECP, em euro e não euro, e, em sentido contrário, o aumento do stock de CEDIC.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

| | 31-Dez-08 | | Jan-09 | | 31-Jan-09 |
|------------------------|----------------|--------------|--------------|-----------|----------------|
| | Saldo | Emissões | Amortiz. | Outros | |
| Transaccionável | 96 891 | 2 398 | 4 070 | 71 | 95 290 |
| Bilhetes do Tesouro | 12 817 | 2 297 | 3 021 | 0 | 12 093 |
| Obrigações do Tesouro | 82 148 | 0 | 37 | 0 | 82 111 |
| Não Transaccionável | 21 572 | 4 454 | 3 478 | 0 | 22 547 |
| Certificados de Aforro | 17 198 | 111 | 119 | 0 | 17 189 |
| CEDIC | 4 183 | 3 645 | 2 800 | 0 | 5 028 |
| Total | 118 463 | 6 852 | 7 548 | 70 | 117 838 |

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

| | 2008 | | 2009 | | 2008 | | | 2009 |
|----------------------------|-----------------------|------|-----------------------------|-----|----------------|---------------|--------------|--------|
| | Jan | | Jan | | Out | Nov | Dez | Jan |
| | 10 ⁶ euros | | Exec. face OE corrig. * (%) | | VHA (%) | | | |
| Receita Total | 3233 | 2789 | 8,1 | 6,7 | 4,6 (2,8)** | 3,1 (1,8)** | 3,6 (2,5)** | -13,7 |
| Receita Corrente | 3131 | 2775 | 8,3 | 7,0 | 2,6 | 1,9 | 0,5 | -11,3 |
| Impostos Directos | 1069 | 945 | 7,2 | 6,2 | 7,0 | 6,8 | 3,9 | -11,6 |
| Impostos Indirectos | 1647 | 1483 | 7,6 | 6,8 | -1,2 | -2,1 | -2,8 | -9,9 |
| Despesa Total | 3599 | 3417 | 7,7 | 7,2 | 4,3 (2,9)** | 4,3 (3,2)** | 3,8 (2,7)** | -5,1 |
| Despesa Corrente Primária | 3123 | 2970 | 8,1 | 7,6 | 5,3 (4,0)** | 5,1 (3,7)** | 4,7 (3,4)** | -4,9 |
| Despesa Corrente | 3357 | 3160 | 7,7 | 7,1 | 5,4 (3,8)** | 5,1 (3,9)** | 4,9 (3,7)** | -5,9 |
| Despesa com Pessoal | 1035 | 749 | 7,4 | 7,0 | 2,6 | 2,5 | 2,0 | -27,7 |
| Aquisição Bens e Serviços | 36 | 34 | 2,2 | 2,5 | 8,1 | 9,5 | 4,1 | -6,6 |
| Subsídios | 1 | 13 | 0,0 | 1,9 | 93,1 (-11,5)** | 83,8 (-5,7)** | 74,6 (3,6)** | 2320,9 |
| Juros | 234 | 190 | 4,6 | 3,3 | 5,8 | 5,3 | 6,2 | -18,8 |
| Transferências corr. p/ AP | 1500 | 1993 | 9,4 | 8,5 | 4,8 | 5,3 | 5,1 | 32,9 |
| Saldo Global | -366 | -628 | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Primário | -132 | -438 | - | - | - | - | - | - |

Notas: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. ** Excluindo a operação de amortização do défice tarifário energético.

Fonte: DGO.

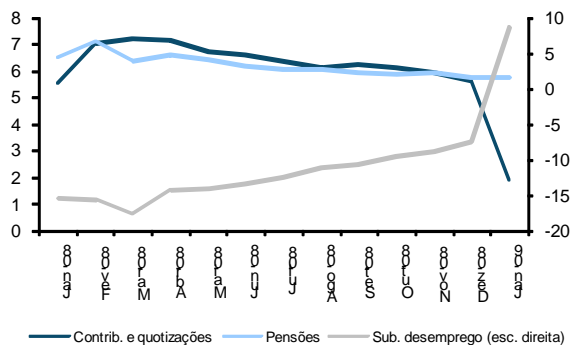
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Em Janeiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 384,8 milhões de euros, revelando uma redução de 186 milhões de euros face ao mesmo período de 2008.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao mês homólogo de 2008, caracterizou-se por:

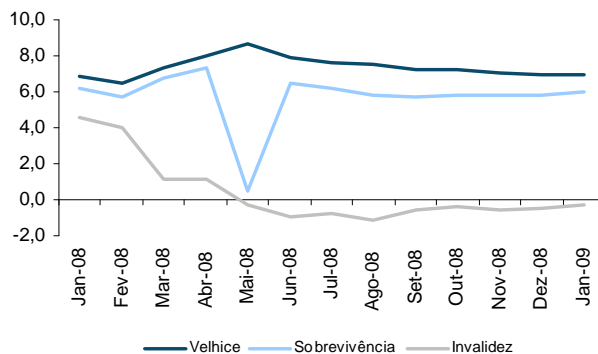
- uma diminuição da receita corrente em 3,5% influenciada essencialmente pela evolução negativa das transferências correntes do Fundo Social Europeu (-97,1%); por outro lado, as contribuições e as transferências correntes da Administração Central aumentaram 1,9% e 9,3%, respectivamente;
- um aumento da despesa corrente em 8,1%. Para este resultado contribuiu a subida da despesa de todas as prestações sociais, designadamente, pensões (5,8%), subsídio familiar a crianças e a jovens (29,7%), e rendimento social de inserção (18,9%). Os aumentos nos subsídios de desemprego (8,6%) e por doença (5,6%) foram acompanhados por um aumento do respectivo número de beneficiários. Em contrapartida, regista-se uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (-27%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-99,4%).

Figura 2.26. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



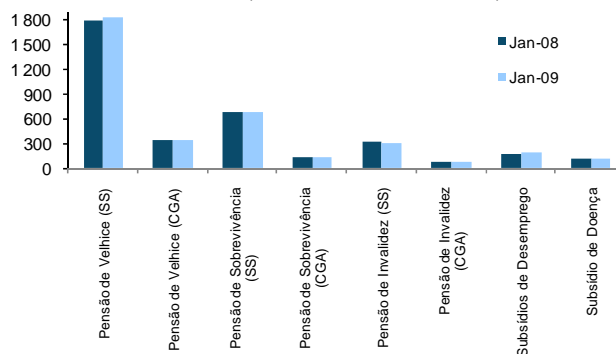
Fonte: MTSS.

Figura 2.27. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.28. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS e CGA.

Em Janeiro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 120,9 milhões de euros, o qual compara com 0,6 milhões de euros no mês homólogo do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 27,8% em termos homólogos, repercutindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado e as contribuições.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

| | Segurança Social | | | | Caixa Geral de Aposentações | | | | | | | |
|--|------------------|------|------|-----|-----------------------------|-----|------------|------|------|------|-------------------------|--|
| | 2008 | | 2009 | | 2008 | | 2009 | | 2008 | | 2009 | |
| | Jan | | Jan | | Jan | | Jan | | Jan | | Jan | |
| | 10^6 euros | | VHA | | Execução face ao OE (%) | | 10^6 euros | | VHA | | Execução face ao OE (%) | |
| Receita Total | 1997 | 1926 | -3,5 | 9,0 | 8,1 | 541 | 692 | 27,8 | 7,2 | 9,1 | | |
| Contribuições e quotizações | 1239 | 1263 | 1,9 | 9,5 | 9,1 | 203 | 240 | 18,1 | 6,3 | 6,1 | | |
| Transferências correntes da Adm. Central | 498 | 544 | 9,3 | 7,8 | 8,0 | 337 | 450 | 33,6 | 9,1 | 12,2 | | |
| Despesa Total | 1426 | 1542 | 8,1 | 6,6 | 7,0 | 541 | 571 | 5,6 | 7,0 | 7,2 | | |
| Pensões | 899 | 951 | 5,8 | 6,9 | 7,0 | 537 | 568 | 5,9 | 7,0 | 7,3 | | |
| Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego | 130 | 142 | 8,6 | 7,3 | 9,0 | - | - | - | - | - | | |
| Prestações e Acção Social | 281 | 344 | 22,4 | 7,0 | 8,4 | - | - | - | - | - | | |
| Saldo Global | 571 | 385 | - | - | - | 1 | 121 | - | - | - | | |

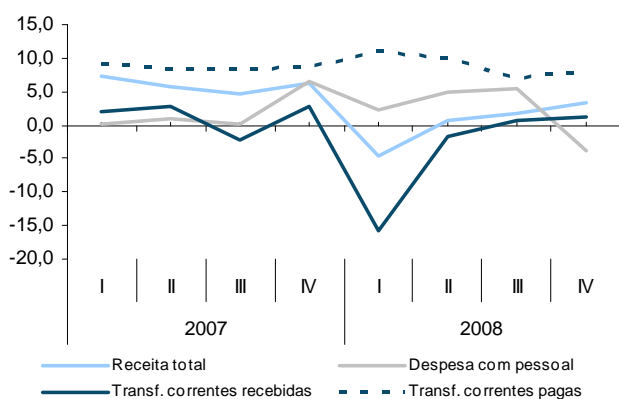
Fontes: DGO e GPEARl.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP

Em 2008, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP) foi de 318,8 milhões de euros, observando-se uma melhoria de 8,9 milhões de euros face ao ano anterior.

Figura 2.29. Execução Orçamental dos SFA
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

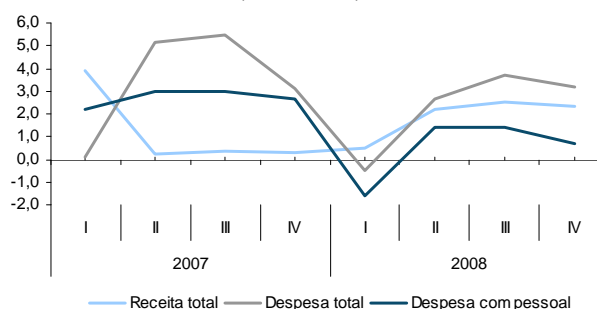
A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face a 2007, caracterizou-se por:

- um aumento de 1,4% na receita, impulsionado pelo comportamento favorável da receita de capital (24,5%) e da receita corrente, cujos aumentos das contribuições (0,9%), das transferências correntes recebidas da União Europeia (5%) e das outras receitas correntes (10,4%), determinaram um acréscimo de 1,2%; e
- um aumento da despesa corrente em 2,2%. Este comportamento é justificado pelo acréscimo das transferências correntes (8,0%), enquanto que se registou uma diminuição nas restantes despesas correntes, designadamente, nos subsídios atribuídos (-17,2%), nas despesas com pessoal (-3,8%) e na aquisição de bens e serviços (-5,8%). A despesa de capital apresentou um aumento de 13,2%, contribuindo para o aumento da despesa total.

Serviço Nacional de Saúde

Em 2008, o excedente global do Serviço Nacional de Saúde foi de 42,7 milhões de euros, tendo-se registado um excedente de 111,8 milhões de euros no ano anterior, considerando o universo comparável.

Figura 2.30. Execução Orçamental do Serviço Nacional de Saúde
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face a 2007, caracterizou-se por:

- um crescimento de 2,3% na receita cobrada, devido maioritariamente aos aumentos aferidos nas transferências correntes recebidas do Orçamento do Estado (3%); e
- um acréscimo da despesa em 3,2%, reflectindo, em larga medida, o aumento da despesa em subcontratos (4,2%) enquanto que a despesa em imobilizações registou um decréscimo (-18,6%).

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

| | Serviços e Fundos Autónomos | | | | | | | Serviço Nacional de Saúde* | | | |
|--|-----------------------------|--------|---------|------|------|------|-----------------------|----------------------------|---------|-----|--|
| | 2007 | 2008 | 2008 | | | | 2007 | 2008 | 2008 | | |
| | Jan a Dez | | Set | Out | Nov | Dez | Jan a Dez | | Set | Dez | |
| | 10 ⁶ euros | | VHA (%) | | | | 10 ⁶ euros | | VHA (%) | | |
| Receita Total | 15 250 | 15 748 | 1,9 | 2,1 | 2,0 | 3,3 | 8 191 | 8 380 | 2,5 | 2,3 | |
| Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE | 6 122 | 6 176 | 2,3 | 1,3 | 1,1 | 0,9 | - | - | - | - | |
| Transferências correntes da Adm. Central | 3 421 | 3 411 | -4,7 | -2,8 | 1,5 | -0,3 | 7 673 | 7 900 | 2,9 | 3,0 | |
| Despesa Total | 14 940 | 15 429 | 2,6 | 2,0 | 1,5 | 3,3 | 8 079 | 8 337 | 3,7 | 3,2 | |
| Despesa com pessoal | 2 118 | 2 037 | 5,5 | -0,6 | -0,9 | -3,8 | 1 496 | 1 506 | 1,4 | 0,7 | |
| Aquisição de bens e serviços | 1 165 | 1 104 | 1,6 | -0,2 | -7,1 | -5,2 | 643 | 663 | 3,7 | 3,2 | |
| Subcontratos | - | - | - | - | - | - | 5 646 | 5 883 | 4,3 | 4,2 | |
| Transferências correntes | 8 717 | 9 418 | 7,1 | 6,2 | 6,2 | 8,0 | - | - | - | - | |
| Saldo Global | 310 | 319 | - | - | - | - | 112 | 43 | - | - | |

Nota: * Os valores do SNS para 2007 referem-se ao universo comparável.

Fonte: DGO.

Administrações Local e Regional

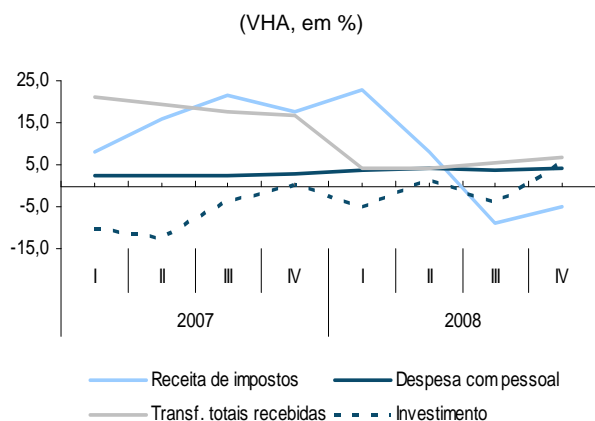
Administração Local

Em 2008, e na óptica da contabilidade pública, o défice da execução orçamental da Administração Local foi de 301,1 milhões de euros, o que compara com um excedente de 146,8 milhões de euros registado no ano anterior, considerando o mesmo universo.

A execução orçamental da Administração Local, face a 2007, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 0,8%, influenciada, principalmente, pelo aumento das transferências correntes e de capital recebidas ao abrigo da Lei das Finanças Locais; em contrapartida, observa-se um decréscimo da receita de impostos;
- um aumento da despesa total em 7,4%, repercutindo, sobretudo, o aumento das despesas em aquisição de bens e serviços (9,6%), do investimento (5,3%) e da despesa com pessoal (4%). Os encargos com juros registaram um aumento de 23,5%.

Figura 2.31. Execução Orçamental da Administração Local – principais componentes



Fonte: DGO.

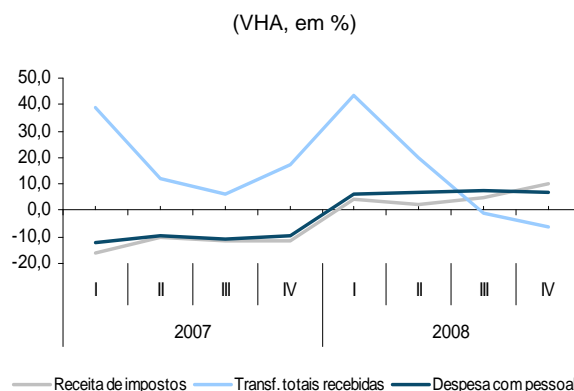
Administração Regional

Em 2008, e na óptica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional foi de 171,4 milhões de euros, que compara com um défice de 4,4 milhões de euros do ano anterior.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2007, caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 7,7%, reflectindo o comportamento positivo da receita de impostos, em particular do IVA (25%), do IRS e do IRC (respectivamente, 9,6% e 3,9%). Contudo, o comportamento das receitas de capital (-28%) contribuiu negativamente para a receita total, que registou uma diminuição de 2,2%; e
- um aumento da despesa total em 5,5%, traduzindo, essencialmente, um aumento das despesas com pessoal (6,7%), aquisição de bens e serviços (14,5%) e investimento (25,7%); as transferências correntes e de capital registaram um decréscimo de 5,5% e 28,8%, respectivamente.

Figura 2.32. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

| | Administração Local* | | | | Administração Regional | | | |
|------------------------------|-----------------------|-------|---------|------|------------------------|-------|---------|------|
| | 2007 | | 2008 | | 2007 | | 2008 | |
| | Jan a Dez | | Set | Dez | Jan a Dez | | Set | Dez |
| | 10 ⁶ euros | | VHA (%) | | 10 ⁶ euros | | VHA (%) | |
| Receita total | 6 966 | 7 021 | -1,2 | 0,8 | 2 163 | 2 116 | -1,8 | -2,2 |
| Impostos | 2 587 | 2 455 | -8,8 | -5,1 | 1 189 | 1 307 | 5,0 | 10,0 |
| Transferências correntes | 1 791 | 1 912 | 5,3 | 6,8 | 289 | 271 | -1,4 | -6,0 |
| Despesa total | 6 819 | 7 322 | 3,9 | 7,4 | 2 167 | 2 287 | 18,4 | 5,5 |
| Pessoal | 2 023 | 2 104 | 3,8 | 4,0 | 705 | 753 | 7,6 | 6,7 |
| Aquisição de bens e serviços | 1 583 | 1 734 | 8,2 | 9,6 | 354 | 406 | 67,0 | 14,5 |
| Transferências correntes | 469 | 494 | 3,3 | 5,4 | 463 | 437 | 0,1 | -5,5 |
| Investimento | 1 944 | 2 046 | -4,3 | 5,3 | 272 | 342 | 63,6 | 25,7 |
| Saldo global | 147 | -301 | - | - | -4 | -171 | - | - |

Nota: * Os valores da AL para 2007 referem-se ao universo comparável.

Fonte: DGO.

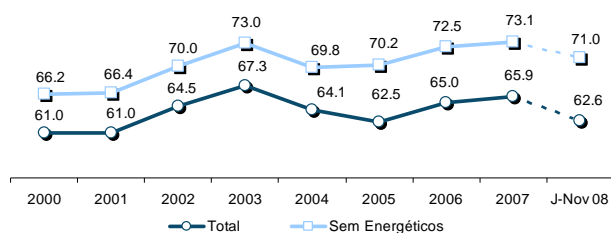
3. Comércio Internacional

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008, as entradas ^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das saídas (+8,4% contra +1,9%) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

| Intra + Extra UE (milhões de Euros) | Janeiro a Novembro | | | VH | |
|--|--------------------|----------|------|-----------------|------------------|
| | 2007 | 2008 | VH | Últimos 3 meses | Últimos 12 meses |
| Saídas (fob) | 34 875 | 35 505 | 1.8 | -5.9 | 1.9 |
| Entradas (cif) | 52 421 | 56 741 | 8.2 | -1.5 | 8.4 |
| (fob) | 49 973 | 54 091 | 8.2 | -1.5 | 8.4 |
| Saldo (fob-cif) | - 17 546 | - 21 235 | 21.0 | 6.4 | 21.2 |
| (fob-fob) | - 15 098 | - 18 586 | 23.1 | 7.6 | 23.2 |
| Cobertura (fob/cif) | 66.5 | 62.6 | - | - | - |
| (fob/fob) | 69.8 | 65.6 | - | - | - |
| Sem energéticos: | | | | | |
| Saídas (fob) | 33 342 | 33 383 | 0.1 | -5.5 | 0.3 |
| Entradas (cif) | 45 247 | 46 998 | 3.9 | -2.1 | 3.9 |
| (fob) | 43 134 | 44 803 | 3.9 | -2.1 | 3.9 |
| Saldo (fob-cif) | - 11 906 | - 13 615 | 14.4 | 6.4 | 13.8 |
| (fob-fob) | - 9 793 | - 11 421 | 16.6 | 8.1 | 15.8 |
| Cobertura (fob/cif) | 73.7 | 71.0 | - | - | - |
| (fob/fob) | 77.3 | 74.5 | - | - | - |
| Extra UE (milhões de Euros) | Janeiro a Dezembro | | | VH | |
| | 2007 | 2008 | VH | Últimos 3 meses | Últimos 12 meses |
| Exportações (fob) | 8 769 | 9 955 | 13.5 | 6.0 | 13.5 |
| Importações (cif) | 14 040 | 16 187 | 15.3 | -9.5 | 15.3 |
| (fob) | 13 384 | 15 431 | 15.3 | -9.5 | 15.3 |
| Saldo (fob-cif) | - 5 271 | - 6 232 | 18.2 | -35.0 | 18.2 |
| (fob-fob) | - 4 615 | - 5 476 | 18.7 | -38.6 | 18.7 |
| Cobertura (fob/cif) | 62.5 | 61.5 | - | - | - |
| (fob/fob) | 65.5 | 64.5 | - | - | - |

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Dezembro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro a Novembro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que neste período as saídas cresceram 0,3%, tendo as entradas aumentado 3,9%.

Nos últimos três meses (Setembro a Novembro), as saídas acusaram uma diminuição de 5,5%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma descida de 2,1% face ao período homólogo do ano anterior.

No período de Janeiro a Novembro de 2008, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 62,6% (71,0% excluindo energéticos) (Figura 3.1).

Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Dezembro de 2008 referentes ao comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros terão aumentado 13,5%, e as importações 15,3% (Quadro 3.1).

Após uma diminuição no mês de Agosto face ao mesmo mês do ano anterior (-1,1%), as saídas de mercadorias aumentaram 4,0% no mês de Setembro, para caírem 5,9% em Outubro e 15,0% em Novembro (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral

| Intra+Extra UE (milhões de Euros) | ENTRADA (Cif) | | | SAÍDA (Fob) | | |
|--------------------------------------|---------------|--------|-------|-------------|-------|-------|
| | 2007 | 2008 | VH | 2007 | 2008 | VH |
| Janeiro | 4 412 | 5 000 | 13.3 | 3 093 | 3 320 | 7.4 |
| Fevereiro | 4 224 | 5 298 | 25.4 | 2 961 | 3 369 | 13.8 |
| Março | 4 904 | 5 098 | 4.0 | 3 449 | 3 282 | -4.8 |
| Abril | 4 553 | 5 448 | 19.6 | 2 950 | 3 371 | 14.2 |
| Mai | 5 024 | 5 344 | 6.4 | 3 291 | 3 327 | 1.1 |
| Junho | 4 810 | 5 179 | 7.7 | 3 351 | 3 295 | -1.7 |
| Julho | 4 873 | 5 731 | 17.6 | 3 426 | 3 795 | 10.8 |
| Agosto | 4 215 | 4 467 | 6.0 | 2 440 | 2 413 | -1.1 |
| Setembro | 4 779 | 5 174 | 8.3 | 3 131 | 3 258 | 4.0 |
| Outubro | 5 311 | 5 310 | 0.0 | 3 417 | 3 214 | -5.9 |
| Novembro | 5 316 | 4 693 | -11.7 | 3 366 | 2 863 | -15.0 |
| Dezembro | 4 634 | | | 2 713 | | |
| 1º Trimestre | 13 540 | 15 395 | 13.7 | 9 503 | 9 971 | 4.9 |
| 2º Trimestre | 14 387 | 15 971 | 11.0 | 9 593 | 9 993 | 4.2 |
| 3º Trimestre | 13 867 | 15 372 | 10.9 | 8 997 | 9 465 | 5.2 |
| 4º Trimestre | 15 261 | | | 9 496 | | |

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional":

www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Novembro de 2008 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Dezembro de 2008, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2007, são os implícitos numa terceira versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros. Paralelamente, "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 1,9% (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Energéticos" (+36,8%), e "Agro-alimentares" (+13,1%).

Seguiram-se os grupos "Produtos Acabados Diversos" (+3,8%), "Químicos" (+2,7%), e "Minérios e Metais" (+1,6%).

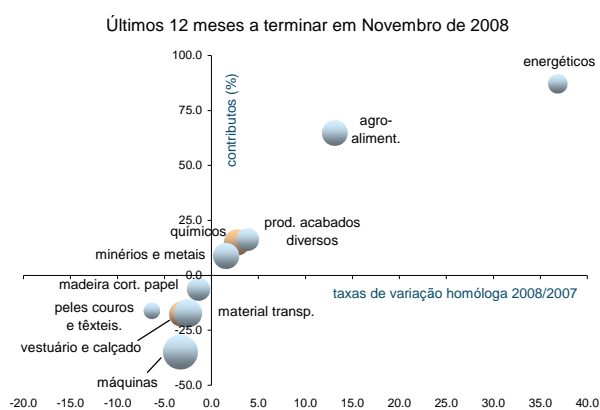
Verificaram-se descidas nos grupos "Peles, Couros e Têxteis" (-6,3%), "Máquinas" (-3,3%), "Vestuário e Calçado" (-3,2%), "Material de Transporte" (-2,5%) "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,4%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram um aumento no "calçado" (+2,3%), e quebras no "vestuário de malha" (-6,6%) e no "vestuário excepto de malha" (-5,0%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Energéticos" (87,2%), "Agro-alimentares" (64,7%), "Produtos Acabados Diversos" (16,3%), "Químicos" (15,0%), e "Minérios e Metais" (8,9%), e (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Contributo negativo tiveram os grupos "Máquinas" (-34,9%), "Vestuário e Calçado" (-17,6%) "Material de transporte" (-17,2%), "Peles, Couros e Têxteis" (-16,1%), e "Madeira, Cortiça e Papel" (-6,3%).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar.

Quadro 3.3. Saídas* de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

| Grupos de Produtos | Milhões de Euros | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | | | | |
|--------------------------------|------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------|-----------------|--------------|------------|-----------------|--------------|
| | | | Anual | | Jan-Nov | | média anual 02-07** | últimos 12 meses | | | Jan-Nov | | |
| | 2007 | 2008 | 2002 | 2007** | 2007 | 2008 | | VH | contributos [1] | | VH | contributos [1] | |
| | | | | | | | | p.p. | % | | p.p. | % | |
| TOTAL DAS SAÍDAS | 34 875 | 35 505 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 6.1 | 1.9 | 1.9 | 100.0 | 1.8 | 1.8 | 100.0 |
| 000 Agro-Alimentares | 3 257 | 3 667 | 7.8 | 9.4 | 9.3 | 10.3 | 9.8 | 13.1 | 1.2 | 64.7 | 12.6 | 1.2 | 65.1 |
| 100 Energéticos | 1 534 | 2 123 | 2.0 | 4.5 | 4.4 | 6.0 | 25.4 | 36.8 | 1.6 | 87.2 | 38.4 | 1.7 | 93.5 |
| 200 Químicos | 3 709 | 3 753 | 8.1 | 10.9 | 10.6 | 10.6 | 12.7 | 2.7 | 0.3 | 15.0 | 1.2 | 0.1 | 7.0 |
| 300 Madeira, Cortiça e Papel | 3 021 | 2 962 | 9.6 | 8.8 | 8.7 | 8.3 | 4.2 | -1.4 | -0.1 | -6.3 | -1.9 | -0.2 | -9.3 |
| 400 Peles, Couros e Têxteis | 1 674 | 1 565 | 7.7 | 4.8 | 4.8 | 4.4 | -3.6 | -6.3 | -0.3 | -16.1 | -6.5 | -0.3 | -17.3 |
| 500 Vestuário e Calçado | 3 663 | 3 507 | 16.5 | 10.4 | 10.5 | 9.9 | -3.3 | -3.2 | -0.3 | -17.6 | -4.3 | -0.4 | -24.9 |
| 600 Minérios e Metais | 3 768 | 3 833 | 6.4 | 10.8 | 10.8 | 10.8 | 17.9 | 1.6 | 0.2 | 8.9 | 1.7 | 0.2 | 10.2 |
| 700 Máquinas | 6 895 | 6 710 | 19.7 | 19.9 | 19.8 | 18.9 | 6.3 | -3.3 | -0.7 | -34.9 | -2.7 | -0.5 | -29.5 |
| 800 Material de Transporte | 4 533 | 4 472 | 15.0 | 12.9 | 13.0 | 12.6 | 2.9 | -2.5 | -0.3 | -17.2 | -1.3 | -0.2 | -9.7 |
| 900 Produtos Acabados Diversos | 2 821 | 2 914 | 7.3 | 7.7 | 8.1 | 8.2 | 7.2 | 3.8 | 0.3 | 16.3 | 3.3 | 0.3 | 14.8 |

Por memória:

| | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|
| Total sem energéticos | 33 342 | 33 383 | 98.0 | 95.5 | 95.6 | 94.0 | 5.5 | 0.3 | 0.2 | 12.8 | 0.1 | 0.1 | 6.5 |
|-----------------------|--------|--------|------|------|------|------|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro, as expedições para o mercado comunitário decresceram 1,6%, cabendo uma diminuição de 2,2% aos países da UE-15 e um aumento de 17,5% aos 12 países do alargamento. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 13,4% (Quadro 3.4).

Neste período, destaca-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+16,1%). Aumentaram também as expedições para a Dinamarca (+1,4%) e Bélgica (+0,4%).

Verificaram-se decréscimos nas expedições para o Reino Unido (-8,9%), Itália (-5,6%), França (-4,6%), Suécia (-3,6%), Alemanha (-1,4%), Espanha (-0,7%), e Países Baixos (-0,1%).

Entre os países terceiros, as exportações para Angola, o principal parceiro extracomunitário, registaram uma taxa de crescimento de 33,8% nos últimos 12 meses, ao mesmo tempo que os fornecimentos aos EUA caíram 24,1%. Também as exportações para o Japão registaram uma diminuição acentuada (-36,9%).

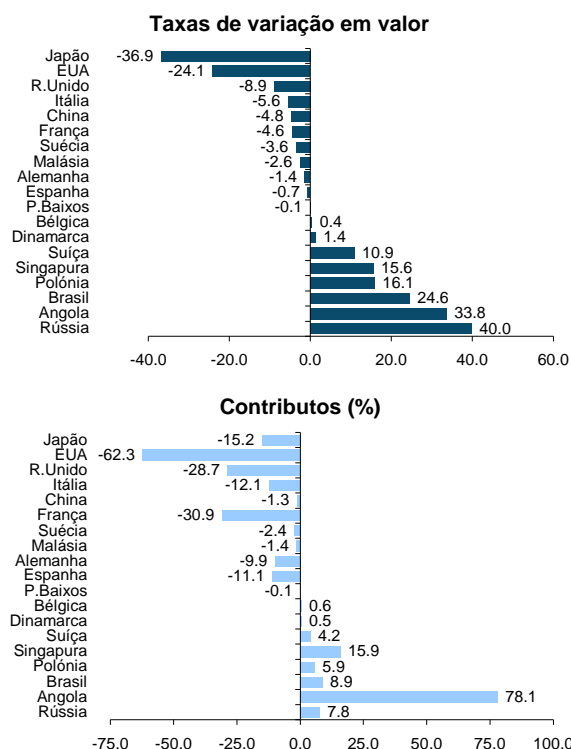
No mesmo período, ressalta o forte incremento das exportações para a Rússia (+40,0%), e também para o Brasil (+24,6%), Singapura (+15,6%), e Suíça (+10,9%) (Figura 3.3).

Nestes últimos 12 meses, de referir ainda a queda das exportações para a China (-4,8%), que nos últimos cinco anos haviam aumentado à taxa média anual de 17,6%.

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, couberam a Angola (78,1%) e Singapura (15,9%) (Figura 3.3). Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 21,5%.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008



Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

| Destino | Jan-Nov | | Estrutura (%) | | | | média anual 02-07* | Taxas de variação e contributos [2] | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|-------------------------------------|-------------|--------------|-------------|-------------|---------------|
| | 2007 | 2008 | anual | | Jan-Nov | | | últimos 12 meses | | | | Jan-Nov | |
| | | | 2002 | 2007* | 2007 | 2008 | | VH [1] | contributos | | VH | contributos | |
| | | | | | | | | | p.p. | % | | p.p. | % |
| TOTAL | 34 875 | 35 505 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 6.1 | 1.9 | 1.9 | 100.0 | 1.8 | 1.8 | 100.0 |
| Intra UE-27 | 26 801 | 26 280 | 81.4 | 76.1 | 76.8 | 74.0 | 4.7 | -1.6 | -1.2 | -65.6 | -1.9 | -1.5 | -82.8 |
| dos quais: | | | | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 25 981 | 25 327 | 79.8 | 73.8 | 74.5 | 71.3 | 4.4 | -2.2 | -1.6 | -86.7 | -2.5 | -1.9 | -103.9 |
| Espanha | 9 830 | 9 650 | 20.9 | 27.7 | 28.2 | 27.2 | 12.1 | -0.7 | -0.2 | -11.1 | -1.8 | -0.5 | -28.5 |
| Alemanha | 4 609 | 4 587 | 17.7 | 13.2 | 13.2 | 12.9 | 0.0 | -1.4 | -0.2 | -9.9 | -0.5 | -0.1 | -3.4 |
| França | 4 416 | 4 179 | 13.5 | 12.6 | 12.7 | 11.8 | 4.5 | -4.6 | -0.6 | -30.9 | -5.4 | -0.7 | -37.6 |
| R.Unido | 2 126 | 1 969 | 10.4 | 6.0 | 6.1 | 5.5 | -4.9 | -8.9 | -0.5 | -28.7 | -7.4 | -0.4 | -24.8 |
| Itália | 1 442 | 1 353 | 4.6 | 4.1 | 4.1 | 3.8 | 3.9 | -5.6 | -0.2 | -12.1 | -6.2 | -0.3 | -14.2 |
| P.Baixos | 1 175 | 1 170 | 3.8 | 3.4 | 3.4 | 3.3 | 3.4 | -0.1 | 0.0 | -0.1 | -0.4 | 0.0 | -0.8 |
| Bélgica | 884 | 875 | 4.3 | 2.6 | 2.5 | 2.5 | -4.3 | 0.4 | 0.0 | 0.6 | -1.1 | 0.0 | -1.5 |
| Suécia | 429 | 428 | 1.5 | 1.2 | 1.2 | 1.2 | 2.0 | -3.6 | 0.0 | -2.4 | -0.1 | 0.0 | -0.1 |
| Dinamarca | 259 | 258 | 1.0 | 0.7 | 0.7 | 0.7 | -0.2 | 1.4 | 0.0 | 0.5 | -0.5 | 0.0 | -0.2 |
| Alargamento | 820 | 953 | 1.5 | 2.4 | 2.4 | 2.7 | 15.6 | 17.5 | 0.4 | 21.5 | 16.2 | 0.4 | 21.1 |
| Polónia | 243 | 277 | 0.5 | 0.7 | 0.7 | 0.8 | 13.3 | 16.1 | 0.1 | 5.9 | 14.0 | 0.1 | 5.4 |
| Extra UE-27 | 8 074 | 9 226 | 18.6 | 23.9 | 23.2 | 26.0 | 11.4 | 13.4 | 3.1 | 165.6 | 14.3 | 3.3 | 182.8 |
| dos quais: | | | | | | | | | | | | | |
| EUA | 1 656 | 1 261 | 5.7 | 4.9 | 4.7 | 3.6 | 2.6 | -24.1 | -1.2 | -62.3 | -23.9 | -1.1 | -62.7 |
| Angola | 1 528 | 2 040 | 2.1 | 4.6 | 4.4 | 5.7 | 24.2 | 33.8 | 1.5 | 78.1 | 33.4 | 1.5 | 81.1 |
| Singapura | 659 | 789 | 0.4 | 1.9 | 1.9 | 2.2 | 42.2 | 15.6 | 0.3 | 15.9 | 19.7 | 0.4 | 20.6 |
| Malásia | 367 | 343 | 0.2 | 1.1 | 1.1 | 1.0 | 49.7 | -2.6 | 0.0 | -1.4 | -6.4 | -0.1 | -3.7 |
| Japão | 279 | 164 | 0.3 | 0.8 | 0.8 | 0.5 | 25.9 | -36.9 | -0.3 | -15.2 | -41.0 | -0.3 | -18.1 |
| Suíça | 249 | 283 | 1.1 | 0.7 | 0.7 | 0.8 | -2.0 | 10.9 | 0.1 | 4.2 | 13.5 | 0.1 | 5.3 |
| Brasil | 236 | 298 | 0.6 | 0.7 | 0.7 | 0.8 | 9.5 | 24.6 | 0.2 | 8.9 | 26.3 | 0.2 | 9.8 |
| Por memória: | | | | | | | | | | | | | |
| China | 168 | 173 | 0.3 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 17.6 | -4.8 | 0.0 | -1.3 | 2.7 | 0.0 | 0.7 |
| Rússia | 131 | 183 | 0.1 | 0.4 | 0.4 | 0.5 | 35.0 | 40.0 | 0.1 | 7.8 | 39.2 | 0.1 | 8.2 |
| PALOP | 1 883 | 2 434 | 3.0 | 5.6 | 5.4 | 6.9 | 20.3 | 29.5 | 1.6 | 84.3 | 29.3 | 1.6 | 87.4 |
| EFTA | 352 | 392 | 1.9 | 1.0 | 1.0 | 1.1 | -6.2 | 9.6 | 0.1 | 5.1 | 11.4 | 0.1 | 6.4 |

* O ano de 2007 na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Dez 07-Nov 08) / (Dez 06-Nov 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 8,4% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos “Energéticos” (60,2%), “Agro-alimentares” (11,1%), “Material de Transporte” (10,6%), “Máquinas” (8,9%), e “Químicos” (8,8%).

Seguiram-se os grupos dos “Produtos Acabados Diversos” (2,0 %) e dos “Minérios e Metais” (1,9%).

Apresentaram contributos negativos os grupos dos “Têxteis, Vestuário e Calçado” (-2,4%) e das “Pele, Madeira, Cortiça e Papel” (-1,1%).

No período de Janeiro a Novembro de 2008, a UE-27 foi a origem de 73,2% das entradas de mercadorias, cabendo 71,4% aos países da UE-15 e 1,9% aos doze países do alargamento (Quadro 3.5).

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,7%), da Alemanha (12,3%) e de França (8,3%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,2% do total.

Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

| Grupos de Produtos | 10 ⁶ Euros (Cif) | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos [2] | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------------------|------------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| | Jan-Nov | | Anual | | Jan-Nov | | média anual 02-07** | últimos 12 meses | | | Jan-Nov | | |
| | 2007 | 2008 | 2002 | 2007** | 2007 | 2008 | | VH [1] | contributos | | VH | contributos | |
| | | | | | | | p.p. | | % | | | p.p. | % |
| TOTAL DAS ENTRADAS | 52 421 | 56 741 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 5.5 | 8.4 | 8.4 | 100.0 | 8.2 | 8.2 | 100.0 |
| Grupos de Produtos | | | | | | | | | | | | | |
| 000-Agro-Alimentares | 6 714 | 7 234 | 12.8 | 12.8 | 12.8 | 12.7 | 5.5 | 7.3 | 0.9 | 11.1 | 7.7 | 1.0 | 12.0 |
| 100-Energéticos | 7 174 | 9 743 | 9.6 | 14.3 | 13.7 | 17.2 | 14.2 | 37.2 | 5.1 | 60.2 | 35.8 | 4.9 | 59.5 |
| 200-Químicos | 7 195 | 7 567 | 13.8 | 13.7 | 13.7 | 13.3 | 5.3 | 5.4 | 0.7 | 8.8 | 5.2 | 0.7 | 8.6 |
| 300-Pele, Mad, Cortiça e Papel | 2 500 | 2 451 | 5.7 | 4.7 | 4.8 | 4.3 | 1.7 | -2.0 | -0.1 | -1.1 | -2.0 | -0.1 | -1.1 |
| 400-Têxteis, Vestuário e Calçado | 3 606 | 3 478 | 8.6 | 6.6 | 6.9 | 6.1 | 0.2 | -2.9 | -0.2 | -2.4 | -3.6 | -0.2 | -3.0 |
| 500-Minérios e Metais | 5 578 | 5 657 | 8.9 | 10.5 | 10.6 | 10.0 | 9.1 | 1.5 | 0.2 | 1.9 | 1.4 | 0.2 | 1.8 |
| 600-Máquinas [3] | 10 255 | 10 662 | 21.0 | 19.7 | 19.6 | 18.8 | 4.2 | 3.8 | 0.8 | 8.9 | 4.0 | 0.8 | 9.4 |
| 700-Material de Transporte [4] | 6 296 | 6 771 | 13.6 | 12.1 | 12.0 | 11.9 | 3.0 | 7.4 | 0.9 | 10.6 | 7.5 | 0.9 | 11.0 |
| 800-Prod. Acabados Diversos | 3 103 | 3 177 | 6.1 | 5.5 | 5.9 | 5.6 | 3.6 | 2.8 | 0.2 | 2.0 | 2.4 | 0.1 | 1.7 |
| Total sem energéticos | 45 247 | 46 998 | 90.4 | 85.7 | 86.3 | 82.8 | 4.4 | 3.9 | 3.3 | 39.8 | 3.9 | 3.3 | 40.5 |
| Mercados de origem | | | | | | | | | | | | | |
| Intra UE-27 | 39 498 | 41 557 | 79.9 | 74.7 | 75.3 | 73.2 | 4.1 | 5.4 | 4.1 | 48.7 | 5.2 | 3.9 | 47.7 |
| dos quais: | | | | | | | | | | | | | |
| UE-15 | 38 620 | 40 495 | 77.9 | 73.0 | 73.7 | 71.4 | 4.1 | 5.1 | 3.7 | 44.6 | 4.9 | 3.6 | 43.4 |
| Espanha | 16 216 | 17 423 | 28.9 | 30.3 | 30.9 | 30.7 | 6.5 | 7.7 | 2.4 | 28.4 | 7.4 | 2.3 | 28.0 |
| Alemanha | 6 896 | 6 982 | 15.0 | 13.2 | 13.2 | 12.3 | 3.0 | 1.0 | 0.1 | 1.6 | 1.3 | 0.2 | 2.0 |
| França | 4 535 | 4 711 | 10.2 | 8.6 | 8.7 | 8.3 | 1.9 | 4.3 | 0.4 | 4.4 | 3.9 | 0.3 | 4.1 |
| Itália | 2 899 | 3 011 | 6.7 | 5.4 | 5.5 | 5.3 | 0.9 | 4.3 | 0.2 | 2.9 | 3.9 | 0.2 | 2.6 |
| P.Baixos | 2 459 | 2 601 | 4.6 | 4.7 | 4.7 | 4.6 | 6.0 | 6.5 | 0.3 | 3.6 | 5.8 | 0.3 | 3.3 |
| R. Unido | 1 873 | 1 801 | 5.2 | 3.6 | 3.6 | 3.2 | -2.2 | -2.6 | -0.1 | -1.1 | -3.8 | -0.1 | -1.7 |
| Bélgica | 1 503 | 1 499 | 3.1 | 2.9 | 2.9 | 2.6 | 4.3 | 0.1 | 0.0 | 0.0 | -0.3 | 0.0 | -0.1 |
| Suécia | 571 | 691 | 1.2 | 1.1 | 1.1 | 1.2 | 4.7 | 20.5 | 0.2 | 2.7 | 21.0 | 0.2 | 2.8 |
| Alargamento | 878 | 1 062 | 2.0 | 1.7 | 1.7 | 1.9 | 2.6 | 20.8 | 0.3 | 4.1 | 21.0 | 0.4 | 4.3 |
| Extra UE-27 | 12 923 | 15 184 | 20.1 | 25.3 | 24.7 | 26.8 | 10.4 | 17.6 | 4.3 | 51.3 | 17.5 | 4.3 | 52.3 |
| dos quais: | | | | | | | | | | | | | |
| Brasil | 1 278 | 1 297 | 1.5 | 2.5 | 2.4 | 2.3 | 16.0 | 2.1 | 0.1 | 0.6 | 1.5 | 0.0 | 0.4 |
| China | 983 | 1 195 | 0.8 | 1.9 | 1.9 | 2.1 | 25.3 | 21.6 | 0.4 | 4.8 | 21.7 | 0.4 | 4.9 |
| Nigéria | 832 | 1 661 | 1.3 | 1.8 | 1.6 | 2.9 | 12.6 | 100.8 | 1.6 | 19.4 | 99.6 | 1.6 | 19.2 |
| EUA | 887 | 954 | 2.1 | 1.7 | 1.7 | 1.7 | 1.5 | 7.6 | 0.1 | 1.5 | 7.5 | 0.1 | 1.5 |
| Líbia | 751 | 985 | 0.1 | 1.4 | 1.4 | 1.7 | 67.8 | 36.4 | 0.5 | 5.8 | 31.2 | 0.4 | 5.4 |
| Noruega | 612 | 655 | 1.1 | 1.2 | 1.2 | 1.2 | 7.8 | 13.9 | 0.2 | 1.9 | 6.9 | 0.1 | 1.0 |
| Argélia | 499 | 661 | 0.5 | 1.0 | 1.0 | 1.2 | 24.0 | 27.2 | 0.3 | 3.3 | 32.4 | 0.3 | 3.7 |
| Japão | 529 | 559 | 1.7 | 1.0 | 1.0 | 1.0 | -4.5 | 6.5 | 0.1 | 0.8 | 5.8 | 0.1 | 0.7 |
| Rússia | 553 | 377 | 0.8 | 1.0 | 1.1 | 0.7 | 9.3 | -34.6 | -0.4 | -4.3 | -31.8 | -0.3 | -4.1 |
| OPEP[5] | 3 522 | 5 227 | 4.0 | 7.0 | 6.7 | 9.2 | 17.7 | 46.6 | 3.1 | 37.3 | 48.4 | 3.3 | 39.5 |
| EFTA | 1 025 | 1 053 | 2.2 | 2.0 | 2.0 | 1.9 | 4.1 | 7.5 | 0.1 | 1.7 | 2.7 | 0.1 | 0.6 |
| PALOP | 401 | 421 | 0.3 | 0.7 | 0.8 | 0.7 | 27.5 | -4.2 | 0.0 | -0.4 | 5.0 | 0.0 | 0.5 |

* Somatório das “Chegadas” de mercadorias provenientes da UE com as “Importações” de Países Terceiros.

** O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Dez 07-Nov 08) / (Dez 06-Nov 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

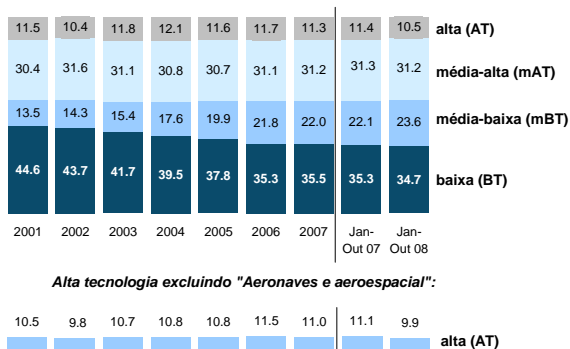
[5] Inclui Angola.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Outubro de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um acréscimo do peso das saídas dos produtos de média intensidade tecnológica (média baixa + média alta), de 53,4% para 54,8% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, desceu para 35,5% em 2007 e para 34,7% nos primeiros dez meses de 2008.

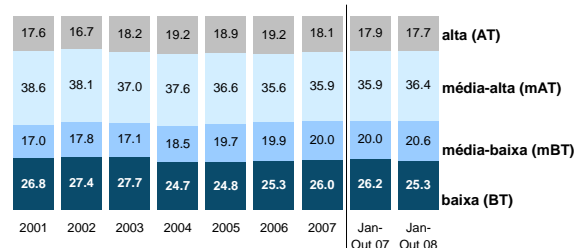
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 1/2009 em:

www.gee.min-economia.pt

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

Quadro 3.6. Saídas e Entradas* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

| Intensidade Tecnológica | 2006 | Janeiro a Outubro | | Taxas de variação em valor | | | % total prod. indust. transf. | | | Contributos ^[1] (p.p.) | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------------|------------|--------------------|-------------------------------|--------------|--------------|-----------------------------------|------------|-----------------|
| | | 2007 | 2008 | média 2002-07 | 2007/06 | Jan-Out 2008/07 | 2006 | 2007 | Jan-Out | | 2007 | Jan-Out 2008 |
| | | | | | | | | | 2007 | 2008 | | |
| SÁIDAS* | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 35 006 935 | 29 537 635 | 29 935 312 | 5.7 | 9.4 | 1.3 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 9.4 | 1.3 |
| Alta tecnologia | 3 948 255 | 3 352 866 | 3 141 783 | 7.4 | 5.3 | -6.3 | 11.7 | 11.3 | 11.4 | 10.5 | 0.6 | -0.7 |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial [2] | 3 847 830 | 3 268 609 | 2 957 521 | 8.3 | 4.7 | -9.5 | 11.5 | 11.0 | 11.1 | 9.9 | 0.5 | -1.1 |
| Média-alta tecnologia | 10 922 147 | 9 236 667 | 9 345 171 | 5.4 | 9.6 | 1.2 | 31.1 | 31.2 | 31.3 | 31.2 | 3.0 | 0.4 |
| Média-baixa tecnologia | 7 694 592 | 6 515 272 | 7 064 549 | 15.1 | 10.1 | 8.4 | 21.8 | 22.0 | 22.1 | 23.6 | 2.2 | 1.9 |
| Baixa tecnologia | 12 441 941 | 10 432 830 | 10 383 809 | 1.4 | 10.1 | -0.5 | 35.3 | 35.5 | 35.3 | 34.7 | 3.6 | -0.2 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | |
| Total das Saídas | 36 756 660 | 30 996 927 | 31 642 114 | 6.1 | 9.3 | 2.1 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 9.3 | 2.1 |
| Residual | 1 749 725 | 1 459 292 | 1 706 802 | 15.4 | 7.3 | 17.0 | 4.8 | 4.8 | 4.7 | 5.4 | 0.4 | 0.8 |
| ENTRADAS* | | | | | | | | | | | | |
| Total dos prod. indust. transformados | 46 139 688 | 38 298 391 | 39 837 216 | 4.6 | 9.1 | 4.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 9.1 | 4.0 |
| Alta tecnologia | 8 340 384 | 6 841 412 | 7 041 815 | 6.2 | 2.6 | 2.9 | 19.2 | 18.1 | 17.9 | 17.7 | 0.5 | 0.5 |
| - Sem Aeronáutica e aeroespacial [2] | 7 752 974 | 6 382 881 | 6 412 001 | 5.5 | 0.5 | 0.5 | 18.4 | 17.0 | 16.9 | 16.4 | 0.1 | 0.1 |
| Média-alta tecnologia | 16 583 826 | 13 746 984 | 14 496 291 | 3.3 | 10.3 | 5.5 | 35.6 | 35.9 | 35.9 | 36.4 | 3.7 | 2.0 |
| Média-baixa tecnologia | 9 221 370 | 7 657 370 | 8 224 331 | 7.0 | 9.6 | 7.4 | 19.9 | 20.0 | 20.0 | 20.6 | 1.9 | 1.5 |
| Baixa tecnologia | 11 994 107 | 10 052 624 | 10 074 779 | 3.5 | 12.0 | 0.2 | 25.3 | 26.0 | 26.2 | 25.3 | 3.0 | 0.1 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | | | | |
| Total das Entradas | 55 501 416 | 46 015 391 | 49 979 881 | 5.5 | 8.1 | 8.6 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 8.1 | 8.6 |
| Residual | 9 361 728 | 7 717 000 | 10 142 665 | 11.0 | 3.5 | 31.4 | 17.6 | 16.9 | 16.8 | 20.3 | 0.6 | 5.3 |

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar).

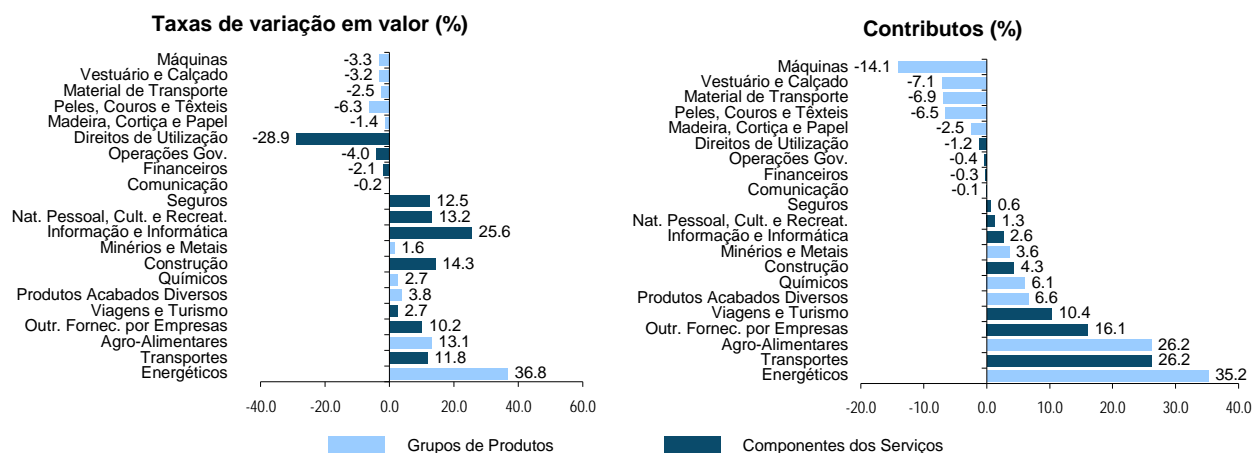
Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Novembro de 2008*, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 31,5% do lado das “exportações” (crédito), e de 15,4% na vertente das “importações” (débito). Nos *últimos 12 meses a terminar em Novembro*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 3,5% em termos homólogos, sendo 59,6% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Serviços, e os restantes 40,4% pelas “exportações” de Bens (Intra+ExtraUE) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (3,5p.p = 100). Das oito rubricas que revelaram crescimentos homólogos de dois dígitos nas “exportações” de Bens e Serviços, seis inserem-se na área dos Serviços.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Últimos 12 meses a terminar em Novembro de 2008



Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

| | Janeiro a Novembro | | Estrutura (%) | | | | Taxas de variação e contributos | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------------|------------------|------------|-----------------|------------|-----------------|--------------|
| | | | Anual | | Jan-Nov | | média anual | últimos 12 meses | | Jan-Nov | | | |
| | 2007 | 2008 | 2002 | 2007 | 2007 | 2008 | | 02-07 | VH | contributos [1] | VH | contributos [1] | |
| | | | | | | | | p.p. | % | | p.p. | % | |
| CRÉDITO ("Exportações") | | | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 50 517 | 52 116 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 7.3 | 3.5 | 3.5 | 100.0 | 3.2 | 3.2 | 100.0 |
| Bens | 35 031 | 35 713 | 71.6 | 69.1 | 69.3 | 68.5 | 6.5 | 2.0 | 1.4 | 40.4 | 1.9 | 1.3 | 42.6 |
| Serviços | 15 485 | 16 403 | 28.4 | 30.9 | 30.7 | 31.5 | 9.1 | 6.7 | 2.1 | 59.6 | 5.9 | 1.8 | 57.4 |
| Transportes | 3 911 | 4 299 | 5.0 | 7.8 | 7.7 | 8.2 | 17.2 | 11.8 | 0.9 | 26.2 | 9.9 | 0.8 | 24.3 |
| Viagens e Turismo | 6 882 | 7 031 | 15.9 | 13.5 | 13.6 | 13.5 | 3.9 | 2.7 | 0.4 | 10.4 | 2.2 | 0.3 | 9.3 |
| Comunicação | 582 | 587 | 0.7 | 1.1 | 1.2 | 1.1 | 18.4 | -0.2 | 0.0 | -0.1 | 1.0 | 0.0 | 0.4 |
| Construção | 536 | 591 | 0.6 | 1.1 | 1.1 | 1.1 | 22.3 | 14.3 | 0.2 | 4.3 | 10.2 | 0.1 | 3.4 |
| Seguros | 89 | 97 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 4.3 | 12.5 | 0.0 | 0.6 | 9.6 | 0.0 | 0.5 |
| Financeiros | 222 | 214 | 0.4 | 0.4 | 0.4 | 0.4 | 9.0 | -2.1 | 0.0 | -0.3 | -3.7 | 0.0 | -0.5 |
| Informação e Informática | 173 | 219 | 0.2 | 0.4 | 0.3 | 0.4 | 19.1 | 25.6 | 0.1 | 2.6 | 26.4 | 0.1 | 2.9 |
| Direitos de Utilização | 70 | 49 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 20.0 | -28.9 | 0.0 | -1.2 | -30.2 | 0.0 | -1.3 |
| Outr. Fornec. por Empresas | 2 689 | 2 974 | 4.6 | 5.4 | 5.3 | 5.7 | 9.3 | 10.2 | 0.6 | 16.1 | 10.6 | 0.6 | 17.8 |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 170 | 189 | 0.3 | 0.4 | 0.3 | 0.4 | 10.9 | 13.2 | 0.0 | 1.3 | 10.9 | 0.0 | 1.2 |
| Operações Governamentais | 162 | 153 | 0.4 | 0.3 | 0.3 | 0.3 | 4.5 | -4.0 | 0.0 | -0.4 | -5.3 | 0.0 | -0.5 |
| DÉBITO ("Importações" Fob) | | | | | | | | | | | | | |
| Bens e Serviços | 60 045 | 65 017 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 3.8 | 8.4 | 8.4 | 100.0 | 8.3 | 8.3 | 100.0 |
| Bens | 50 768 | 54 972 | 84.6 | 84.5 | 84.5 | 84.6 | 3.7 | 8.4 | 7.1 | 84.9 | 8.3 | 7.0 | 84.6 |
| Serviços | 9 277 | 10 044 | 15.4 | 15.5 | 15.5 | 15.4 | 4.2 | 8.2 | 1.3 | 15.1 | 8.3 | 1.3 | 15.4 |
| Transportes | 2 939 | 3 083 | 4.6 | 4.9 | 4.9 | 4.7 | 4.1 | 4.8 | 0.2 | 2.8 | 4.9 | 0.2 | 2.9 |
| Viagens e Turismo | 2 639 | 2 728 | 4.6 | 4.4 | 4.4 | 4.2 | 2.4 | 3.6 | 0.2 | 1.9 | 3.4 | 0.1 | 1.8 |
| Comunicação | 382 | 408 | 0.5 | 0.6 | 0.6 | 0.6 | 13.6 | 5.4 | 0.0 | 0.4 | 6.8 | 0.0 | 0.5 |
| Construção | 102 | 147 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 4.2 | 44.3 | 0.1 | 0.9 | 44.1 | 0.1 | 0.9 |
| Seguros | 175 | 183 | 0.3 | 0.3 | 0.3 | 0.3 | 11.6 | 5.1 | 0.0 | 0.2 | 4.7 | 0.0 | 0.2 |
| Financeiros | 189 | 233 | 0.4 | 0.3 | 0.3 | 0.4 | 5.7 | 30.7 | 0.1 | 1.1 | 23.3 | 0.1 | 0.9 |
| Informação e Informática | 252 | 306 | 0.4 | 0.4 | 0.4 | 0.5 | 7.2 | 17.1 | 0.1 | 0.9 | 21.2 | 0.1 | 1.1 |
| Direitos de Utilização | 296 | 299 | 0.7 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.8 | 1.4 | 0.0 | 0.1 | 1.0 | 0.0 | 0.1 |
| Outr. Fornec. por Empresas | 1 788 | 2 161 | 2.9 | 3.0 | 3.0 | 3.3 | 5.8 | 20.1 | 0.6 | 7.3 | 20.9 | 0.6 | 7.5 |
| Nat. Pessoal, Cult. e Recreat. | 335 | 354 | 0.5 | 0.6 | 0.6 | 0.5 | 4.9 | 6.6 | 0.0 | 0.4 | 5.7 | 0.0 | 0.4 |
| Operações Governamentais | 180 | 144 | 0.3 | 0.3 | 0.3 | 0.2 | 3.3 | -23.7 | -0.1 | -0.9 | -19.9 | -0.1 | -0.7 |

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

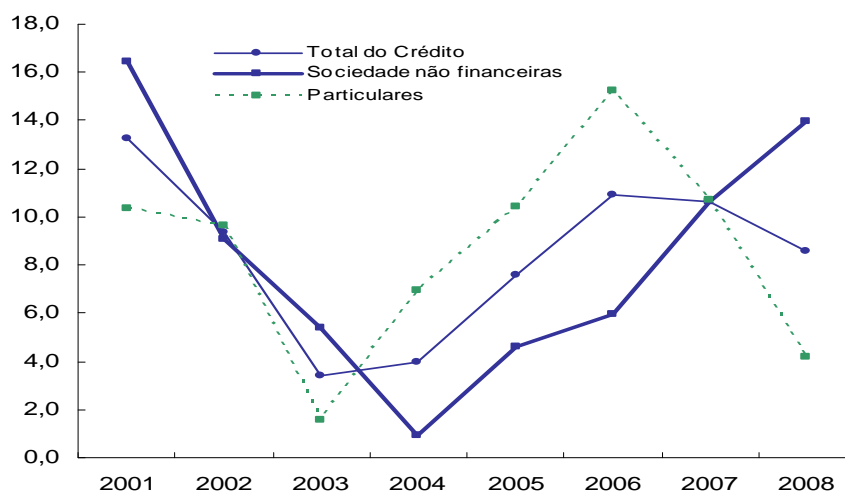
Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destques

Desenvolvimentos Recentes do Crédito em Portugal e na Área do Euro

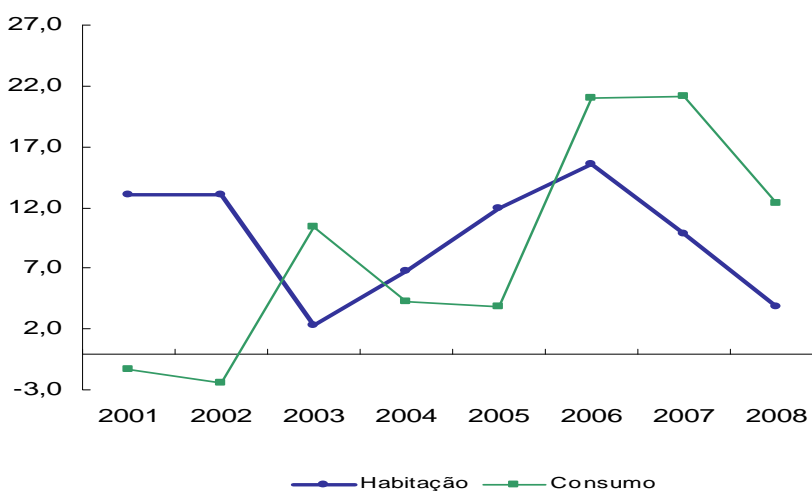
O total do crédito em Portugal acelerou para 8,6% em termos homólogos no final do ano de 2008 (7,3% em Novembro), devido ao fortalecimento do crédito destinado às empresas não financeiras, o qual aumentou 14% em termos homólogos em Dezembro de 2008, o ritmo mais elevado desde Março de 2002. Pelo contrário, o crédito destinado a particulares, especialmente no domínio da habitação, desacelerou para 4,2% (10,7% em Dezembro de 2007), prosseguindo a tendência de abrandamento registado nos últimos anos (Figuras 1 e 2).

Figura 1. Empréstimos a Particulares e a Empresas, em Portugal
(Taxa de variação homóloga, em fim de período, em %)



Fonte: BP. Nota: Variação não ajustada de operações de titularização.

Figura 2 – Empréstimos à Habitação e ao Consumo, em Portugal
(Taxa de variação homóloga, em fim de período, em %)

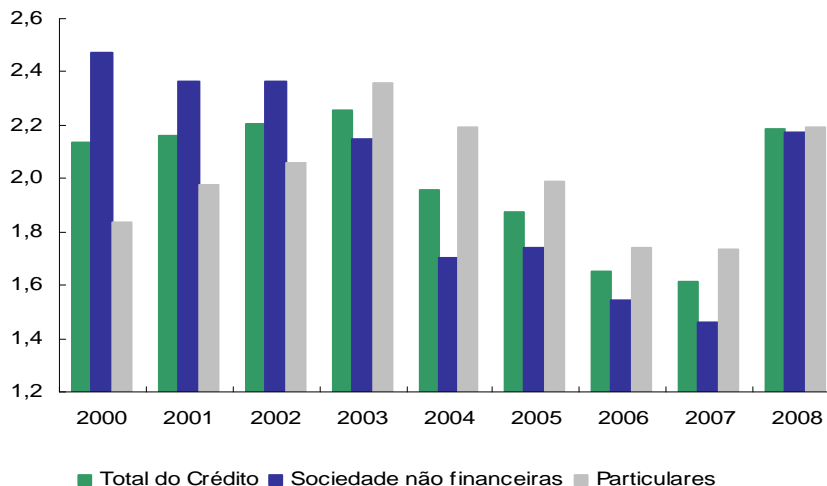


Fonte: BP. Nota: Variação não ajustada de operações de titularização.

A deterioração económica em resultado da crise financeira internacional, particularmente acentuada a partir do 2.º semestre de 2008, provocou o agravamento da situação financeira das empresas e famílias em Portugal, traduzindo-se num forte crescimento do crédito de cobrança duvidosa para a generalidade do crédito, o qual acelerou para 47% em termos homólogos em Dezembro de 2008 (8,2% em Dezembro

de 2007), com destaque para o aumento de 69,5% no segmento das empresas no final de 2008 (5,1% no final de 2007). Na sequência desta evolução, verificou-se uma subida do peso do crédito de cobrança duvidosa no total do crédito, situando-se em 2,2% em finais de 2008 (Figura 3).

Figura 3 – Peso do Crédito de Cobrança Duvidosa no Total do Crédito, em Portugal
(Em final de período, em %)



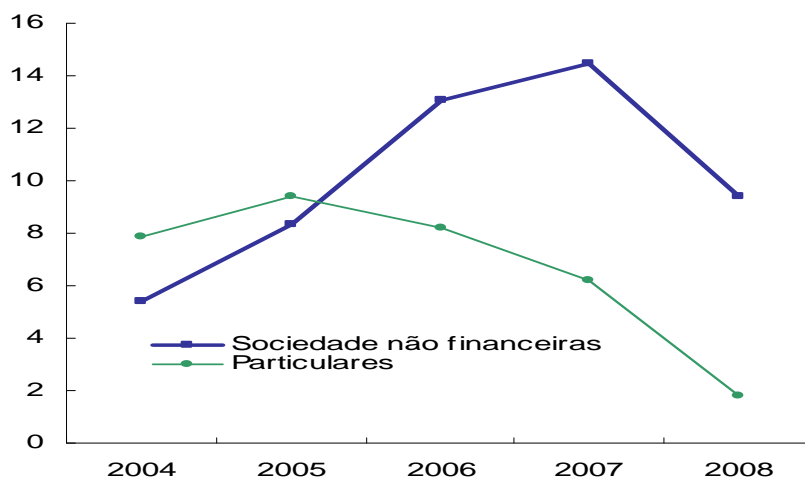
Fonte: BP.

Na Área do euro, o agravamento das tensões no sistema financeiro, caracterizado, em parte, pela escassez de liquidez, levou à intensificação da transformação de empréstimos existentes em títulos, sobretudo no segmento do crédito à habitação, procedimento esse que foi efectuado através das operações de titularização. Este facto contribuiu, em parte, para o abrandamento muito acentuado do crédito ao sector privado, não corrigido da cessão e da titularização, na parte final do ano de 2008, tendo diminuído para 7,3% em termos homólogos no 4.º trimestre (11,1% no 1.º trimestre).

Por outro lado, a ocorrência da recessão económica na Área do Euro no 2.º semestre de 2008 causada especialmente pelo desenvolvimento desfavorável do investimento empresarial e das exportações reflectiu-se na desaceleração do crescimento do crédito destinado às empresas, o qual registou um aumento de 9,4% em termos homólogos em Dezembro de 2008, invertendo a tendência de fortalecimento nos 2 anos precedentes (13,1% e 14,5% em 2006 e 2007, respectivamente).

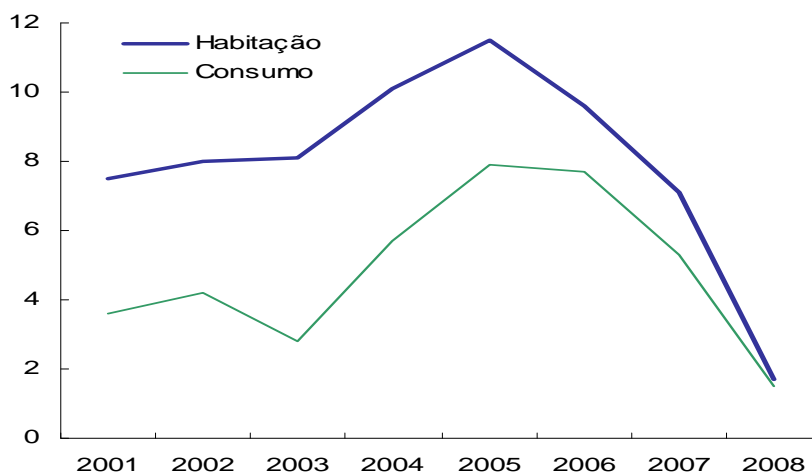
No domínio dos empréstimos atribuídos às famílias, verificou-se um fraco crescimento do crédito em 2008, prosseguindo a tendência de abrandamento dos anos anteriores (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Empréstimos a Particulares e a Empresas, na Área do Euro
(Taxa de variação homóloga, em fim de período, em %)



Fonte: BCE.

Figura 5 – Empréstimos à Habitação e ao Consumo, na Área do Euro
(Taxa de variação homóloga, em fim de período, em %)



Fonte: BCE.

O aumento da taxa de inflação até ao verão de 2008 e a verificação de condições mais restritivas na concessão do crédito originou uma subida das taxas de juro das operações do crédito ao longo do ano, a qual foi mais acentuada para os empréstimos atribuídos às famílias, situando-se em 6,5% em Dezembro de 2008 (6,2% em Dezembro de 2007), com destaque para um maior acréscimo no domínio da habitação. Relativamente às taxas de juro do crédito às empresas, verificou-se uma descida acentuada no último mês do ano transacto, movimento esse que contribuiu para que o valor se situasse sensivelmente igual ao final do ano de 2007 (6,1%). No entanto, o diferencial (*drift*) entre as taxas de juro do crédito às empresas e a taxa Euribor a 3 meses registou um aumento significativo em Dezembro de 2008, equivalente a 2,8p.p., acima do nível dos 5 anos precedentes. Para esta situação deve ter contribuído a escassez de liquidez e o aumento dos prémios de risco (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas, em Portugal (Em %)

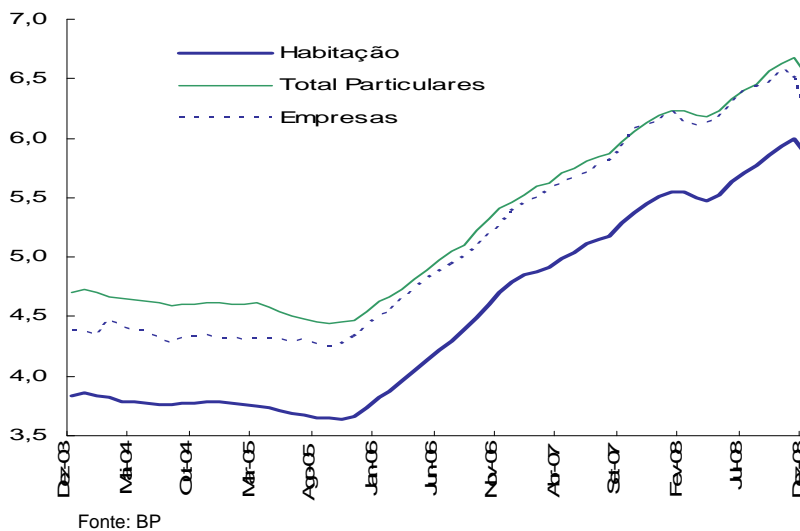
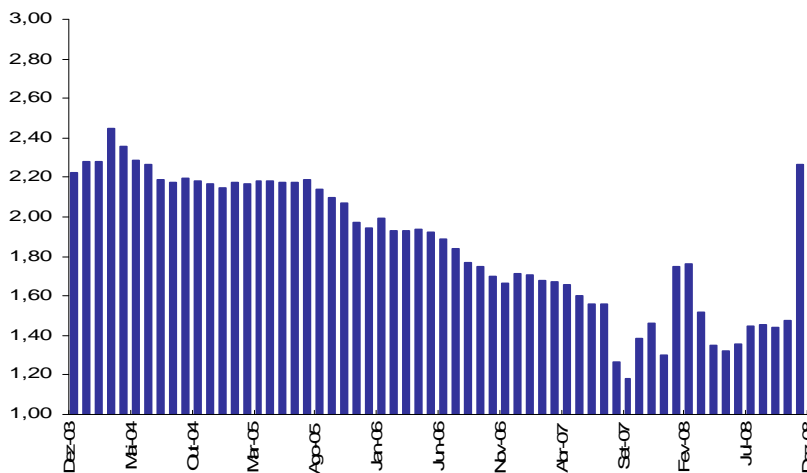


Figura 7 – Drift entre as Taxas de Juro do Crédito às Empresas em Portugal e a Taxa Euribor a 3 meses (Em p.p.)



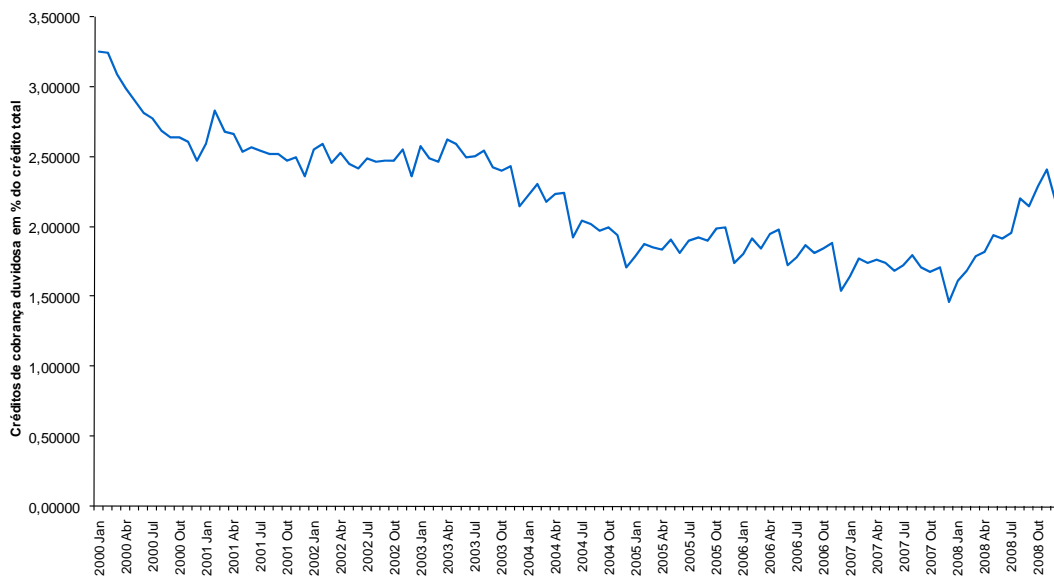
Fonte: BP. Cálculos feitos pelo GPEARl do MFAP.

Créditos às Empresas em Situação de Cobrança Duvidosa – Dezembro de 2008

Em Dezembro de 2008, o volume de crédito concedido às empresas em situação de cobrança duvidosa aumentou 69,5% relativamente ao mês homólogo do ano anterior. Apesar do rápido aumento, o peso do crédito de cobrança duvidosa no total do crédito concedido às empresas era ainda historicamente baixo (Figura 1): 2,2% em Dezembro de 2008, que compara com 3,2% em Janeiro de 2000. No que respeita à composição sectorial do crédito em situação de cobrança duvidosa (Figura 2), os maiores volumes concentram-se nos sectores da Construção (31,9%), das Actividades Imobiliárias (22,5%) e do Comércio (18,8%). Essa distribuição não é, no entanto, independente do volume de crédito concedido a cada um dos sectores. Na Quadro 1 comparam-se as distribuições sectoriais do crédito total e do crédito em situação de cobrança duvidosa. Os dados revelam uma natural correspondência entre as duas distribuições, mas um simples teste (Qui-Quadrado) à igualdade entre as distribuições permite rejeitar essa hipótese. As diferenças (logaritmo do rácio) entre as duas distribuições são analisadas na Figura 3. A comparação revela pesos no crédito de cobrança duvidosa superiores aos respectivos pesos no crédito total, nos sectores da Construção (+0,51), Indústria Transformadora e Comércio (0,30). Os sectores que, em termos relativos, apresentam menores volumes de crédito em situação de cobrança duvidosa são os da Electricidade, gás e água (-3,57), Transportes e Comunicações (-1,03), Educação e Saúde (-0,53) e Actividades Imobiliárias (-0,49).

Figura 1

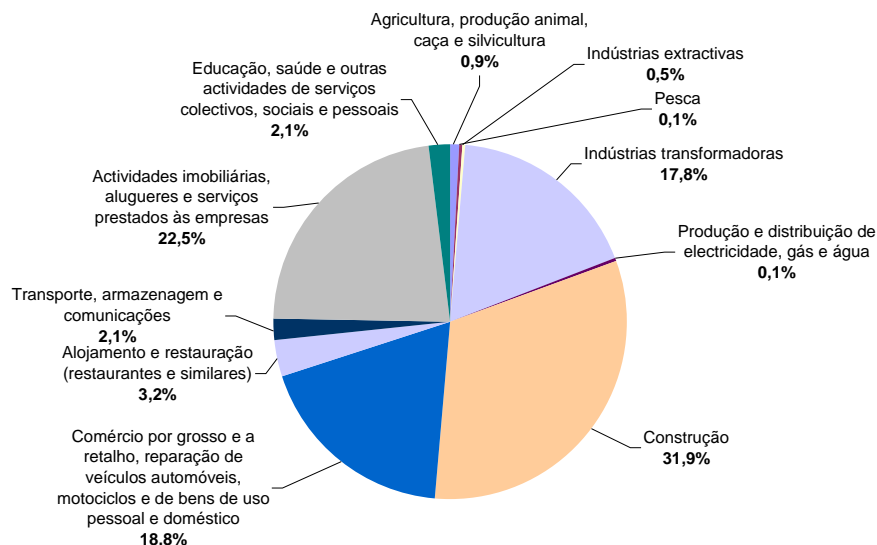
Evolução do crédito às empresas em situação de cobrança duvidosa



Fonte: Banco de Portugal.

Figura 2

Distribuição sectorial do crédito às empresas em cobrança duvidosa (Dezembro 2008)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 1

Distribuição sectorial dos créditos total e de cobrança duvidosa (Dezembro de 2008)

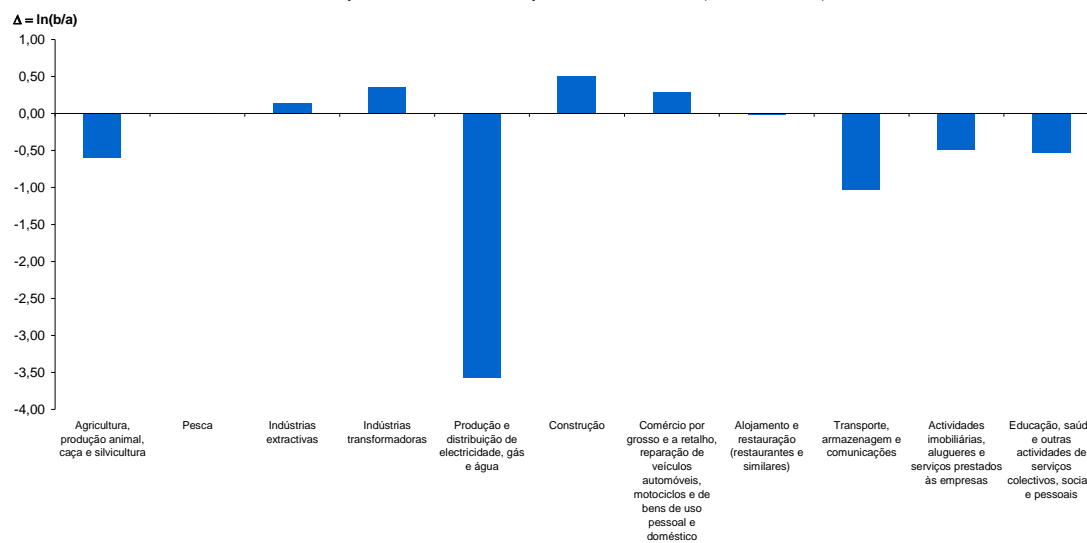
| | Crédito total (a) | Crédito Cobrança Duvidosa (b) | Δ |
|--|-------------------|-------------------------------|----------|
| Agricultura, produção animal, caça e silvicultura | 1,60 | 0,87 | -61% |
| Pesca | 0,12 | 0,12 | 0% |
| Indústrias extractivas | 0,41 | 0,48 | 15% |
| Indústrias transformadoras | 12,49 | 17,82 | 36% |
| Produção e distribuição de electricidade, gás e água | 2,82 | 0,08 | -357% |
| Construção | 19,21 | 31,94 | 51% |
| Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico | 13,97 | 18,81 | 30% |
| Alojamento e restauração (restaurantes e similares) | 3,26 | 3,17 | -3% |
| Transporte, armazenagem e comunicações | 5,89 | 2,10 | -103% |
| Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas | 36,72 | 22,54 | -49% |
| Educação, saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais | 3,52 | 2,06 | -53% |
| | 100 | 100 | |

Nota: $\Delta = \ln(b/a)$

Fonte: Banco de Portugal

Figura 3

Crédito Cobrança Duvidosa
Distribuição sectorial relativa à distribuição sectorial do crédito total (Dezembro de 2008)



Notas: (a) Crédito total; (b) Crédito Cobrança Duvidosa
Fonte: Banco de Portugal

Artigos

Em Análise

Evolução da Taxa de Crescimento das Saídas de Mercadorias Portuguesas face à Receptividade dos Mercados

Janeiro a Setembro de 2007 e 2008

Parte I

- Agro-alimentares
- Madeira, cortiça e papel
- Vestuário
- Têxteis
- Peles, couros e calçado
- Mobiliário

Walter Anatole Marques¹

Pretende-se neste artigo avaliar o comportamento das saídas² de mercadorias portuguesas relativamente aos seis agrupamentos de produtos acima listados, onde se incluem exportações tradicionais, face à receptividade dos mercados de destino, no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008. No que se refere ao mercado comunitário, confrontamos as expedições portuguesas para a UE-27 com as entradas na UE-27, usando dados do Eurostat. Para o espaço extracomunitário, e tendo em conta as limitações da informação disponível, a análise foi feita na base do cálculo das taxas de variação homóloga das exportações da UE-27 e de Portugal para o conjunto dos respectivos 10 principais mercados de destino.

- Análise por agrupamentos de produtos

Em 2007, o conjunto destes seis agrupamentos de produtos representou 35,9% do total das saídas de mercadorias, ou seja, 38,1% das expedições para o espaço comunitário e 28,9% das exportações para os Países Terceiros.

No Quadro 1, a evolução das expedições portuguesas nestes grupos de produtos para a UE e das exportações para o conjunto dos principais mercados exteriores à UE é confrontada respectivamente, com as entradas na UE e com as exportações da UE para esses mercados. Por exemplo, no caso dos produtos “Agro-alimentares”, verifica-se que as expedições de Portugal para a UE registaram um aumento (15,3%) superior ao das entradas na UE (11,6%). Tal significa que, no que respeita aos “Agro-alimentares”, Portugal ganhou quota nas entradas na UE (Quadro 1).

Quadro 1 - Ganhos e Perdas Relativos de Mercado, de Portugal - Jan-Set 2008/2007

TVH das expedições portuguesas para a UE face às TVH das entradas na UE provenientes do Mundo
TVH das exportações portuguesas para os Países Terceiros face às TVH da UE

| | Intra UE-27 | | | Extra UE-27 | | |
|--------------------------|------------------------|------------------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------|
| | Entrada total na UE-27 | Expedições de Portugal | Ganhos/Perdas de Portugal | Exp. da UE-27 p/ P. Terceiros | Exp. de Port. p/ P. Terceiros | Ganhos/Perdas de Portugal |
| Agro-alimentares | 11.6 | 15.3 | ↑ | 12.7 | 17.0 | ↑ |
| Madeira, cortiça e papel | -2.8 | -1.9 | ↑ | 1.9 | 10.2 | ↑ |
| Vestuário | 0.8 | -7.4 | ↓ | 6.4 | 1.0 | ↓ |
| Têxteis | -5.7 | -3.7 | ↑ | -3.4 | -10.2 | ↓ |
| Peles, couros e calçado | -0.7 | 1.4 | ↑ | 3.5 | 4.7 | ↑ |
| Mobiliário | 1.6 | 5.1 | ↑ | 6.0 | 22.9 | ↑ |

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Eurostat; Monthly data - 1/2009.

¹ Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas do Comércio Internacional. O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

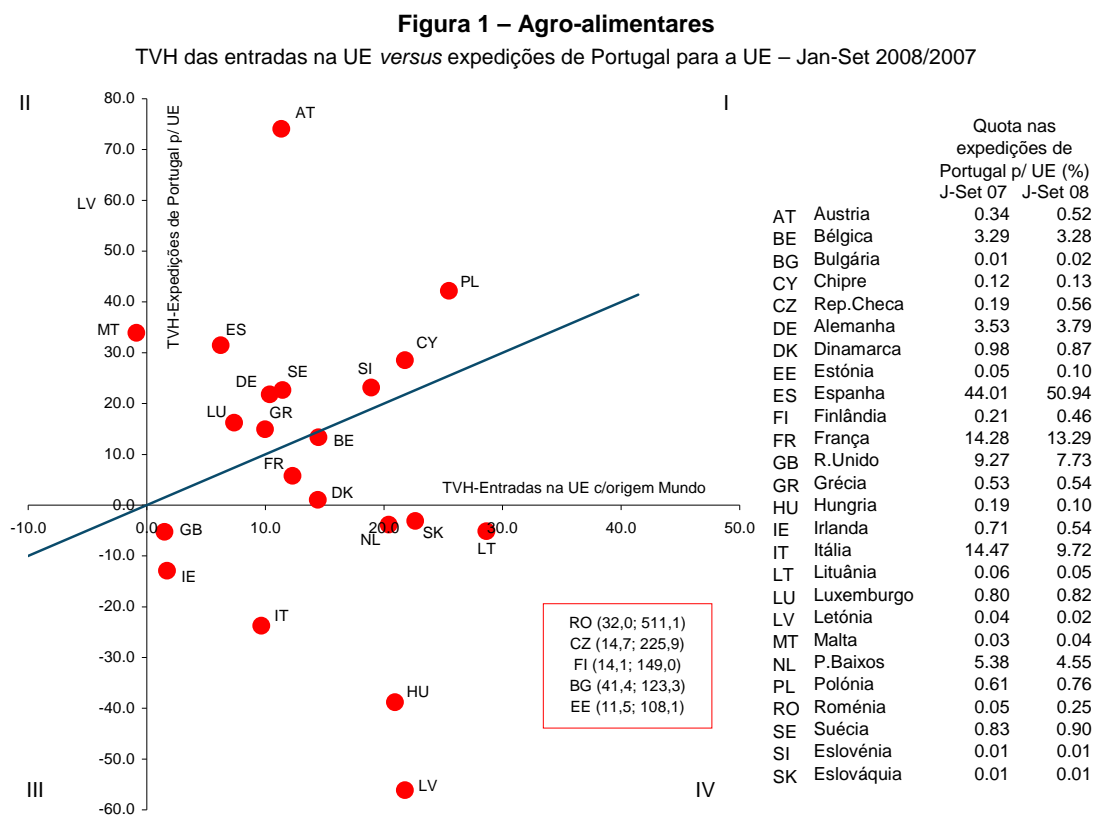
² A designação Saídas representa o somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para os Países Terceiros. Paralelamente, Entradas corresponde ao somatório das Chegadas provenientes dos países comunitários, com as Importações originárias dos Países Terceiros.

Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, verificaram-se ganhos de quota, dentro e fora da UE, nos agrupamentos “Agro-alimentares”, “Madeira, cortiça e papel”, “Pele, couros e calçado” e “Mobiliário”. No que respeita ao “Vestuário”, Portugal perdeu quota dentro e fora da UE. Relativamente aos “Têxteis”, houve um ganho de quota na UE e perda de quota nos mercados extra-comunitários.

- Agro-alimentares

Em 2007, os produtos “Agro-alimentares” pesaram 9,5% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 9,1% do total do comércio intracomunitário e 10,7% do total do comércio extracomunitário. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de crescimento global das exportações deste grupo foi de 15,7%, cabendo 15,3% ao comércio intracomunitário (as entradas na UE cresceram 11,6%) e 17,0% ao extracomunitário (as exportações da UE aumentaram 12,7%).

As **expedições portuguesas de “Agro-alimentares” para a Comunidade** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 74,1% e 73,8% do total das saídas de “Agro-alimentares”³. A Figura 1 compara os ritmos de crescimento das expedições para os diversos países da UE com as entradas de “Agro-alimentares” em cada um desses países. Os pontos acima da diagonal descrevem situações em que as expedições portuguesas cresceram acima do mercado em análise, representando ganho de quota. As situações abaixo da diagonal correspondem a perda de quota.



Nota: As expedições portuguesas de Agro-alimentares para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 74,1% em Jan-Set 2007 e 73,8% em Jan-Set 2008.

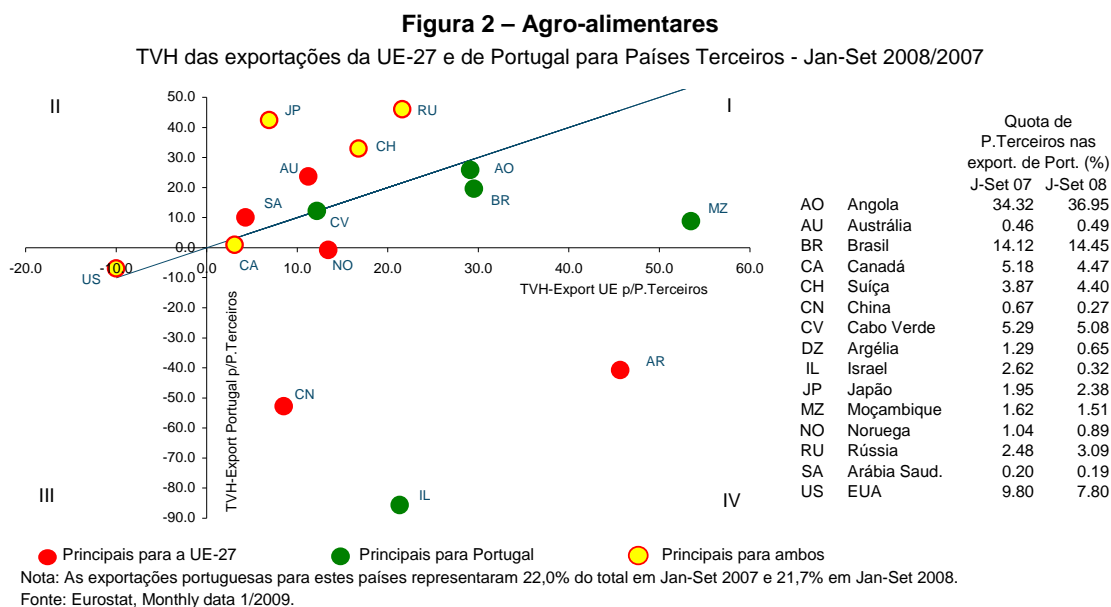
Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, e considerando apenas os principais mercados de destino, assinalam-se taxas de variação homólogas das expedições portuguesas

³ As principais expedições de “Agro-alimentares” incidiram nas bebidas alcoólicas (19,0%), essencialmente vinhos, no tabaco e seus sucedâneos (12,8%), no peixe, crustáceos e moluscos (11,6%), no leite e lacticínios (8,0%), e nos produtos hortícolas (5,2%), e frutas (5,0%).

superiores à taxa das entradas provenientes do Mundo, nos mercados da Espanha e da Alemanha, como se pode observar na Figura 1, 1º quadrante, acima da diagonal. Cresceram abaixo do potencial de crescimento dos mercados as expedições portuguesas para a Itália e para a Bélgica.

Assinalam-se crescimentos significativos, em termos relativos, nas expedições para a Roménia, República Checa, Finlândia, Bulgária e Estónia, que de 0,5% do total da UE em 2007, passaram a representar 1,4% em 2008.



No âmbito do comércio **extracomunitário**, nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo de 2007, assinalam-se taxas de crescimento das exportações portuguesas superiores à taxa das exportações comunitárias, nos mercados da Suíça, Rússia e Japão (Figura 2)⁴. Aumentaram, mas abaixo do potencial de crescimento dos mercados, as exportações portuguesas para Moçambique. Relativamente a Angola e ao Brasil, verificou-se uma perda de quota ligeira.

- Madeira, cortiça e papel

Em 2007, o agrupamento “Madeira, cortiça e papel” pesou 8,7% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 8,9% do total do comércio intracomunitário e 7,9% do total do comércio extracomunitário. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de crescimento global das saídas foi de 0,7%, a que correspondeu uma quebra de 1,9% no comércio intracomunitário (as entradas na UE provenientes do Mundo decresceram 2,8%) e um aumento de 10,2% no comércio extracomunitário (as exportações da UE-27 para os Países Terceiros cresceram 1,9%).

As expedições portuguesas para a Comunidade representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 79,0% e 77,0% do total das saídas destes produtos⁵. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, as expedições portuguesas para Espanha, o principal mercado, diminuía, mas menos que as entradas totais desses produtos em Espanha. O mesmo aconteceu com os fornecimentos portugueses para o Reino Unido (Figura 3). As expedições de Portugal para França, o segundo mercado, cresceram a uma taxa superior à das entradas de “Madeira, cortiça e papel” neste país. Relativamente à Alemanha e Bélgica, as expedições portuguesas aumentaram no contexto de contracção do mercado. Apesar de se ter verificado um aumento nas

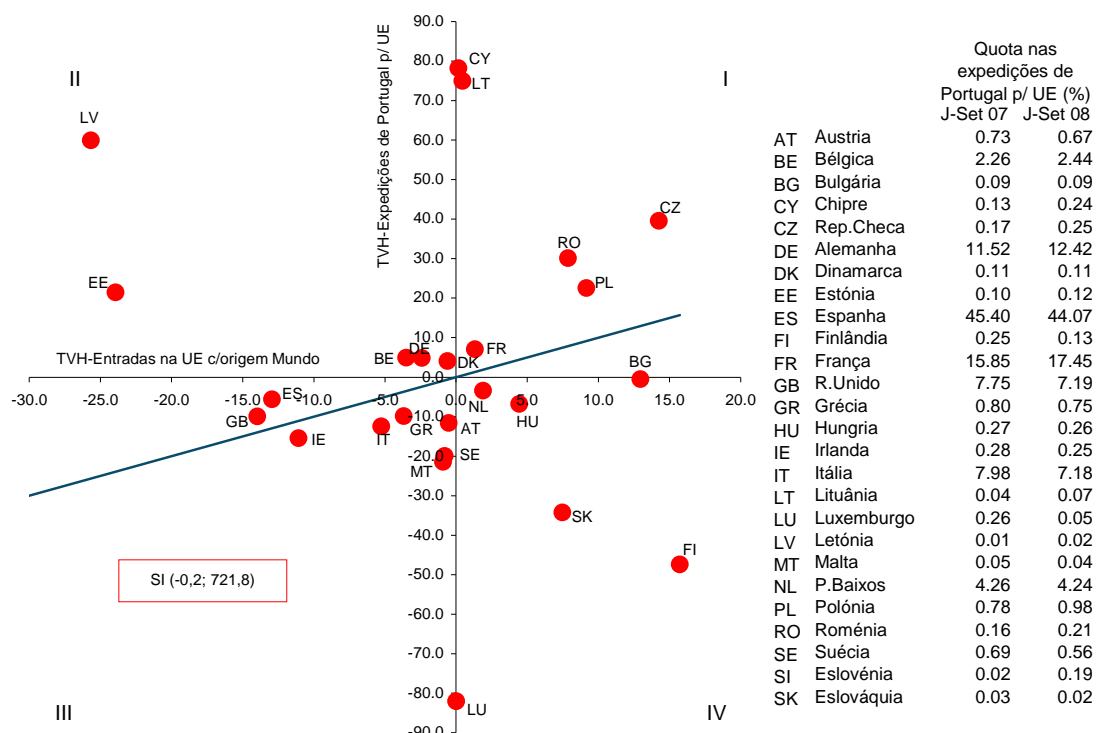
⁴ As principais exportações em 2007 incidiram nas bebidas alcoólicas (37,8%), principalmente vinhos, nos óleos alimentares (16,8%), nas preparações de produtos hortícolas e de frutas (8,3%), nas preparações de carne e peixe (7,5%) e no peixe e moluscos (7,1%).

⁵ As principais expedições incidiram no papel e cartão (34,9%), a que se seguiu a madeira (25,8%), a cortiça (19,9%) e a pasta de papel (17,8%).

entradas entre os dois períodos em análise, decresceram os fornecimentos portugueses aos Países Baixos.

Figura 3 – Madeira, cortiça e papel

TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007

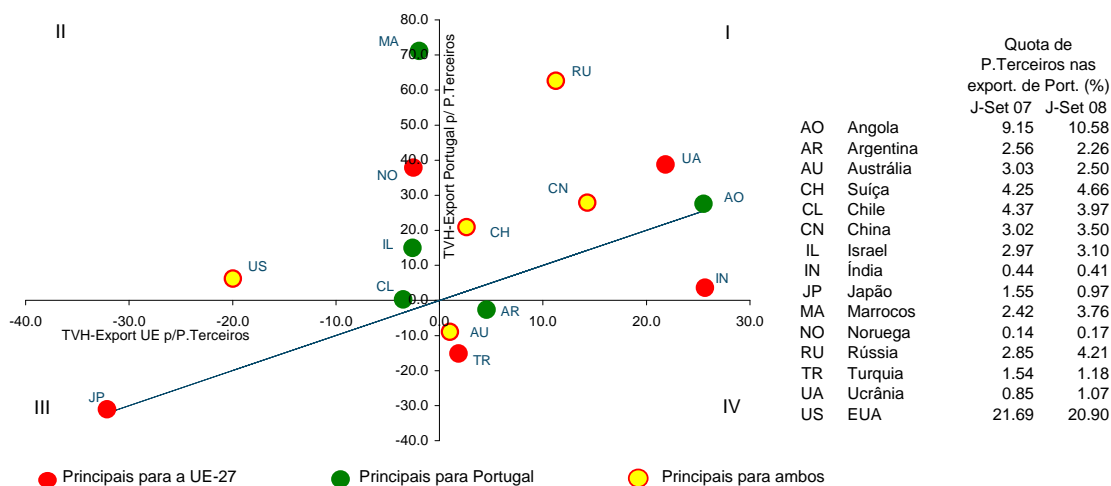


Nota: As expedições portuguesas de Madeira, cortiça e papel para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 79,0% em Jan-Set 2007 e 77,0% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

Figura 4 – Madeira, cortiça e papel

TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



Nota: As exportações portuguesas para estes países representaram 12,8% do total em Jan-Set 2007 e 14,6% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

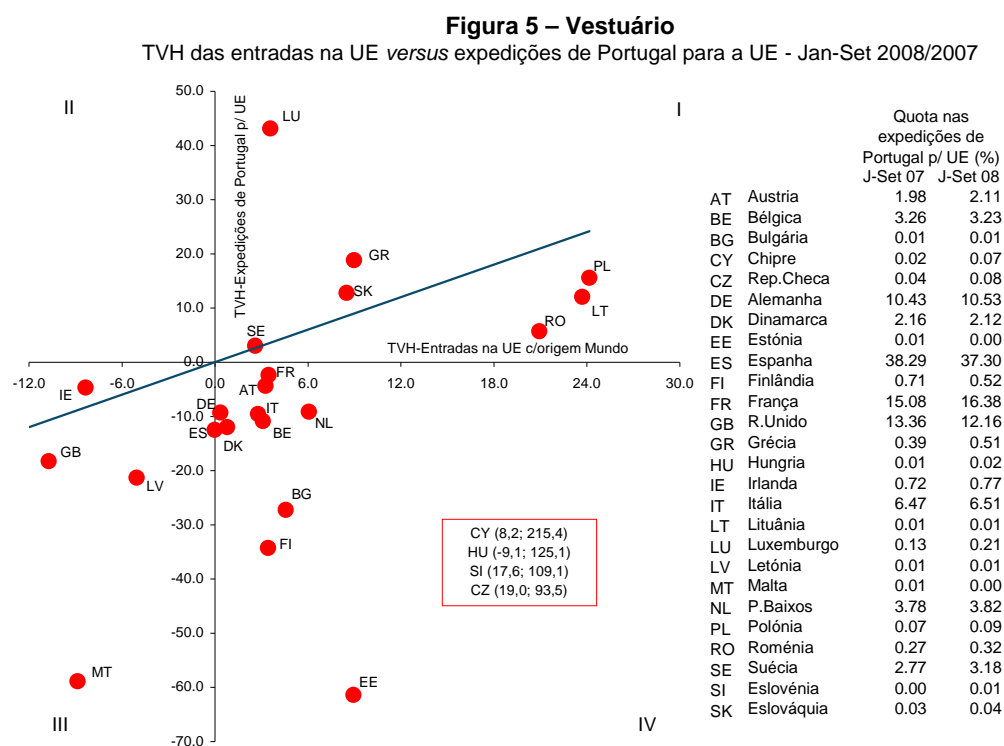
No âmbito do comércio **extracomunitário**⁶, o principal mercado de destino das exportações portuguesas destes produtos, em sua grande parte cortiça, foram os EUA, para onde aumentaram as exportações portuguesas, num contexto de diminuição das exportações comunitárias para aquele país. O segundo mercado foi Angola, tendo as exportações nacionais aumentado a um ritmo semelhante ao da média comunitária. Crescimentos das exportações portuguesas a contra-ciclo verificaram-se também nos casos de Marrocos, Noruega e Israel. Cresceram acima da média comunitária as exportações portuguesas para a Rússia, Ucrânia, China e Suíça. Comportamento negativo, contrário ao do conjunto dos países comunitários, tiveram as exportações para a Turquia, Austrália e Argentina (Figura 4).

- Vestuário

Em 2007, o “Vestuário” pesou 6,9% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 8,4% do total do comércio intracomunitário e 2,0% do comércio extracomunitário. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, a taxa de variação homóloga global reduziu-se em 6,8%, a que correspondeu uma quebra de 7,4% no comércio intracomunitário (as entradas na UE-27 provenientes do Mundo cresceram 0,8%) e um aumento de 1,0% no comércio extracomunitário (as exportações da UE-27 para os Países Terceiros aumentaram 6,4%).

As **expedições de “Vestuário” para a UE** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 92,9% e 92,3% do total das saídas⁷.

Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, decresceram as expedições portuguesas para todos os principais mercados no espaço comunitário. Foi o caso da Espanha, da França, Alemanha, Itália, Países Baixos e do Reino Unido, mercados para onde as expedições portuguesas decresceram mais do que as restantes entradas nesses países (Figura 5).



Nota: As expedições portuguesas de Vestuário para a UE pesaram, no total das saídas de Vestuário para o mundo, 92,9% em Jan-Set 2007 e 92,3% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

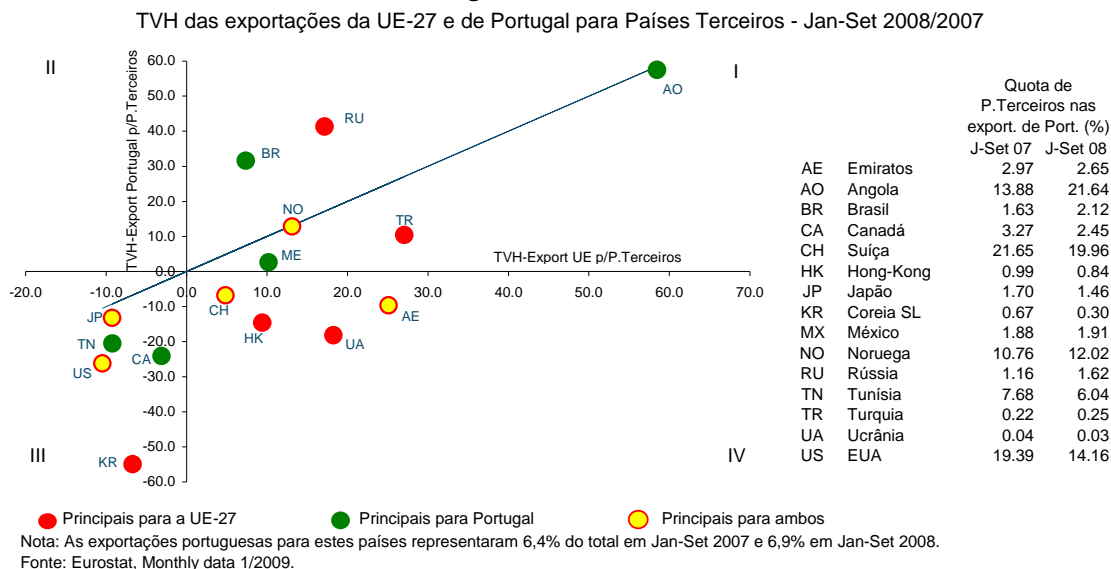
⁶ As principais exportações em 2007 incidiram na área da cortiça (49,7%), a que se seguiu o papel e cartão (29,9%) e a madeira (11,7%).

⁷ As principais expedições portuguesas incidiram no vestuário de malha (67,6%).

Apesar de corresponderem a níveis relativamente baixos, de referir o ritmo de crescimento significativo das expedições para Chipre, Hungria, Eslovénia e República Checa.

No âmbito do comércio **extracomunitário**⁸, as exportações nacionais para Angola e Noruega aumentaram ao mesmo ritmo das comunitárias, tendo Angola ultrapassado a Suíça em 2008 como principal mercado de destino no âmbito dos países terceiros. As exportações portuguesas para o importante mercado dos EUA decresceram mais do que média comunitária (Figura 6).

Figura 6 – Vestuário



- Têxteis

Em 2007, os “Têxteis” pesaram 4,5% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 4,3% do total do comércio intracomunitário e 5,2% do comércio extracomunitário. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, a taxa de variação homóloga global reduziu-se em 5,5%, a que corresponderam quebras de 3,7% no comércio intracomunitário (as entradas na UE-27 provenientes do Mundo decaíram 5,7%) e de 10,2% no comércio extracomunitário (as exportações da UE-27 para os Países Terceiros caíram 3,4%).

As **expedições portuguesas de “Têxteis” para a Comunidade** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 72,6% e 73,9% do total das saídas de Têxteis para o Mundo⁹.

Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, decresceram as expedições para todos os principais mercados, à excepção da Itália. No entanto, verificaram-se ganhos de quota em alguns mercados, nomeadamente, a Espanha. No caso da Alemanha, verificou-se uma contracção das exportações portuguesas superior à contracção do mercado (Figura 7).

No âmbito do comércio **extracomunitário**¹⁰, os EUA, o principal mercado de destino extracomunitário perderam peso no conjunto das exportações portuguesas (de 40,4%, nos primeiros 9 meses de 2007, para 32,4% no mesmo período de 2008). Neste conjunto, verificaram-se ganhos de quota na Tunísia, Suíça, Brasil e Angola e, também, na Turquia, a contracção (Figura 8).

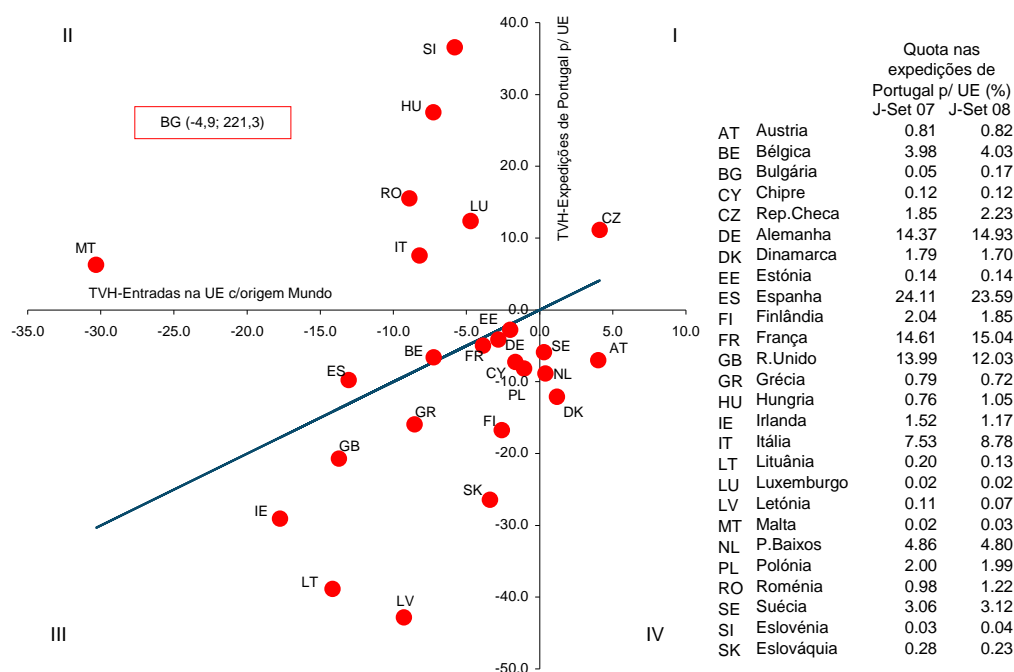
⁸ As principais exportações em 2007 incidiram também na área do vestuário de malha (59,9%).

⁹ As principais expedições incidiram nos têxteis-lar (33,9%), seguidos das fibras têxteis (10,6%), do algodão e suas obras (10,6%) e da cordoaria (10,2%).

¹⁰ As principais exportações em 2007 incidiram no mesmo tipo de produtos dos do espaço comunitário: nos têxteis-lar (37,9%), seguidos das fibras têxteis (22,6%), da cordoaria (10,9%), e do algodão e suas obras (10,5%).

Figura 7 – Têxteis

TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007

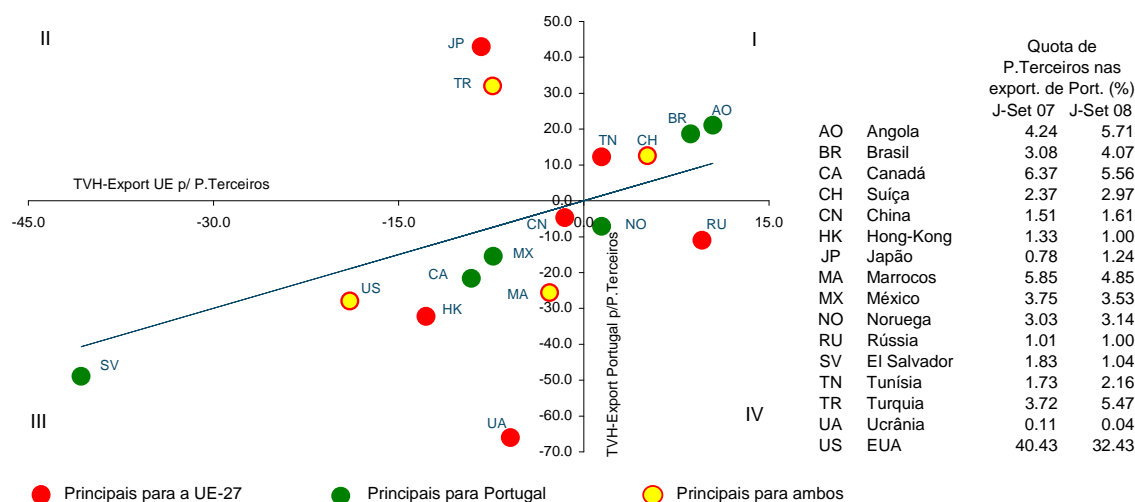


Nota: As expedições portuguesas de Têxteis para a UE pesaram, no total das saídas de Têxteis para o mundo, 72,6% em Jan-Set 2007 e 73,9% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

Figura 8 – Têxteis

TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



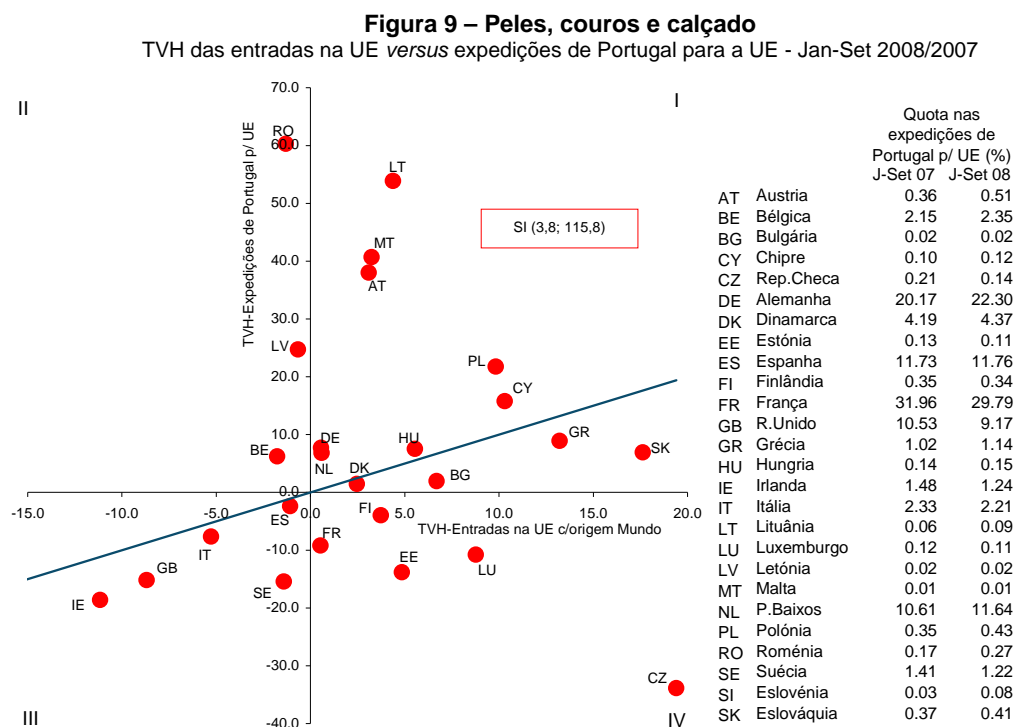
Nota: As exportações portuguesas para estes países representaram 22,3% do total em Jan-Set 2007 e 19,8% em Jan-Set 2008.

Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

- Peles, Couros e Calçado

Em 2007, o agrupamento “Peles, couros e calçado” pesou 3,9% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 4,6% do total do comércio intracomunitário e 1,5% do total do comércio extracomunitário. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 1,7%, cabendo 1,4% ao comércio intracomunitário (as entradas na UE-27 provenientes do Mundo decresceram 0,7%) e 4,7% ao comércio extracomunitário (as exportações da UE-27 para os Países Terceiros aumentaram 3,5%).

Os fornecimentos portugueses para o **espaço comunitário** representaram, no período em análise, respectivamente 91,1% e 90,8% do total das saídas destes produtos¹¹. Neste período, destacam-se ganhos de quota nas exportações para a Alemanha e também para a Bélgica, neste caso a contra-ciclo. No mesmo período, verificaram-se perdas de quota nas exportações para a França, Espanha, Reino Unido e Itália. (Figura 9).



Nota: As expedições portuguesas de Peles, couros e calçado para a UE pesaram, no total das saídas destes produtos para o mundo, 91,1% em Jan-Set 2007 e 90,8% em Jan-Set 2008.
Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

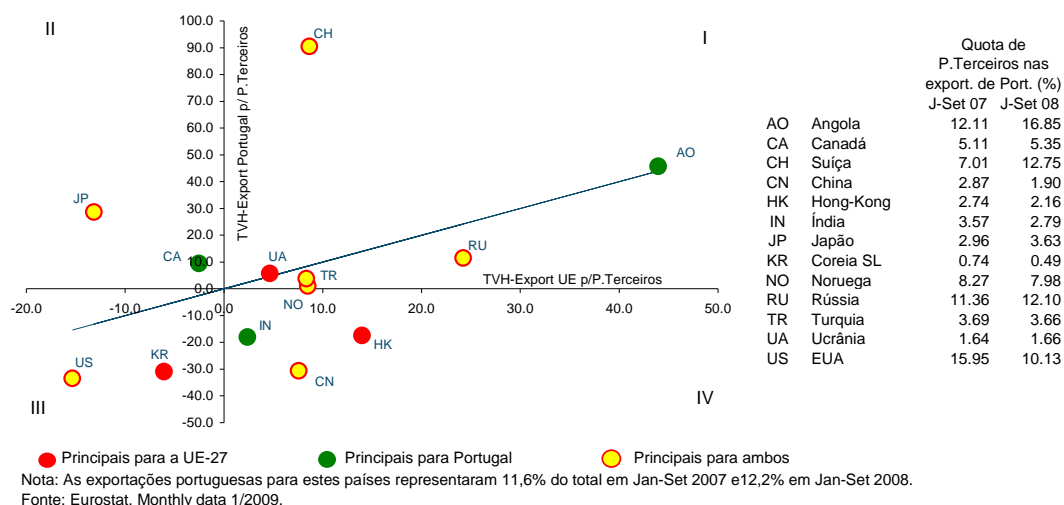
No âmbito do comércio **extracomunitário**¹², os EUA, que eram o principal mercado de destino destes produtos entre os Países Terceiros nos primeiros 9 meses de 2007, foram ultrapassados em 2008 por Angola, Suíça e Rússia. As exportações portuguesas para Angola cresceram ao ritmo das comunitárias. Verificaram-se ganhos de quota nas exportações para a Suíça, Japão e Canadá, nos últimos dois casos a contraciclo. Entre os destinos mais relevantes, verificaram-se perdas de quota nas exportações para a Rússia, Turquia e Noruega. (Figura 10).

¹¹ As principais expedições incidiram no calçado (92,1%).

¹² As principais exportações em 2007 incidiram no calçado (72,1%), a que se seguiram as peles e couros (10,6%) e as obras de couro (8,0%).

Figura 10 – Peles, couros e calçado

TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



- Mobiliário

Em 2007, o “Mobiliário” pesou 2,5% no total das saídas de mercadorias portuguesas, representando 2,8% do total do comércio intracomunitário e 1,4% do comércio extracomunitário¹³. No período de Janeiro a Setembro de 2008, face ao mesmo período do ano anterior, a taxa de variação homóloga global aumentou 7,3%, cabendo 5,1% ao comércio intracomunitário (as entradas na UE-27 provenientes do Mundo cresceram 1,6%) e 22,9% ao comércio extracomunitário (as exportações da UE-27 para os Países Terceiros aumentaram 6,0%).

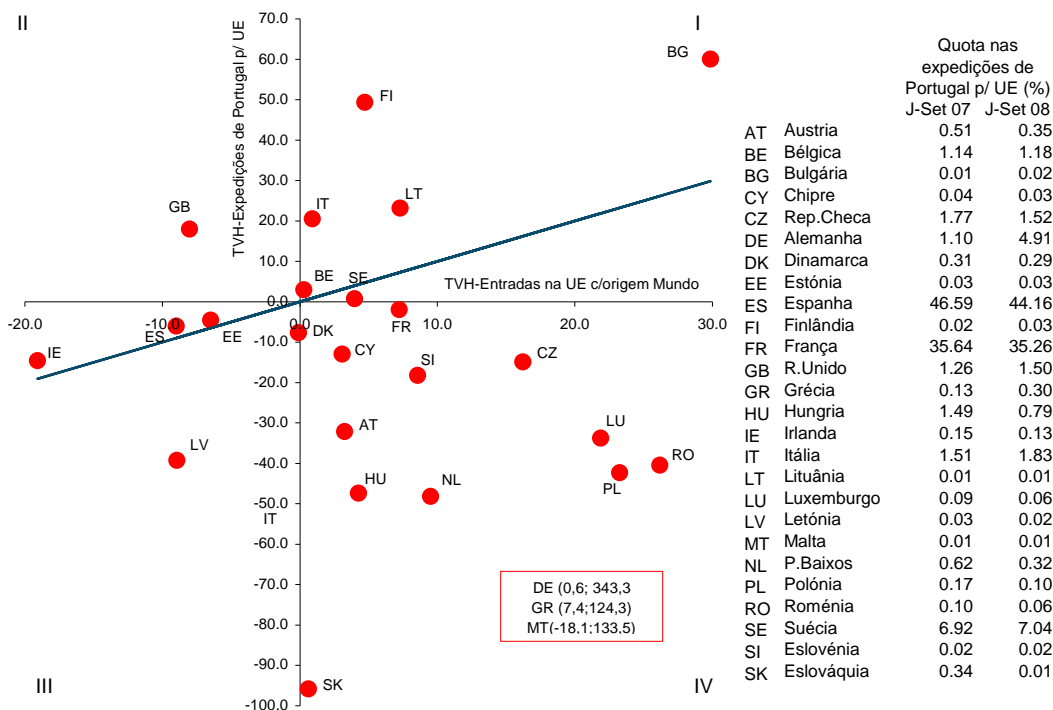
As expedições portuguesas para o **espaço comunitário** representaram no período de Janeiro a Setembro de 2007 e 2008 respectivamente 87,5% e 85,7% do total das saídas de Mobiliário. Nos primeiros 9 meses de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, decresceram as expedições portuguesas para o principal mercado, a Espanha, mas praticamente ao mesmo ritmo que as entradas naquele país. Relativamente ao 2º mercado, a França, assistiu-se a um ligeiro decréscimo das exportações portuguesas num contexto de crescimento do mercado. Destacam-se ainda uma perda de quota na Suécia e um ganho de quota no Reino Unido (Figura 11).

No âmbito do comércio **extracomunitário**, as principais exportações tiveram Angola por destino, para onde se dirigiram mais de 60% dos fornecimentos portugueses aos Países Terceiros nos primeiros 9 meses de 2008. Relativamente àquele país, verificou-se um ganho de quota no conjunto das exportações comunitárias. Aumentaram também, embora abaixo da média comunitária, as exportações de Portugal para Cabo Verde e Rússia. Comportamento positivo verificou-se também nas exportações portuguesas para os EUA, onde se registou um ganho significativo de quota num contexto de contração acentuada do mercado. Relativamente à Suíça e Noruega, verificara-se perdas de quota a contraciclo (Figura 12).

¹³ Incluem-se aqui os móveis, de madeira ou de metal, os assentos, incluindo para automóvel, o mobiliário médico, os colchões, almofadas e semelhantes.

Figura 11 – Mobiliário

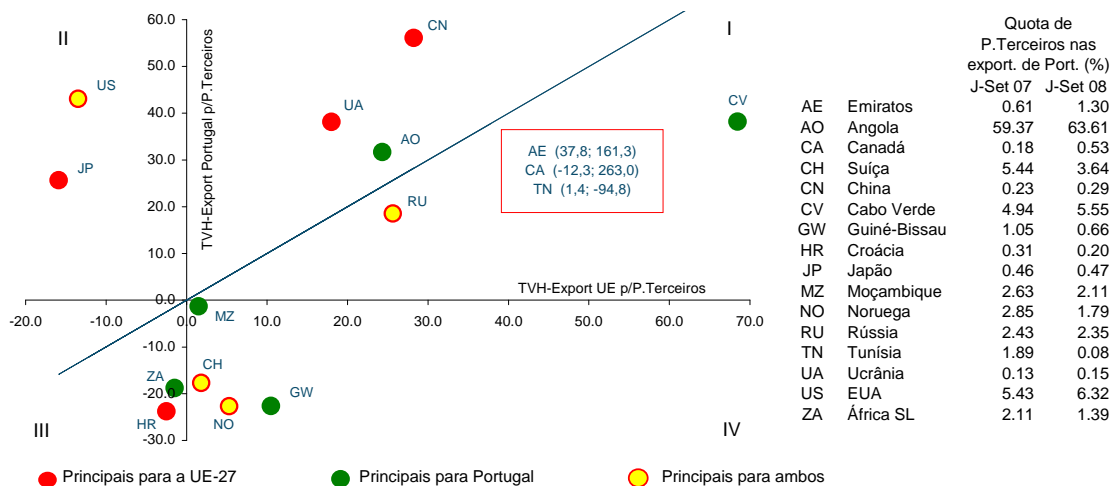
TVH das entradas na UE versus expedições de Portugal para a UE - Jan-Set 2008/2007



Nota: As expedições portuguesas de Mobiliário para a UE pesaram, no total das saídas de Mobiliário para o mundo, 87,5% em Jan-Set 2007 e 85,7% em Jan-Set 2008.
 Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

Figura 12 – Mobiliário

TVH das exportações da UE-27 e de Portugal para Países Terceiros - Jan-Set 2008/2007



● Principais para a UE-27 ● Principais para Portugal ● Principais para ambos
 Nota: As exportações portuguesas para estes países representaram 11,2% do total em Jan-Set 2007 e 12,9% em Jan-Set 2008.
 Fonte: Eurostat, Monthly data 1/2009.

Iniciativas e Medidas Legislativas

INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

1. INICIATIVAS

| INICIATIVA | SUMÁRIO |
|---|--|
| <p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>10 de Fevereiro de 2009</p> | <p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 10 de Fevereiro de 2009 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparação do Conselho Europeu da Primavera de 19 e 20 de Março <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Plano de relançamento da economia europeia</i> – Com base numa avaliação preliminar da Comissão, os Ministros analisaram a aplicação dos planos de estímulo económico adoptados pelos estados membros em resposta à crise financeira e à desaceleração da economia, no âmbito do Plano Europeu de Recuperação Económica. Foram igualmente debatidos os aspectos financeiros associados ao contributo Comunitário, também no âmbito do referido Plano, através dos projectos na área da energia e de apoio às áreas rurais. No que se refere à energia, está em discussão uma lista de projectos que totaliza 3,5 mil milhões de euros, dos quais 1,75 mil milhões para projectos de interconexão de gás e electricidade, 1,25 mil milhões para projectos de captação e armazenagem de carbono e 0,5 mil milhões para projectos no domínio da energia eólica <i>offshore</i>. Relativamente ao apoio às áreas rurais, os projectos totalizam 1,5 mil milhões de euros, dos quais mil milhões para infra-estruturas para a Internet de banda larga e 0,5 mil milhões para energias renováveis, gestão da água, biodiversidade e reestruturação do sector leiteiro. De acordo com a proposta da Comissão, estes investimentos serão financiados através de transferências entre determinadas rubricas, o que exige uma revisão das perspectivas financeiras 2007-2013, e o recurso a margens não utilizadas de outras. b) <i>Documento sobre as questões-chave (KIP) relativas aos assuntos económicos e financeiros</i> – A Presidência Checa apresentou uma primeira versão do KIP, a qual contém um conjunto de linhas gerais sobre as questões consideradas prioritárias pelo ECOFIN no âmbito dos trabalhos associados à Estratégia de Lisboa, com o seguinte enfoque: (a) 2009: Um ano de recessão económica e de incertezas; (b) Mercados financeiros: retomar a estabilidade e modernizar as regras; (c) Economia real: favorecer um relançamento célere e estável; (d) União Económica e Monetária: fomentar o êxito em tempo de turbulência. O ECOFIN continuará a trabalhar neste documento. c) <i>Taxas reduzidas de IVA</i> – O Conselho debateu a questão das taxas reduzidas de IVA, no contexto do Plano Europeu de Recuperação Económica, o qual prevê a possibilidade, para os estados-membros que o desejem, de aplicarem taxas reduzidas em certos sectores. Espera-se um novo debate sobre esta matéria na reunião do ECOFIN agendada para 10 de Março. Por seu lado, a Comissão anunciou para o próximo mês de Abril uma proposta sobre a aplicação específica de taxas reduzidas aos bens e serviços em matéria ambiental, especialmente centrada sobre a eficiência energética dos edifícios, e propôs também uma directiva destinada a permitir a todos os estados-membros a aplicação de taxas reduzidas – a título permanente – aos serviços locais com uma grande intensidade do factor trabalho, incluindo os serviços de restaurantes. • Orçamento da União Europeia – Processo de quitação da execução do orçamento de 2007: Os Ministros aprovaram, por maioria qualificada, |

uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão quanto à execução do orçamento para o exercício de 2007. A recomendação tinha sido preparada com base num relatório anual do Tribunal de Contas.

- **Venda de valores mobiliários a descoberto e remuneração dos dirigentes de empresas:** O Conselho tomou nota de uma intervenção do Ministro dos Países Baixos, que sugeriu que fossem feitas diligências para promover uma maior convergência, tanto a nível comunitário como internacional, das medidas temporárias tomadas em relação às vendas a descoberto de valores mobiliários. Tomou igualmente nota da intervenção do Ministro Sueco sobre a questão da remuneração dos dirigentes de empresas no sector financeiro. Convidou a Comissão a examinar estas questões, manifestando o seu apoio aos trabalhos em curso no *Committee of European Securities Regulators* (CESR) em matéria de vendas a descoberto.
- **Reuniões à margem do Conselho:** Destaque para o *pequeno-almoço de trabalho sobre a situação económica*, durante o qual os Ministros debateram, entre outros aspectos, a implementação dos planos de apoio ao sector financeiro, tendo-se debruçado, em particular, sobre o tratamento de eventuais intervenções sobre activos com imparidade. Os Ministros concordaram que, para garantir a estabilidade do sector bancário, seria útil que as medidas respeitantes a estes activos pudessem completar, em casos específicos, instrumentos já aprovados, permanecendo coerentes com os princípios fixados em Outubro de 2008, designadamente (i) garantir a estabilidade financeira e restaurar a oferta de crédito e a concessão de empréstimos à economia, (ii) assegurar condições de concorrência equitativas no mercado único e (iii) conter o impacto nas finanças públicas. Os Ministros acordaram na necessidade de uma abordagem comum e coordenada, tendo aprovado um conjunto de princípios a que a mesma deverá obedecer. O Comité Económico e Financeiro foi convidado a prosseguir os seus trabalhos nesta matéria, em estreita cooperação com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.
- **Outros pontos aprovados**

Revisão do mercado interno – O Conselho aprovou conclusões em que acolhe o relatório de progressos da Comissão intitulado "*The Single Market Review: one year on*", concordando com o seu diagnóstico global e reiterando o compromisso firme para com os princípios e as prioridades do mercado interno e a necessidade de se produzirem resultados através da utilização de meios mais eficazes.

Espaço único de pagamentos em euros (SEPA) – Nas suas conclusões, o Conselho reitera o seu apoio ao objectivo SEPA, observando, no entanto, a necessidade de ser feito um esforço significativo para acelerar o ritmo do processo de transição para este sistema, que parece centrar-se sobretudo nos pagamentos transfronteiriços. Considera que o lançamento do sistema de débito directo SEPA, previsto para 1 de Novembro de 2009, dará um impulso renovado a esta transição, sublinhando a necessidade de clarificar as questões dos preços a longo prazo e convidando o sector a acelerar os trabalhos preparatórios necessários para que o lançamento seja bem sucedido.

Acordo com o Liechtenstein em matéria de luta contra a fraude – O Conselho aprovou conclusões em que insta a Comissão a prosseguir as negociações com o Liechtenstein, de forma a garantir uma assistência administrativa e um acesso à informação efectivos no que respeita a todas as formas de investimento, incluindo fundações e *trusts*, bem como um conjunto de

INICIATIVA

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|---|
| | <p>obrigações em matéria de prestação de informações de carácter fiscal aos estados-membros, pelo menos similar ao recentemente acordado pelo Liechtenstein com países terceiros.</p> |
| Flexibilização dos mecanismos do QREN | <p>No Conselho de Ministros de 19 de Fevereiro de 2009 foi aprovado o diploma que adopta as disposições de flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN orientados para as empresas.</p> <p>Deste modo, são introduzidas alterações no enquadramento dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial da Agenda da Competitividade do QREN, no sentido de ajustá-los ao actual contexto económico internacional, efectivando-os como instrumentos de estímulo ao investimento e à criação de emprego, nomeadamente nos domínios da inovação, internacionalização e investigação e desenvolvimento.</p> <p>No quadro das novas medidas de flexibilização dos mecanismos do QREN de apoio ao investimento, alarga-se a atribuição de incentivos a investimentos de empresas com impacte relevante no produto, no emprego ou nas exportações, mantendo os actuais critérios de apoio a projectos de inovação de produtos ou processos. Adicionalmente, aumentam-se as taxas de incentivos às empresas, respeitando os limites comunitários aplicáveis.</p> <p>O diploma agora aprovado prevê que os regulamentos específicos do QREN possam ajustar os critérios de avaliação do equilíbrio financeiro, exigido nas candidaturas aos sistemas de incentivos, à actual situação das empresas portuguesas, bem como estabelecer condições mais favoráveis no pagamento por adiantamento dos incentivos aprovados.</p> |
| Promoção da Eficiência Energética | <p>Prosseguindo a execução da Iniciativa para o Investimento e o Emprego, que constitui a resposta do Governo à crise económica internacional, foram anunciadas, em 11 de Fevereiro de 2009, duas medidas de investimento na energia.</p> <p>Uma medida que consiste na promoção da instalação de painéis solares em casas particulares durante 2009, proporcionando uma redução do custo do equipamento para menos de metade, a redução da factura energética anual em 20% e o benefício fiscal de 30% do custo de investimento no primeiro ano. A meta é instalar painéis solares em 65 mil habitações, envolvendo um investimento de cerca de 225 milhões de euros, com comparticipação do Estado de 100 milhões, e criando 2500 empregos.</p> <p>A segunda medida visa a melhoria da eficiência energética de edifícios públicos, iniciando-se em Março com auditorias a 100 edifícios públicos que são grandes consumidores de energia, seguidas das obras necessárias para que passem a cumprir as regras da eficiência energética.</p> |
| Investimento | <p>No Conselho de Ministros de 5 de Fevereiro de 2009 foram aprovadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As minutas do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a Amorim Turismo, SGPS, S.A., a Grano Salis, Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, S.A., e a CHT, Casino Hotes de Tróia, S.A., que tem por objecto a construção e exploração de uma unidade hoteleira de cinco estrelas, desta última sociedade, localizada em Tróia. <p>O projecto do Casino Hotel de Tróia constitui uma componente essencial do Tróiaresort, que visa a requalificação e projecção nacional e internacional do Litoral Alentejano como zona turística. O investimento, que ascende a um montante total de 41,7 milhões de euros, envolve a criação de 191 postos de trabalho e permitirá o alcance em 2015, ano do termo da vigência do contrato, de um volume de prestação de serviços de cerca de 143 milhões de euros e de um valor acrescentado de aproximadamente 77 milhões de euros, em valores acumulados desde o ano de 2006.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. As minutas do Contrato de Investimento e respectivos Anexos, a celebrar |

INICIATIVA

SUMÁRIO

entre o Estado Português e a Hotéis Tivoli, S.A. e a Marinoteis, Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, S.A., que tem por objecto a construção e exploração de uma unidade hoteleira de cinco estrelas, desta última sociedade, localizada em Vilamoura.

A construção do Hotel Tivoli Victoria, integrado no projecto Vilamoura XXI, tem em vista reforçar a actividade da Marinoteis no sector do turismo no Algarve através de uma oferta de elevada qualidade.

O investimento, que ascende a um montante total de 47,7 milhões de euros, envolve a criação de 225 postos de trabalho, bem como a manutenção dos actuais 241 e permitirá o alcance, em 2015, ano do termo da vigência do contrato, de um volume de prestação de serviços de cerca de 332 milhões de euros e de um valor acrescentado de aproximadamente 149,9 milhões de euros, em valores acumulados desde o ano de 2006. O projecto enquadra-se nos objectivos definidos no Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Construção de novas
barragens
hidroelécticas

O aproveitamento hidroeléctrico do Alto Tâmega, lançado em 23 de Janeiro de 2009, envolve a construção de quatro barragens entre 2012 e 2018 pela empresa Iberdrola. Este projecto representa um investimento de 1700 milhões de euros e prevê a criação de 3500 empregos directos e 10000 indirectos.

O empreendimento do Alto Tâmega, com quatro barragens, representa cerca de 1200 Mw de potência instalada e inscreve-se no Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico apresentado pelo Governo no final de 2007. Este Plano visa a redução da dependência energética nacional do petróleo e a da emissão de CO₂, propondo-se atingir 7000 Mw de produção anual através do nosso potencial hídrico.

Cimeira Luso
Espanhola

A XXIV Cimeira luso-espanhola realizou-se em Zamora, em 22 de Janeiro de 2009, e teve por tema principal a resposta à crise económica internacional. Nesse âmbito, foi considerada a situação económica internacional e os planos que ambos os países têm vindo a implementar para a recuperação económica, a criação de emprego e a melhoria na competitividade.

Os dois Governos analisaram as medidas ao nível da estabilização do sistema financeiro e a sintonia das acções implementadas. Para além disso, concordaram na importância da promoção de investimento público na actual conjuntura para manter a actividade económica e o emprego, destacando a inclusão nos respectivos planos de relançamento económico de importantes projectos que contribuirão não só para a promoção da actividade económica, no curto prazo, como para a melhoria da competitividade das duas economias, no longo prazo.

Para além da necessidade de uma resposta imediata à crise, os dois Governos discutiram também a necessidade de construir um novo quadro financeiro global que evite a repetição da actual situação internacional. Ambos os governos consideram ser importante implementar a reforma do sistema financeiro internacional, reforçando a regulação e supervisão, a transparência das instituições, mercados e produtos financeiros e promovendo a cooperação internacional nestes domínios, nomeadamente na regulação dos *off-shores*.

No domínio da energia, destaque-se o projecto de criação de um Centro Ibérico de Energias Renováveis e Eficiência Energética, em Badajoz, que visa a promoção da aplicação de novas tecnologias nesta área. Foi nomeado o futuro Director português deste Centro, o Prof. Eng. António Sá da Costa.

Ao nível da integração do mercado da energia, foi acordada a constituição definitiva do Operador do Mercado Ibérico (OMI) através da integração dos dois organismos operadores nacionais, até 15 de Junho de 2009, e a criação de um grupo de trabalho conjunto para acompanhar este processo. Os

INICIATIVA

SUMÁRIO

Governos decidiram também propor às sociedades gestoras a nomeação do Eng. José Carvalho Netto como presidente do OMI. Para além disso, prosseguem os trabalhos para reforçar a interligação eléctrica, estando prevista chegar a uma capacidade instalada de 3000 Mw em 2014.

Ainda em matéria de energia, foi lançado o projecto de interligação de gás entre Viseu e Zamora, ao mesmo tempo que foi criado um grupo de trabalho para a harmonização reguladora entre os dois países. E foi assinado um protocolo entre os organismos de gestão das reservas estratégicas de petróleo, dando assim o último passo na implementação do Acordo para a manutenção recíproca de reservas.

Em matéria de Turismo os dois Governos decidiram alargar o Plano de Promoção conjunta a outros mercados como a China, Índia e Coreia do Sul, considerar a participação de Portugal no projecto Turismo Sénior Europa e actuar de uma forma concertada nos fora internacionais como a Organização Mundial do Turismo.

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

| ASSUNTO/DIPLOMA | DESCRIÇÃO |
|--|--|
| <p><i>Electricidade / Funcionamento do Mercado</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 23/2009 - I Série n.º 13, de 20/01</p> | <p>Prevê, no âmbito do mercado da electricidade, medidas cujo objectivo é assegurar um nível adequado de capacidade de produção, um equilíbrio adequado entre a oferta e a procura e um nível apropriado de interligações internacionais, tendo em vista o desenvolvimento do mercado interno e a segurança do funcionamento das redes. Através do presente diploma é alterado o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, e transposta para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/89/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Janeiro de 2006, relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do fornecimento de electricidade e o investimento em infra-estruturas. O presente diploma entra em vigor a 22 de Janeiro de 2009.</p> |
| <p><i>IRS - Tabelas de Retenção 2009</i></p> <p>Despacho n.º 2563/2009 - II Série Parte C n.º 13, de 20/01</p> | <p>Aprova, no âmbito do IRS, as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2009.</p> |
| <p><i>Taxas de Câmbio / Emolumentos Consulares</i></p> <p>Aviso n.º 1871/2009 - II Série Parte C n.º 14, de 21/01</p> | <p>Aprova as taxas de câmbios adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Fevereiro de 2009.</p> |
| <p><i>Declaração de IRS / Valores Mobiliários</i></p> <p>Portaria n.º 54/2009 - I Série n.º 14, de 21/01</p> | <p>Aprova o novo modelo de impresso da «Declaração de aquisição e ou alienação de valores mobiliários», a que se refere o artigo 138.º do Código do IRS. Esta declaração deve ser efectuada, pelos alienantes e adquirentes de acções e outros valores mobiliários nos 30 dias subsequentes à realização das operações. O modelo de declaração agora aprovado deve ser utilizado para o cumprimento de obrigações a partir de 1 de Junho de 2009.</p> |
| <p><i>Incentivos Fiscais / Madeira</i></p> <p>Decreto Legislativo Regional n.º 2/2009/M - I Série n.º 15, de 22/01</p> | <p>Estabelece o Regime de Incentivos Fiscais aos Lucros Reinvestidos da Região Autónoma da Madeira. Este regime de incentivos enquadra -se na estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para o período de 2007 -2013, consagrada no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES). O incentivo fiscal agora previsto consiste na possibilidade de dedução à colecta de 15 % ou 25 % dos lucros reinvestidos, privilegiando-se essencialmente as actividades ligadas à educação, à investigação e desenvolvimento e às novas tecnologias de informação e comunicação. Podem beneficiar deste incentivo os sujeitos passivos de IRC que respeitem as seguintes condições: (i) exerçam uma das actividades económicas especificadas nos anexos I e II ao presente diploma, (ii) o seu lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos, (iii) não sejam devedores ao Estado, ao sistema de segurança social e à Região Autónoma da Madeira de quaisquer impostos ou contribuições, ou tenham o pagamento dos débitos devidamente assegurados. Para além disto, os beneficiários devem assumir uma contribuição financeira no mínimo equivalente a 25% do investimento elegível, através de recursos próprios ou de financiamento externo, mas sem qualquer apoio público. O presente diploma entra em vigor a 23 de Janeiro de 2009.</p> |

| | |
|--|---|
| <p><i>Concepção Ecológica dos Produtos Consumidores de Energia</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 26/2009 - I Série n.º 18, de 27/01</p> | <p>Cria um quadro de definição dos requisitos de concepção ecológica dos produtos consumidores de energia. É assim revisto o enquadramento aplicável à definição dos requisitos de concepção ecológica destes produtos, com vista a aumentar a eficiência energética e o nível de protecção do ambiente. São abrangidos por este regime as caldeiras de água quente, os aparelhos de refrigeração e de balastros de fonte de iluminação fluorescente. Aos meios de transporte de pessoas ou mercadorias não é aplicável o presente regime. O presente Decreto-Lei entra em vigor a 28 de Janeiro de 2009. Através do presente diploma é transposta para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho.</p> |
| <p><i>Protecção Social da Função Pública</i></p> <p>Lei n.º 4/2009 - I Série n.º 20, de 29/01</p> | <p>Define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas. Este regime terá uma disciplina jurídica idêntica à do regime geral no que se refere à regulamentação da protecção nas diferentes eventualidades.</p> |
| <p><i>Programa de Estágios Qualificação-Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 131/2009 - I Série n.º 21, de 30/01</p> | <p>Regulamenta o programa de Estágios Qualificação-Emprego, o qual tem por objectivo facilitar a entrada de todos os activos, com mais de 35 anos ou que melhoraram as suas qualificações, em novos postos de trabalho e em actividades mais exigentes ao nível de competências e qualificações. Podem candidatar-se a este Programa entidades privadas, singulares ou colectivas, com ou sem fim lucrativo e autarquias locais. Através deste Programa são apoiadas empresas que proporcionem estágios Qualificação-Emprego a pessoas desempregadas com mais de 35 anos, à procura de 1º emprego ou de novo emprego, que tenham concluído, há menos de 3 anos, uma das seguintes ofertas de qualificação: i) Ensino básico ou secundário, nomeadamente no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades; ii) Formação modular certificada com a duração igual ou superior a duzentas e cinquenta horas; iii) Curso de especialização tecnológica; iv) Curso de ensino superior. Este apoio em a duração de nove meses, não prorrogáveis A presente portaria entra e vigor a 31 de Janeiro de 2009.</p> |
| <p><i>Programa Qualificação-Emprego (Formação Profissional)</i></p> <p>Portaria n.º 126/2009 - I Série n.º 21, de 30/01</p> | <p>Cria o Programa Qualificação-Emprego. Este Programa tem por objectivo a inserção dos trabalhadores em acções de formação qualificantes, em caso de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão de contratos de trabalho, assegurando os níveis de emprego e contribuindo, através da formação profissional, para a sua adaptação aos desafios da conjuntura internacional. Pelo presente Programa são concedidos diversos benefícios ao empregador e ao trabalhador. Benefícios: (i) <u>Relativos ao empregador</u>: - A compensação retributiva necessária para assegurar ao trabalhador durante a redução ou suspensão a retribuição mensal equivalente a dois terços da sua retribuição normal ilíquida ou a retribuição mínima mensal legalmente garantida (a mais elevada das duas) enquanto decorrer a formação profissional, será suportada nos seguintes termos: a) 85 % pelo Estado, através do IEFP, l. P.; b) 15 % pela empresa. - Além da compensação retributiva referida, o IEFP, pode proceder ao pagamento de um incentivo à qualificação dos trabalhadores abrangidos pelo Programa, até ao montante máximo equivalente a um terço da retribuição normal ilíquida do trabalhador, conforme definido no Regulamento Específico do Programa aplicável; (ii) <u>Relativos ao trabalhador</u>: - Mantém todos os direitos que lhe são garantidos nos termos previstos no Código do Trabalho para o caso de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho em situações de crise empresarial; - Paga, mediante desconto, contribuições para a segurança social com base nas quantias efectivamente auferidas; - Frequenta as acções de formação que lhe são facultadas no âmbito do Programa. Limites do apoio: Os apoios atribuídos aplicam-se a um máximo de 20 % dos trabalhadores da empresa directamente relacionados com o nível de produção, ou o equivalente em número de horas de produção. O Programa tem a duração de seis meses, eventualmente prorrogável por mais seis meses. O programa é válido até 31 de Dezembro de 2009. O período de apresentação de candidaturas ao Programa termina a 1 de Junho de 2009. A presente portaria entra em vigor a 31 de Janeiro de 2009.</p> |
| <p><i>Gabinetes de Inserção Profissional</i></p> <p>Portaria n.º 127/2009 - I Série n.º 21, de 30/01</p> | <p>Cria e regula o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP). Trata-se de serviços que prestam apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os centros de emprego. Das entidades que podem promover a criação do GIP fazem parte as Associações sindicais e de empregadores. O Instituto do Emprego e Formação Profissional, estabelece um ou mais períodos anuais de candidatura para autorização de funcionamento de GIP. <u>Apoios Técnicos</u>: Neste âmbito, são concedidos apoios técnicos ao GIP, nomeadamente, formação específica adequada, inicial e contínua, do animador, material de informação e instrumentos técnico-pedagógicos, para distribuição ou consulta dos utentes, suportes informativos, nomeadamente informáticos, para apoio das funções do animador e acompanhamento da actividade do GIP, divulgação de ofertas de emprego e formação profissional e promoção de</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>informações e contactos entre os animadores, aos níveis adequados, para aperfeiçoamento da respectiva actividade. <u>Apoios Financeiros</u>: Para a prossecução dos objectivos contratualmente definidos, e em função dos mesmos, o GIP pode beneficiar dos seguintes apoios financeiros para: - Adaptação de instalações e aquisição de equipamento é concedido um subsídio não reembolsável até ao montante de € 5000; - <u>Despesas de funcionamento</u>: é concedido um subsídio não reembolsável anual no valor de três vezes o indexante dos apoios sociais (IAS). - Participação nas retribuições do animador e outros colaboradores, quando o GIP funcione a tempo completo, é concedido um subsídio não reembolsável, em montantes decrescentes tendo em vista a sua progressiva autonomia, com os seguintes limites: 24 vezes o IAS, no primeiro ano de funcionamento e 20 vezes o IAS, no segundo ano de funcionamento. Serão ainda objecto de regulamentação os prazos de decisão das candidaturas, as modalidades de pagamento dos apoios, os modelos de termo de aceitação, bem como, os contratos e demais aspectos técnicos necessários à correcta implementação do programa.</p> |
| <p><i>Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+</i> <i>Portaria n.º 128/2009 - I Série n.º 21, de 30/01</i></p> | <p>Regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+», através das quais os desempregados terão a possibilidade de exercer actividades socialmente úteis, e poderão melhorar as suas competências sócio -profissionais e o contacto com o mercado de trabalho. Pretende-se também, através da criação do contrato emprego -inserção+, melhorar a complementaridade já existente entre as medidas activas de emprego e o programa de inserção do rendimento social de inserção. Podem candidatar-se aos apoios agora previstos as entidades colectivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, nomeadamente: serviços públicos com intervenção marcadamente local, autarquias locais e entidades de solidariedade social. <u>Apoios financeiros</u> - O desempregado beneficiário de subsídio de desemprego tem direito a uma bolsa mensal complementar de montante correspondente a 20 % da prestação mensal de desemprego. - O desempregado beneficiário de subsídio social de desemprego tem direito a uma bolsa complementar de montante correspondente a 20 % do indexante dos apoios sociais. - O desempregado beneficiário do rendimento social de inserção tem direito a uma bolsa de ocupação mensal de montante correspondente ao valor do indexante dos apoios sociais. Até Julho de 2009, a apresentação de candidaturas não está sujeita a períodos de abertura e de fecho. No entanto, a partir dessa data o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., definirá e publicitará períodos limitados para a apresentação de candidaturas. A presente portaria produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2009 e revoga a Portaria n.º 192/96, de 30 de Maio.</p> |
| <p><i>Programa Estágios Profissionais</i> <i>Portaria n.º 129/2009 - I Série n.º 21, de 30/01</i></p> | <p>Regulamenta o Programa Estágios Profissionais em empresas, o qual tem por objectivo apoiar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, bem como apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva. No âmbito deste Programa, as empresas devem proporcionar estágios profissionais a jovens à procura de 1º emprego ou a desempregados à procura de novo emprego. A presente portaria produz efeitos a partir de 31 de Janeiro de 2009 e revoga a Portaria n.º 268/97, de 18 de Abril.</p> |
| <p><i>Medidas Excepcionais de Apoio ao Emprego</i> <i>Portaria n.º 130/2009 - I Série n.º 21 de 30/01</i></p> | <p>Prevê cinco medidas excepcionais de apoio ao emprego e à contratação para o ano 2009. 1. Apoio ao emprego em micro e pequenas empresas Poderão ser apoiadas empresas que tenham até 49 trabalhadores, e que tenham ao seu serviço trabalhadores com 45 ou mais anos de idade. Benefício concedido ao empregador: redução de três pontos percentuais (3%) da taxa contributiva a seu cargo relativa aos trabalhadores abrangidos. Este apoio vigora até 31 de Dezembro de 2009. 2. Apoio à contratação de jovens, de desempregados de longa duração e de públicos específicos (beneficiário de rendimento social de inserção, beneficiário de pensão de invalidez, ex-toxicod dependente e ex-recluso). Poderão ser apoiadas empresas que contratem sem termo. Benefícios concedidos ao empregador - Isenção do pagamento das contribuições para a segurança social a seu cargo, pelo período de 36 meses. - A entidade empregadora pode, em alternativa à isenção referida, optar por beneficiar de apoio directo à contratação no montante de 2000 € em acumulação com a isenção do pagamento de contribuições a seu cargo pelo período máximo de 24 meses. Nas situações de contratação a tempo parcial o apoio directo à contratação é reduzido em percentagem do período normal de trabalho. Estes apoios vigoram para contratos cujos efeitos se iniciam no decurso do ano de 2009. 3. Apoio à contratação a termo de trabalhadores mais velhos e de públicos específicos Poderão ser apoiadas empresas que contratem a termo certo. Benefícios concedidos ao empregador Redução de 50 % da taxa contributiva para a segurança social a seu cargo, durante a vigência do contrato. Estes apoios vigoram para contratos cujos efeitos se iniciam no decurso do ano de 2009. 4. Apoio à redução da precariedade no emprego dos jovens Poderão ser apoiadas empresas que contratem sem termo. Benefícios concedidos ao empregador - Isenção do pagamento das contribuições para a segurança social a seu cargo, pelo período de 36 meses - A entidade empregadora pode, em alternativa à isenção prevista no n.º 1, optar por beneficiar de apoio directo à contratação no montante de 2000 € em</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>acumulação com a isenção do pagamento de contribuições a seu cargo pelo período máximo de 24 meses. Estes apoios vigoram para contratos cujos efeitos se iniciam no decurso do 1.º semestre de 2009. 5. Apoio à redução da precariedade no emprego Poderão ser apoiadas empresas que contratem sem termo e a tempo completo. Benefício concedido ao empregador Redução de 50 % da taxa contributiva para a segurança social a seu cargo, durante 36 meses. Estes apoios vigoram para contratos cujos efeitos se iniciam no decurso do 1.º semestre de 2009</p> |
| <p><i>Isenção de ISP para o Biocombustível</i></p> <p>Portaria n.º 134/2009 - I Série n.º 22, de 2/02</p> | <p>Fixa o valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para o biocombustível substituto do gasóleo. O valor desta isenção é fixado em € 280 por cada 1000 l. A isenção total do imposto sobre ISP aplicável às quantidades atribuídas aos pequenos produtores dedicados, vigora até 31 de Dezembro de 2010. O reconhecimento da isenção inicia -se com a decisão do processo de candidaturas, sendo notificado aos operadores económicos pela Direcção -Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo. A presente portaria produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2009.</p> |
| <p><i>Certificação de Aprendizagens Fora de Portugal</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 30/2009 - I Série n.º 23, de 3/02</p> | <p>Estabelece o regime jurídico aplicável ao reconhecimento, pelo Estado Português, do ensino ministrado com currículo e programas portugueses em estabelecimentos de ensino de iniciativa privada situados fora do território nacional. Neste âmbito, criam-se as condições para a definição dos requisitos de qualidade da escola, do corpo docente e dirigente, bem como do ensino ministrado que asseguram a efectiva validade da certificação das aprendizagens. Fixam-se, igualmente as condições que as instituições devem respeitar em termos de direcção pedagógica e da qualificação de pessoal docente para que o reconhecimento seja concedido.</p> |
| <p><i>Medidas Excepcionais de Contratação Pública</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 34/2009 - I Série n.º 26, de 6/</p> | <p>Estabelece medidas excepcionais de contratação pública, a vigorar em 2009 e 2010, destinadas à rápida execução dos projectos de investimento público considerados prioritários nos domínios da modernização do parque escolar, da promoção das energias renováveis, eficiência energética e redes de transporte de energia, da modernização da infra-estrutura tecnológica - Redes Banda Larga de Nova Geração e da reabilitação urbana.</p> |
| <p><i>POPH - Programa Operacional Potencial Humano – QREN 2007-2013</i></p> <p>Listagem n.º 43/2009 - II Série Parte C n.º 28, de 10/02</p> | <p>Publica a lista dos apoios concedidos pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no ano de 2008.</p> |
| <p><i>REAI - Regime de Exercício da Actividade Industrial</i></p> <p>Declaração de Rectificação n.º 15/2009 - I Série n.º 28, de 10/02</p> | <p>Rectifica a Declaração de Rectificação n.º 77-A/2008, de 26 de Dezembro, que rectifica o Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro, que estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI). A principal rectificação agora efectuada refere-se à potência térmica, devendo entender-se "potência térmica não superior a 4 x 105kJ/h" e não 4,105kJ/h como estava mencionado no diploma.</p> |
| <p><i>Código do Trabalho / Revisão</i></p> <p>Lei n.º 7/2009 - I Série n.º 30 de 12/02</p> | <p>Aprova a revisão do Código do Trabalho. Esta reforma pretende combater o recurso abusivo ao emprego precário, aumentar a adaptabilidade das empresas, promover o desenvolvimento da contratação colectiva, e racionalizar os procedimentos e a segurança das partes no âmbito dos processos de despedimento. Das diversas alterações efectuadas, destaca-se a possibilidade de criação do regime de banco de horas (horários que concentram a duração do trabalho durante alguns dias da semana), o aumento das licenças remuneradas de parentalidade, a criação de medidas específicas para alguns sectores de actividade, como o contrato de trabalho sazonal de muito curta duração na agricultura, o regime especial de férias no turismo ou o contrato de trabalho intermitente. No que se refere à contratação colectiva altera-se o regime de sobrevivência e caducidade das convenções colectivas de trabalho, explicita-se a articulação entre estas e lei e alarga-se o elenco das matérias reguláveis por contratação colectiva. Em matéria de cessação do contrato de trabalho, respeita-se o princípio constitucional da proibição de despedimento sem justa causa e encurta-se o procedimento disciplinar. Visando combater a precariedade altera-se a presunção de contrato de trabalho e cria-se uma nova contra-ordenação muito grave para a dissimulação de contrato de trabalho. Reduz-se a duração dos contratos a termo certo para 3 anos. Por seu lado, a duração dos contratos de trabalho a termo incerto não pode ser superior a seis anos. Com a aprovação deste novo Código do Trabalho é revogado o anterior Código (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e respectiva regulamentação (Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho). No entanto, esta revogação, relativamente a inúmeras matérias relevantes apenas produzirá efeitos a partir da entrada em vigor do diploma que vier a regular essas matérias. No âmbito desta revisão da legislação laboral, aguarda-se ainda a publicação da revisão do Código de Processo de Trabalho muito relevante para matérias como o processo de despedimento. O novo Código do Trabalho entra em vigor a 17 de Fevereiro de 2009.</p> |

| | |
|--|---|
| <p><i>PRODER - «Promoção da Competitividade»</i></p> <p>Portaria n.º 165-A/2009 - I Série n.º 31, de 13/02 (Suplemento)</p> | <p>Altera a Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER. Com a presente alteração, considerando o elevado número de pedidos de apoio relativos a projectos de impacte relevante (PIR) apresentados, permite-se que o período de elegibilidade de despesas efectuadas após 1 de Janeiro de 2007 se aplique aos projectos PIR entrados até 9 de Março de 2009. A presente portaria produz efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2009.</p> |
| <p><i>CIRVER - Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos</i></p> <p>Portaria n.º 172/2009 - I Série n.º 33, de 17/02</p> | <p>Aprova, em aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, o Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER).</p> |

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

| Siglas | Descrição | Siglas | Descrição |
|----------|--|----------|---|
| ACAP | Associação do Comércio Automóvel de Portugal | IUC | Imposto Único de Circulação |
| ADSE | Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública | IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| AL | Administração Local | MC | Ministry of Commerce of China |
| AR | Administração Regional | Michigan | Universidade de Michigan |
| BCE | Banco Central Europeu | NBSC | National Bureau of Statistics of China |
| BEA | Bureau of Economic Analysis | OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| BGFRS | Board of Governors of the Federal Reserve System | OE | Orçamento do Estado |
| BLS | Bureau of Labour Statistic | ONS | Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido |
| BP | Banco de Portugal | OT | Obrigações do Tesouro |
| BT | Bilhetes do Tesouro | PIB | Produto Interno Bruto |
| BVLP | Bolsa de Valores de Lisboa e Porto | SDDS | Special Data Dissemination Standard |
| CE | Comissão Europeia | SFA | Serviços e Fundos Autónomos |
| CEDIC | Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo | SNS | Serviço Nacional de Saúde |
| CGA | Caixa Geral de Aposentações | SS | Segurança Social |
| CMVM | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários | UE | União Europeia |
| COGJ | Cabinet Office Government of Japan | VAB | Valor Acrescentado Bruto |
| DGEG | Direcção-Geral de Energia e Geologia | Yahoo | Finance Yahoo |
| DGO | Direcção-Geral do Orçamento | | |
| DGT | Direcção-Geral do Tesouro | | |
| EPA | Economic Planning Agency | | |
| Eurostat | Instituto de Estatística da UE | | |
| FBCF | Formação Bruta de Capital Fixo | | |
| FMI | Fundo Monetário Internacional | | |
| FSO | Instituto Nacional de Estatística da Alemanha | | |
| GEE | Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação | | |
| GPEARI | Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública | | |
| IEFP | Instituto de Emprego e Formação Profissional | | |
| IGCP | Instituto de Gestão do Crédito Público | | |
| IGFSS | Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social | | |
| IHPC | Índice Harmonizado de Preços no Consumidor | | |
| INE | Instituto Nacional de Estatística | | |
| INSEE | Instituto Nacional de Estatística da França | | |
| IPC | Índice de Preços no Consumidor | | |
| IRC | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas | | |
| IRS | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares | | |
| IS | Imposto do Selo | | |
| ISM | Institute for Supply Management | | |
| ISP | Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos | | |
| ISTAT | Instituto Nacional de Estatística da Itália | | |
| ISV | Imposto sobre Veículos | | |

| Siglas | Unidades |
|---------|---|
| % | Porcentagem |
| p.p. | Pontos percentuais |
| p.b. | Pontos base |
| EUR/USD | Dólar americano por Euros |
| EUR/GBP | Libra Esterlina por Euros |
| MM3 | Médias móveis de três termos |
| SRE | Saldo de Respostas Extremas |
| VA | Valores Acumulados |
| VC | Varição em Cadeia |
| VCS | Valor Corrigido de Sazonalidade |
| VE | Valor Efectivo |
| VH | Varição Homóloga |
| VHA | Varição Homóloga Acumulada |
| VITA | Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano |
| VM12 | Varição Homóloga dos últimos 12 meses |

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.